



**ACTA DA TERCEIRA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE VISEU, REALIZADA NO
DIA VINTE E OITO DE JUNHO DE DOIS
MIL E DEZ.**

----- No dia vinte e oito de Junho de dois mil e dez, teve lugar no Solar dos Peixotos, a terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e trinta minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: António de Almeida de Jesus Lopes (justificada), Carlos Fernando Ermida Rebelo, Fernando Martins Machado (justificada) e José António Santos Esteves Correia (justificada). -----

----- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----

- A Assembleia Municipal recebeu vários convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

- Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- A ANMP remeteu a este Órgão Autárquico três exemplares dos Boletins números cento e noventa, referente ao mês de Abril de dois mil e dez e cento e noventa e um, referente ao mês Maio de dois mil e dez. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remeteu a esta Assembleia Municipal diversos assuntos, a saber: Diversos convites à Assembleia Municipal; pedido de deliberação, aprovada em Sessão de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, de Declaração de Utilidade Pública da Parcela dois, necessária à execução da Empreitada “Acesso à Cidade a partir da A vinte e quatro – Via EN dezasseis; expediente para ser agendado na Sessão Ordinária desta AMV que se realizará no próximo dia vinte e oito de Junho de dois mil e dez, bem como informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. -----

- A Comunidade Internacional da Região Dão Lafões remeteu a esta Assembleia Relatório de Gestão e Prestação de Contas do exercício Económico de dois mil e nove. -----

- O Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu acusou a recepção do convite para a “Sessão Comemorativa do Trigésimo Sexto Aniversário do Vinte e Cinco de Abril”, agradece e informou que por questões de agenda não pode estar presente na mesma. -----

- A Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação acusou a recepção das Propostas de Recomendação apresentadas pelos alunos dos Agrupamentos Escolares que participaram na “V Assembleia Municipal Infantil”, realizada por esta Assembleia no passado dia onze de Abril de dois mil e dez. -----

- O Grupo Parlamentar “Os Verdes” acusou a recepção da Moção sobre “Encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois”, apresentadas pelos Senhores Deputados do Partido Social Democrata e pelo Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal realizada do passado dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez. -----

- As Entidades a seguir indicadas acusaram a recepção da Moção sobre “Defesa do Serviço Público de Correios”, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, na Sessão Ordinária desta



Assembleia Municipal realizada no passado dia dezanove de Abril de dois mil e dez: Chefe da Casa Civil da Presidência da República; Chefe do Gabinete do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Chefe do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações; Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Grupo Parlamentar do CDS-PP; Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e SILDETELCO – Sindicato Democrático dos Trabalhadores das Comunicações e dos Média. -----

- O Tribunal Judicial de Viseu devolveu a esta AMV quatro cassetes referentes à gravação da Sessão Ordinária realizada em vinte e seis de Junho de dois mil e seis. -----

- A Assembleia de Freguesia de Silgueiros, remeteu a esta Assembleia Municipal cópia da “MOÇÃO DE REPÚDIO”, referente ao encerramento da Repartição de Finanças Viseu Dois. -----

- O Arquivo Distrital de Viseu, remeteu a este Órgão Autárquico, um exemplar do Boletim número quarenta e dois referente ao segundo trimestre de dois mil e dez. -----

- O Senhor Deputado Municipal José António Santos Esteves Correia solicitou a justificação da falta à Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia dezanove de Abril de dois mil e dez. -----

- O Senhor Vereador Fernando Luís Monteiro Bexiga solicitou a justificação da falta à Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia dezanove de Abril de dois mil e dez. -----

- A Senhora Deputada Municipal Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida solicitou a justificação da falta à Sessão Extraordinária de Vinte e Cinco de Abril de dois mil e dez. -----

- Solicitou, via e-mail, a suspensão do mandato, pelo período de um mês, a Senhora Deputada Cristina de Almeida Lourenço Varandas. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----

- Foi dada autorização, por via oficiosa, aos Partidos Políticos, bem como às Entidades e Organismos que solicitaram a cedência do Salão desta Assembleia Municipal. -----

- Foram remetidos à Câmara Municipal de Viseu diversos assuntos, a saber: Certidões e Deliberações em Minuta, tomadas em Sessão Ordinária desta AMV, realizada do passado dia dezanove de Abril de dois mil e dez; duas propostas sobre: “Alteração ao Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Viseu”, “Alteração ao Projecto de Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas”, bem como “Recomendação – Abrigos de Autocarros nas Paragens dos Serviços de Transportes Urbanos de Viseu”, apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia dezanove de Abril de dois mil e dez; Propostas de Recomendação apresentadas pelos alunos dos Agrupamentos Escolares que participaram na “V Sessão Infantil”, realizada por esta Assembleia Municipal no passado dia onze de Abril de dois mil e dez. -----

- Foi remetida ao Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu, “Recomendação – Abrigos de Autocarros nas Paragens dos Serviços de Transportes Urbanos de Viseu”, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia dezanove de Abril de dois mil e dez. -----

- Foi remetida Moção sobre “Defesa do Serviço Público de Correios”, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia dezanove de Abril de dois mil e dez, às seguintes entidades: Excelentíssimo Senhor Presidente da República; Excelentíssimo Senhor Ministro da



Economia, Inovação e do Desenvolvimento; Excelentíssima Senhora Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social; Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República; Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu; Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu; Administração dos Correios e Telecomunicações; Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República; SINTELCO – Sindicato Democrático dos Trabalhadores das Comunicações; Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações; Comunicação Social. -----

- Foram remetidas, à Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Propostas de Recomendação apresentadas pelos alunos dos Agrupamentos Escolares que participaram na “V Sessão Infantil”, realizada por esta Assembleia Municipal no passado dia onze de Abril de dois mil e dez. -----

- Foi endereçada Convocatória aos Senhores Deputados eleitos para as Comissões: Desenvolvimento Regional; Educação e Cultura; Saúde e Solidariedade Social, para uma reunião que se realizou nesta Assembleia Municipal no passado dia sete de Junho de dois mil e dez. -----

- Foi endereçada Convocatória com a respectiva Ordem de Trabalhos, aos Senhores: Presidente e Membros desta Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Vice-Presidente e respectivo Executivo Municipal, convocando-os para a Sessão Ordinária desta AMV que se realizará no próximo dia vinte e oito de Junho de dois mil e dez. Igualmente foi remetido o restante expediente via e-mail. -----

- Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, Edital da Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia vinte e oito de Junho de dois mil e dez, para afixação na sede das mesmas, bem como aos Partidos Políticos. Igualmente foi remetido a um jornal diário e a um semanário, para publicação. -----

- Foi enviada, via e-mail, aos Líderes Parlamentares a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. -----

- Foi convocada para a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal que se realizará no próximo dia vinte e oito de Junho de dois mil e dez, via oficiosa, a Senhora Deputada Fernando do Sul Ferreira do Grupo Parlamentar do PS, em virtude da Senhora Deputada Cristina de Almeida Lourenço Varandas ter pedido a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de vinte e um de Junho de dois mil e dez. -----

- Foi comunicado, via oficiosa, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que a Senhora Deputada Cristina de Almeida Lourenço Varandas pediu a suspensão do mandato pelo período de 1 mês, a partir de vinte e um de Junho de dois mil e dez, tendo sido convocada a Senhora Deputada Fernanda do Sul Ferreira. -----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após a verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: “Bom dia a todos. Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Vereadoras, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Membros da Comunicação Social. Vamos dar início à Sessão Ordinária da nossa Assembleia Municipal. Temos dois pontos: O Ponto da Actividade Municipal e o Ponto Dois – Apreciação e votação da Câmara Municipal sobre “RECRUTAMENTO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU””. Tinha aqui uma questão prévia que já coloquei aos Líderes dos Grupos Municipais, mas queria colocar agora a todos os Membros da Assembleia Municipal. Já em cima desta Sessão, recebemos da Câmara Municipal o pedido de ratificação da adesão à sociedade Histórica Afonso Henriques, portanto, um ponto que é de urgência, nos termos do que o Regimento diz, que é o artigo trinta e oito, na medida em que para a Autarquia aderir a esta nova organização terá que ter a ratificação por parte da nossa Assembleia Municipal. Como sabem, a inclusão de um ponto novo na Ordem de Trabalhos, deverá ter o mínimo de dois terços do número legal de Membros da



Assembleia Municipal, pelo que, eu colocava à consideração das Senhoras e Senhores Deputados a possibilidade de incluir isto como Ponto Três da nossa Ordem de trabalhos. Perguntava se alguém se quer pronunciar sobre esta matéria. Então se ninguém se quer pronunciar eu vou colocar à votação. Aprovado por unanimidade. Eu vou colocar como Ponto Três da Ordem de Trabalhos. Temos duas actas para aprovar: A Acta da Sessão Ordinária de dezanove de Abril e a Acta do Vinte e Cinco de Abril. Vou colocá-las à discussão. Sobre a Acta da Sessão Extraordinária do dia dezanove, pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar. Não tenho nenhuma inscrição, vou colocar à votação. A Acta foi aprovada por unanimidade. Passamos agora à Acta do dia Vinte e Cinco de Abril. Vou colocá-la também à discussão. Pergunto se alguém se deseja manifestar sobre a Acta. Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou colocá-la à votação. A Acta foi aprovada com uma abstenção. Antes de passarmos ao período Antes da Ordem do Dia, informava as Senhoras e Senhores Deputados que as Comissões que deliberámos na Assembleia Municipal, já estão todas em funcionamento, com os respectivos Presidentes eleitos. Eu tinha dito aos Presidentes das Comissões que, se desejassem, nesta Sessão antes do PAOD dar alguma informação sobre o plano de actividades, ou o andamento sobre essas Comissões, que o poderiam fazer, não é obrigatório, é facultativo. Eu perguntava aos Presidentes das Comissões se algum quer utilizar este período para dar alguma informação aqui ao plenário da Assembleia Municipal. Senhor Deputado tem a palavra”.

- UM – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PSD) – No uso da palavra intervém dizendo o seguinte: “Apenas uma referência muito breve relativamente àquilo que é a Comissão de Desenvolvimento Regional. Reunimos na passada sexta-feira, tomámos algumas iniciativas que vamos pôr em prática. Vamos levar este ano a cabo um conjunto de iniciativas que visam o desenvolvimento agrícola. Paralelamente a isto, vamos fazer uma aposta no sentido de tentar que o projecto do novo Matadouro seja aprovado o mais rapidamente possível e seja posto em prática, porque através dele virão um conjunto de iniciativas de carácter agrícola, que visam o desenvolvimento pecuário da região. Por outro lado, também vamos aproveitar para fazer uma reunião com os Senhores Presidentes das Juntas, no sentido de criar canais de distribuição que permitam escoar os pequenos excedentes agrícolas, portanto, que são criados pelas famílias. Nesta altura de crise acho que pode ser um bónus financeiro extremamente importante. Também ainda neste âmbito, e para já, tentar incutir nas pessoas o sentido do aproveitamento dos resíduos florestais. Desta forma, evitaremos incêndios e procuraremos incentivar a criação de biomassa. Portanto, para além de um outro conjunto de iniciativas, mas estas são aquelas que neste momento estamos a pensar levar a cabo, o mais rapidamente possível, com reuniões com os promotores do Matadouro de Viseu, do MatViseu, com o projecto, tanto quanto sei, devidamente reformulado e com a reunião com os Senhores Presidentes das Juntas, no sentido de criar canais de distribuição para os pequenos excedentes agrícolas”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais ninguém que tenha solicitado a palavra para este período excepcional que se criou. Vamos então dar início ao PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA e o primeiro inscrito sou eu”.

- DOIS - SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES (PSD) – No uso da palavra faz a intervenção seguinte: “A questão das acessibilidades ao Concelho de Viseu é um tema que reiteradamente nós temos tratado nesta Assembleia ao longo deste mandato e dos outros, aqueles que tiveram oportunidade de fazer parte deste Órgão, invariavelmente congratulámo-nos várias vezes aqui com o facto de hoje já não sermos uma capital de distrito que não é servida por auto-estradas. Felizmente, hoje somos servidos pela A-Vinte e Quatro, com a qualidade que lhe reconhecemos. Somos servidos também pela A-Vinte e Cinco. São duas vias que são claramente estruturantes do



nosso desenvolvimento e até têm tido um papel muito relevante no nosso desenvolvimento. Pena que, nalguns casos, não tivessem sido construídos mais cedo, mas para além destas vias – A-Vinte e Quatro e A-Vinte e Cinco – há aqui uma questão que reiteradamente temos tratado que é a ligação entre Viseu e a auto-estrada A Um, portanto, no fundo, a via que nos permitiria uma ligação mais rápida a Sul. Todos os dias andamos naquela estrada, no IP-Três, e verificamos os graves constrangimentos que ela provoca. Ainda me aconteceu na semana passada à ida para Lisboa estar uma hora e um quarto à espera, porque tinha havido um acidente e à vinda para cima estive mais quarenta e cinco minutos à espera, porque havia de novo um acidente. Ora, isto é claramente uma situação que traz constrangimentos ao desenvolvimento desta região, porque mesmo os investidores ao ponderarem investir numa região como esta, ponderam sempre as acessibilidades, para já não falar das pessoas em estado de necessidade e os próprios cidadãos que no dia-a-dia são confrontados com esta situação, para também já não falar do contributo que traz à perda de produtividade do próprio país. Eram centenas de carros parados, de pessoas em horas de trabalhos, que estavam ali num momento de grande inutilidade. A verdade é que, nós sabemos que esta ligação entre Viseu e a A-Um, há mais de cinco anos que tinha o seu corredor definido. Há mais de cinco anos que tinha deferido que seria uma auto-estrada com portagens, porque se iria manter o IP-Três com o actual traçado, o que permitiria aos viseenses que queiram vir a utilizar e todos os utentes que queiram utilizar esta via, o poderem fazer através do pagamento de uma portagem numa auto-estrada. Mas quem não quiser utilizar essa auto-estrada e fazer o seu percurso terá sempre a alternativa de viajar através do IP-Três, e portanto, há mais de cinco anos que este assunto está em cima da mesa com possibilidades de avançar. Entretanto, o Governo Socialista, como todos sabemos, inventou este mega concurso, transformando setenta quilómetros de auto-estrada em quatrocentos quilómetros com os resultados que aí estão. Duas anulações e depois nesta fase em que este assunto estaria para ser adjudicado, somos confrontados com esta situação económico-financeira do país que obriga a suspender este mesmo concurso e hoje, a verdade, é que Viseu está sem saber o que, efectivamente, vai acontecer em relação a esta via, quando sabemos, e os estudos basicamente estão feitos, que se fosse lançado um concurso exclusivamente só para a ligação Viseu-Coimbra, seria um concurso que não teria custos para o Orçamento do Estado. O tráfego que esta estrada tem permitiria uma lógica de concepção/construção/exploração, que não traria despesa nem agravamento do défice do País. Eu gostava aqui de enfatizar que para além destes cinco anos perdidos, que são da responsabilidade exclusiva do Partido Socialista, temos que dizê-lo com toda a frontalidade, se este assunto tem sido tratado em devido tempo, já hoje tínhamos a auto-estrada, escusávamos de estar mais uma vez a ser vítimas da própria evolução do País. Hoje mais uma vez, já nos aconteceu quando foi da Universidade Pública, enfim, caiu o Governo e acabámos por não a ter, estamos a ser vítimas de uma situação, que se tivesse sido tratada em devido tempo hoje já teríamos esta ligação. E se isto é uma realidade, há um outro aspecto que também temos aqui falado que é a ferrovia. O Senhor Presidente da Câmara recorda-se, todas as Senhoras e Senhores Deputados se recordarão que numa determinada altura estivemos numa fase muito adiantada as negociações entre a Câmara Municipal de Viseu e a CP, para que fosse criado um ramal de acesso de Viseu à linha da Beira Alta, para que, efectivamente, Viseu deixasse de estar no isolamento que está do ponto de vista rodoviário. Vieram depois com as miragens do TGV, várias vezes eu fui até insultado pelo facto de dizer que não acreditava que alguma vez nós tivéssemos comboio de alta velocidade em Viseu. O que devíamos era seguir o caminho de realismo e procurar uma ligação entre Aveiro e Viseu e depois ligação à linha da Beira Alta com melhoramentos, deixarmo-nos de megalomanias, com os pés assentes na terra e seguirmos um caminho que, efectivamente, permitisse a Viseu apanhar o comboio, porque é fundamental, todos nós sabemos, que no futuro se não seja servido por boas



ligações ferroviárias será um território que compromete, seriamente, o seu futuro. Também aqui andámos a ser iludidos pelo “canto da sereia”, embora a sereia não seja aqui com formas muito delineadas, e a verdade é que chegamos ao momento em que Viseu não sabe o que é que o pode esperar do ponto de vista daquilo que é o transporte ferroviário, porque o TGV eu acho que é cada vez mais uma miragem, aliás, sempre foi. Quem o andou a defender de uma forma tão fervorosa não disse a verdade às populações. Desse ponto de vista, entendi fazer hoje esta intervenção e ao mesmo tempo, apresentar uma Moção, exactamente, para que o Governo clarifique perante Viseu o que nós podemos esperar, porque desde as autarquias, aos investidores, aos cidadãos, para fazerem planos de vida que pretendem fazer nos próximos anos, têm que saber como é que será o desenvolvimento, designadamente, destas infra-estruturas que são fundamentais para o nosso desenvolvimento, como é que elas se irão processar. Portanto, neste sentido da intervenção que estou a fazer, eu iria apresentar aqui uma Moção, exactamente, para enviarmos ao Governo sobre a matéria. Eu passaria a ler: Moção – Com a conclusão das vias A-Vinte e Cinco e A-Vinte e Quatro, Viseu deixou de ser a única capital de distrito que não era servida por nenhuma auto-estrada; Apesar desta conquista e de o traçado da ligação em auto-estrada entre Viseu e a A-Um já estar definido desde dois mil e cinco, a verdade é que continuamos sem esta importante via construída e, nos dias que correm, face às dificuldades do País, nem perspectivas do seu desbloqueamento. Ao mesmo tempo e apesar das sucessivas promessas e soluções apontadas para a ligação ferroviária a Viseu, nem ramal de ligação à linha da Beira Alta, nem comboio de alta velocidade, nem ligação de Aveiro a Viseu. A este impasse nestas importantes acessibilidades, com concretização ameaçada, junta-se agora a possibilidade de inclusão de portagens nas SCUT A-Vinte e Quatro e A-Vinte e Cinco, pelo que urge deixar claras as posições do Concelho de Viseu face a estas importantes infra-estruturas. Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida no dia vinte e oito de Julho de dois mil e dez deliberou: Um – Reiterar a necessidade de ser constituída a ligação em auto-estrada entre Viseu e a A-Um, devendo o Governo proceder a estudo que autonomize o seu início rápido numa perspectiva de concepção, construção e exploração, sem custos para o Orçamento do Estado, mantendo intacto o actual IP-Três que se constituiria como via alternativa à nova auto-estrada a construir com portagens; Dois – Exigir que seja estudada e estabilizada uma solução para a ligação ferroviária a Viseu, designadamente com a construção do troço entre Aveiro e Viseu com ligação à linha da Beira Alta, para que esteja na linha de prioridades de construção logo que o País coloque as suas finanças em ordem; Três Reforçar a exigência de que as eventuais futuras portagens a implantar nas A-Vinte e Quatro e A-Vinte e Cinco não tenham custos para os residentes e empresas no Distrito de Viseu, em toda a sua extensão, pelo facto de não existir via alternativa para estes percursos. E sobre esta matéria das eventuais portagens na A-Vinte e Quatro/ A-Vinte e Cinco, também aqui se estranha o silêncio do Partido Socialista. Todos nós nos lembramos que nas últimas duas eleições legislativas, o Partido Socialista fez as suas campanhas dizendo: Com o Partido Socialista não haverá portagens na A-Vinte e Quatro e na A-Vinte e Cinco. Todos nos lembramos que esta foi a grande bandeira do Partido Socialista sobre esta matéria. Também nos lembramos que o PSD em dois mil e cinco colocava no seu programa eleitoral algo deste género: Em relação à A-Vinte e Quatro e A-Vinte e Três, garantir que não haverá portagens para os residentes pelo facto de não terem uma via alternativa. Esta sempre foi a posição do PSD. Quando hoje defendemos o princípio da universalidade, não é justo que uns paguem e outros não paguem, portanto, daí a nossa defesa do princípio da universalidade, no princípio de portagens nas auto-estradas, também não é menos verdade que sempre defendemos o princípio da discriminação positiva para os residentes quando não existam alternativas. Se é justo que paguemos portagem na futura eventual auto-estrada para Coimbra, porque teremos uma alternativa, quem quiser hoje andar na A-



Vinte e Cinco ou na A-Vinte e Quatro em direcção ao Porto, em direcção a Lamego, não tem alternativas, porque, efectivamente, no caso da A-Vinte e Cinco, uma boa parte do IP-Cinco foi utilizado como traçado da actual A-Vinte e Cinco. Achamos que sim, o País precisa que esse esforço seja feito, o princípio da utilização/pagador é, de facto, um princípio justo que obriga a pagar aqueles que precisam, agora, sempre numa lógica de isenção para os residentes em Viseu e para as empresas que desenvolvem aqui a sua actividade. Aliás, tivemos a oportunidade já de ouvir as declarações do Senhor Presidente da Câmara em relação a esta matéria e não podíamos de estar mais de acordo com a forma como tem abordado este assunto. Seria importante que a nossa Assembleia Municipal clarificasse todas as suas posições em relação às meterias, que não devem deixar de ser faladas apesar da situação económica do País, porque o País há-de encontrar maneiras de equilibrar as suas contas, mas o desenvolvimento dele próprio e dos seus territórios tem que estar devidamente suportado, até porque, se não tratarmos destas matérias agora, quando as finanças públicas estiverem mais ou menos equilibradas, estes assuntos ainda estarão na sua fase inicial. Se nós os tivermos estudado, será a forma, como diz o povo, “quem vai à frente já leva vantagem”. Neste caso concreto, era um pouco esta a minha ideia ao apresentar esta Proposta em sintonia, obviamente, com o Grupo Parlamentar do PSD. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Senhores Deputados temos, portanto, uma Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Já temos uma inscrição. Senhor Professor Correia de Campos tem a palavra”.

- TRÊS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)

– Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu queria agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal esta intervenção, em relação à qual, cuja primeira parte eu estou totalmente de acordo. O nosso desacordo surge apenas quando o Senhor tenta identificar responsáveis, porque este caminho de nós encontrarmos sempre uma *bête noire*, um fantasma, ao qual vamos assacar responsabilidades é um caminho muito perigoso. Se quisermos ir até à origem dos factos, talvez haja alguma responsabilidade em quem aceitou, ao decidir, ao construir a IP-Três e a IP-Cinco já com traçados medíocres, inseguros, obrigando, no caso da IP-Cinco, já a uma auto-estrada e obrigando mais tarde, no caso da IP-Três, a nova auto-estrada, portanto, Senhor Presidente, é um pouco perigoso entramos neste caminho e, sobretudo, é um caminho que não é consensual. Agora, nós temos que nos definir e, sobretudo, o Partido maioritário nesta Assembleia Municipal, a nível nacional, tem que se definir. É certo que agora há alguns acordos e há algumas ocasiões que propiciam consensos e acordos e alguma estabilidade decisória que eu também reconheço ser indispensável para o futuro. Em relação àquilo que eu tenho mais dúvidas, é em relação a algumas partes dos seus três pontos na Moção. Não temos nenhum problema com o ponto um da Moção, em relação ao ponto dois, nós, naturalmente, queremos uma ligação ferroviária a Viseu, mas o que nos parece a todos difícil de, neste contexto não técnico, político, que é esta Assembleia, estarmos com pormenores técnicos sobre se é por Aveiro, se não é por Aveiro, são matérias que não têm sentido e que nos podem amarrar a todos mais tarde a uma decisão para a qual não estamos hoje devidamente fundamentados, portanto, com exclusão à parte final dessa sua conclusão segunda, estaremos de acordo. Em relação à questão da isenção aos residentes, é evidente que, temos que aguardar aquilo que seja o resultado do consenso político que se está a gerar a nível nacional sobre esta matéria. Ainda não me parece que estejam tomadas decisões absolutamente definitivas, porque qualquer solução tem vantagens e inconvenientes. A questão de isentar os residentes de Viseu, e as empresas residentes de Viseu, em todo o trajecto da A-Vinte e Quatro e A-Vinte e Cinco é, certamente, uma solução que se for usada por todos os residentes de todas as passagens da auto-estrada leva



a que não haja, praticamente, nenhuma portagem e, portanto, há que ter algum cuidado. Não significa que não deva haver, mas há que ter algum cuidado e alguns limites na forma como estas isenções devem ser geridas, se bem que, em princípio, não temos nada contra o facto. Eu apelava, finalmente, ao Senhor Presidente para se quiser introduzir na sua Moção estas revisões, nós estaremos disponíveis a votá-la a favor. Muito obrigado”. -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- **QUATRO** – **SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Solicita o uso da palavra e diz: “O Bloco de Esquerda, já aqui o disse

não há muito tempo, que o problema das acessibilidades de Viseu residiam, e têm de facto, e aí estamos de acordo com o colega Correia de Campos, têm a sua origem na construção dos IP’s com traçados verdadeiramente assassinos. Isto com o pretexto que tinha que se aproveitar à presa os fundos de pré-adesão à CEE. Por outro lado, quer nos parecer, relativamente às ligações ferroviárias, e também já o defendemos aqui, o Bloco de Esquerda defende, pura e simplesmente, aquilo que já foi definido pelo Governo do PSD, que é a ligação por comboio, não de TGV, portanto, não é preciso andar a trezentos quilómetros à hora, se calhar nem é aconselhável, porque estamos a defender um comboio de prestações elevadas, com uma velocidade para aí a duzentos quilómetros à hora, para ligar os portos de Aveiro, eventualmente depois com ligação a Leixões, à Europa, passando por Viseu e pela plataforma logística da Guarda. De resto, esta solução até já foi apoiada pela Associação Industrial da Região de Viseu. O único condicionamento que nós poríamos a esta solução seria, que ainda não vimos nenhum estudo sobre isso, os impactos ambientais e no próprio tecido social, digamos, e do território, da construção de uma linha deste tipo. Entretanto, também já aqui defendi recentemente, que “o bom é inimigo do óptimo” e não podemos estar à espera, sobretudo numa época de crise, que se construam as linhas de alta velocidade, ou de prestações elevadas, que já estão previstas para daqui a não sei quantos anos e que o problema da ligação ferroviária seria perfeitamente resolvido, não digo que isso seja fácil, mas já o sugeri aqui, com uma ligação à Estação de Caminhos-de-ferro de Mangualde, através de rodovia, através de um *shuttle*, um autocarro, expressamente para este serviço, para aí de dezoito lugares, que ligaria à estação. Como eu já disse aqui, é mais rápido ir da Central Rodoviária de Viseu à Estação de Mangualde, do que ir, por exemplo, de Sete Rios a Santa Apolónia. Relativamente às portagens das SCUT’s, eu também trago uma Moção do Bloco de Esquerda e que passaria a ler para submeter à vossa apreciação. **Moção:** Um - Considerando que o Concelho de Viseu se encontra na intersecção de duas auto-estradas, a SCUT do Interior Norte (A-Vinte e Quatro) e a SCUT da Beira Litoral e Alta (A-Vinte e Cinco), designadas Sem Custo para o Utilizador, precisamente para promoverem a coesão nacional e o desenvolvimento de regiões economicamente deprimidas, como a nossa, onde o PIB é inferior à média nacional (antes do alargamento da União Europeia, a Região Centro encontrava-se entre as dez regiões mais pobres da Europa); Dois – Qualquer uma destas auto-estradas não te, alternativa rodoviária com um mínimo de qualidade em termos de distância, tempo e segurança, sendo que as antigas estradas nacionais passam por dentro das povoações e até já têm troços municipalizados, o caso da A Dezasseis; Três – A introdução de portagens, ainda que isentando de pagamento os residentes e as empresas com sede nas regiões, num raio de poucas dezenas de quilómetros, irá condicionar o direito à mobilidade das populações (não esquecer que Viseu é capital do Distrito e sede de serviços administrativos), além de prejudicar as trocas comerciais, o investimento e o turismo; Quatro – As chamadas auto-estradas SCUT não têm as condições de segurança, nem as especificações técnicas definidas internacionalmente para uma verdadeira auto-estrada, não só relativamente ao traçado (com redução de velocidade para oitenta quilómetros/hora, como acontece na A Vinte e Cinco, dentro do Concelho de Viseu, na chamada “Bossa do Camelo”, por exemplo), mas também à quantidade de vias de saída



(que as auto-estradas não podem ficar a uma distância inferior a trinta quilómetros uma das outras); A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em Sessão Ordinária de vinte e oito de Junho de dois mil e dez: Primeiro – manifesta a sua oposição à introdução de portagens nas SCUT's do Interior Norte (A-Vinte e Quatro) e a Beira Litoral e Alta (A Vinte e Cinco). Dois – Esta Moção deve ser enviada à Presidência da República, Ministério das Obras Públicas, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Governador Civil do Distrito de Viseu”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do Seu lugar diz o seguinte: “Obrigado Senhor Deputado. Temos, portanto uma segunda Moção também para discussão. Pergunto se há alguma inscrição relativamente a esta Moção. Não havendo, eu passo a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos sobre a Moção anterior”. -----

- CINCO – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – No uso da palavra faz a intervenção seguinte: “Em relação ao teor apresentada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Doutor Almeida Henriques, o Grupo Parlamentar do CDS/Partido Popular, não tem nada a opor, concorda na generalidade com o que nela está vertido. São, realmente, três pontos que nos merecem a máxima atenção e algum cuidado e que não podemos descurar sob a pena de continuarmos a perder o comboio e ficarmos para trás nas decisões deste Governo Socialista que tem passado ao lado de Viseu. Se em relação à acessibilidade à ligação a Coimbra, a auto-estrada todos estamos de acordo, em relação à ferrovia penso que também todos estamos de acordo. Não interessa aqui saber se é via Aveiro, se é via Santa Comba Dão, se é via Oliveira de Frades, o que interessa é a ferrovia, ponto. Ferrovia competitiva, o modelo não nos compete a nós, não somos técnicos, os técnicos têm que definir o modelo e nós politicamente avalisá-lo, ou não, assumindo as consequências que daí advêm. Em relação ao princípio das SCUT's, o CDS/PP defende o princípio de utilizador/pagador, mas quando há alternativas. E se é um facto que neste momento a ligação a Aveiro e a ligação a Lamego não tem alternativas, não fará sentido estarmos a ser penalizados e sermos discriminados não positiva, mas negativamente, não é? Não somos menos que os algarvios, que têm a Via do Infante, e segundo o que consta, não pagarão, porque não têm outra alternativa. Nós se quisermos ir a Lamego, se as nossas empresas quiserem ir ali para colocar os produtos, não tem alternativa que não utilizar a A-Vinte e Quatro. Vamos votar favoravelmente a Moção, esperemos é que tenha resposta, não seja como outras anteriormente que continuam sem resposta, como parece que é a carta ao Senhor Ministro da Educação e Tecnologia sobre a Universidade Pública, mas lá iremos a seu tempo para o nosso apoio”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Almeida Henriques. -----

- SEIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES (PSD) – Intervém novamente dizendo: “Eu também penso que não podemos deixar de dar a importância histórica que damos às coisas. Agora, a esta distância, o IP-Cinco foi uma péssima solução com este traçado. A verdade é que, o IP-Cinco na altura em que foi construído teve um papel fundamental e decisivo para o desenvolvimento de Viseu. E naquele contexto, se calhar, quem tomou a decisão tomou-a dentro das possibilidades que tinha para o fazer, portanto, também não podemos agora a esta distância escamotear. Viseu não seria hoje a cidade que é e esta região não seria a região que é se o IP-Cinco não tivesse sido construído e, portanto, também não aceito que se façam juízos de valor tão radicais quanto aqueles que o Senhor Deputado Correia de Campos aqui fez, porque, efectivamente, teve a sua importância. Por outro lado, convém chamar o nome às coisas, as SUCT's foram uma invenção do Partido Socialista, não foi uma invenção do PSD em momento algum da governação. Quem criou este conceito, que agora se vê que é um conceito extremamente lesivo para a economia do País e nós na altura alertámos, foi o Partido Socialista. Quem criou esta confusão foi o Partido Socialista. Nós avisámos várias



vezes de que esta era uma má opção, agora o Partido Socialista também tem que “descalçar esta bota”. Eu ainda estou para ver, ouvi o Senhor Deputado Correia de Campos, mas ainda não ouvi o responsável do Partido Socialista a vir pedir desculpa aos viseenses pelo facto de terem feito duas campanhas a prometer que com eles não haveria portagens na A-Vinte e Cinco e na A-Vinte e Quatro, ainda não vi nenhum responsável do Partido Socialista vir a público explicar porque é que deu uma “cambalhota” e porque é que agora estarão, à partida, disponíveis para este novo princípio. Da parte do PSD coerência absoluta. Nós sempre defendemos o princípio do utilizador/pagador. Sempre entendemos que quem utiliza as infra-estruturas as deve pagar. Sempre defendemos o princípio da universalidade. E tem sido muito clara a nossa posição, porque é que nós havemos de pagar portagens e o Algarve não deve pagar portagens? Porque é que o Norte há-de pagar portagens e o resto deve ficar isento? Ora, se existe um princípio este princípio deve ser aplicado do ponto de vista do País, porque aquilo que o Partido Socialista se preparava para fazer era fazer política com estas coisas e, paulatinamente e “levando a água ao moinho” provocando o mínimo possível de contestação pelo País. Isto era tática não era estratégia. Agora, se há princípios eles têm que ser claros, têm que ser princípios para todo o País, isto é, quem paga portagens, se há SCUT’s que passam a ser portajadas então todas as SCUT’s para a ser portajadas. Se há excepções, essas excepções têm que ser definidas para o País inteiro. E no caso concreto, aquilo que nós estamos aqui a defender é um princípio muito claro, não havendo uma via alternativa, como não há, esse é o facto, nós temos que ter uma discriminação positiva, assim como outras partes do País que estejam nas mesmas condições que o Distrito de Viseu. É tão claro como isso, o princípio que nós defendemos nesta proposta. Os consensos, Senhor Deputado, nós procuramo-los sempre, agora, os consensos são razoáveis. Nós já nos vamos habituando que o Partido Socialista quer sempre o seu consenso, isto é, aquilo que o Partido Socialista diz que deve ser o caminho, então faz o apelo, no caso concreto, quando é a nível nacional faz o apelo à oposição, para estabelecer consensos, mas depois é inflexível e, a maior parte das vezes, não se quer desviar do seu caminho. No caso concreto, nós reafirmamos aqui princípios nesta Moção dos quais não nos vamos desviando, portanto, o Partido Socialista tem sempre uma opção de votar ponto por ponto. A única situação em que poderemos abrir uma excepção será no campo da ferrovia, porque, obviamente, nós não somos técnicos ferroviários. Aquilo que sabemos é que quarenta por cento, por exemplo, das mercadorias do Norte e do Centro do País saem através da A-Vinte e Cinco. Ora, se esses quarenta por cento que saem através daqui e só são utilizados hoje um por cento de transportes ferroviários em Portugal, há aqui claramente um campo de crescimento muito grande. O que nós sabemos é que não faz sentido andarmos com miragens. O que Viseu precisa é duma definição, de uma vez por todas, de qual é a estratégia para a ferrovia. O Senhor Presidente da Câmara, a certa altura, estava em conversações com a REFER para construir o ramal entre Viseu e a linha da Beira Alta. Reservou terrenos, depois já não era assim, porque vem aí o TGV. Depois, estava também em estudo que seria dada prioridade à construção entre Aveiro e Viseu. Está no estado em que está. Ora, o que Viseu precisa é de uma definição. Nós sabemos que o País neste momento não está em condições de poder avançar com determinado tipo de investimentos, mas ficam, pelo menos, clarificadas as situações, quando o País estiver numa melhor situação está já definido qual é o traçado e inicia-se a construção. A única alteração que eu aceitaria em nome do Grupo Parlamentar do PSD, seria acrescentar do ponto da ferrovia a solução que lá está a outra que se demonstre tecnicamente viável, porque de facto, nós não somos técnicos e não podemos estar a condicionar. Em relação à Moção do Bloco de Esquerda, nós não podemos votar favoravelmente a Moção na forma como ela está redigida, porque obviamente, que estamos de acordo com alguns dos princípios que o Senhor Deputado Carlos Vieira aqui trouxe, agora, parte logo dum princípio que não é o nosso princípio. Nós somos favoráveis



ao princípio do utilizador/pagador e a sua Moção tem uma perspectiva que é de rejeitar, pura e simplesmente, o pagamento de portagens nas SCUT's, portanto, logo por aí nós não poderemos votar favoravelmente. Manteríamos, exactamente, a Moção como ela está, quando muito, se isso der guarida a que o Partido Socialista vote favoravelmente toda a Moção, acrescentaremos uma frase do género: Esta ou outra solução tecnicamente viável, portanto, apresentaremos como uma indicação e não como um aspecto mandatário. Muito obrigado". -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- **SETE** – **SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Eu tenha reservado para fazer uma intervenção na parte final, como sempre o faço, mas duas coisas que não queria deixar passar: Uma para enfatizar aquilo que disse o Senhor Presidente da Assembleia e que tem a ver com os adjectivos que foram aqui colocados em relação aos IP's, traçados assassinos. Já ninguém se recordará, eventualmente, como é que era a antiga estrada de ligação de Viseu-Porto antes do IP, portanto, também ignorar que no período de pré-adesão, ou se perdiam aqueles montantes, ou então eles iam para outro lado, ou se fazia, digamos, a obra, eu acho que é no mínimo ser incorrecto para quem na altura tomou a decisão. Não estou à vontade, não fui eu que inaugurei o IP-Cinco, foi o meu antecessor, mas se estivesse, eventualmente, no lugar estava também a bater palmas a dizer que o IP-Cinco tinha sido, extremamente, importante. O grande erro foi fazer a auto-estrada em cima do IP-Cinco. Esse é que foi o grande erro. Podiam, eventualmente, ter feito a auto-estrada separada do IP-Cinco e então sim, estávamos aqui todos sem nenhum argumento para colocar portagens na A-Vinte e Cinco. Queria também colocar também uma outra questão também apenas para esclarecer sobre a ferrovia. A ferrovia tem aqui definição tem acção. A ferrovia está definida. De quando em quando a Câmara, porque, pelo menos, tenta estar atenta a estes assuntos, vai colocando ao Ministério das Obras Públicas, se deve manter os terrenos capturados e a resposta é sim. Quem não se lembra, ainda há pouco tempo, penso que não foi há mais de meio ano, o Partido Socialista vir bater palmas sobre a aprovação e o início do estudo Impacto Ambiental? Deu origem a uma série de crónicas, aquelas crónicas semanais, portanto, a bater palmas, aliás, houve reuniões na Câmara. Está definido e está definido que há uma ligação Aveiro-Viseu-Salamanca, não se quer é fazer. Está definido o traçado, estão definidos os terrenos, estão definidos os corredores. Já agora uma outra coisa, esteve definido a ligação entre Viseu e a linha da Beira Alta, exactamente, na povoação de Alcafache. Veio até em PIDAC, como é sabido, depois caiu com esse argumento de que em vez daquela ligação apenas, podíamos ter uma ligação completa que era ligar a linha do Norte à linha da Beira Alta, portanto, este é o cenário. Também me recordo muito bem, aliás, a cobertura foi feita por um jornalista viseense, de declarações da Senhora Secretária de Estado. Sei que era a antiga secretária de Estado que já não tem muitas ligações até com este Governo, mas foi a Espanha vender a ligação de Salamanca a Aveiro, dizendo que era ali o porto fundamental para os investidores de Salamanca. Isto foi há muito pouco tempo, sei que foi no outro Governo, foi há pouco tempo, mas foi isto que foi dito: Os Senhores façam o favor de estarem à vontade nos investimentos, porque vão ter um porto bem perto, o vosso porto vai ser Aveiro, tanto mais que vamos ter a ligação Aveiro-Viseu-Salamanca, ou ao contrário. O problema é de acção! Só há uma bancada que deve ficar admirada que é esta bancada aqui do Partido Socialista, o resto... As promessas do Governo e depois a acção, o cumprimento, só quem estiver muito distraído é que acha que há alguma ligação. A mim não me espanta nada. Ninguém fique admirado, ou se estar agora a remeter para: Vamos definir a situação. A situação está definida. O que eu digo ao Governo é: Façam! Aliás, como está definida alguma incorrecção, alguma indefinição na ligação de Viseu a Sul. Então o que é que aconteceu? Na altura misturou-se tudo, três grandes auto-estradas para fazer um concurso para



justificar a cerimónia em Mortágua. Foi apenas isso, elas tinham que tem um ponto comum, era em Mortágua, que era para fazer a cerimónia em Mortágua. Juntou-se tudo em pacote. Depois deu-se conta que era preciso retirar e já se retirou a ligação de Viseu a Coimbra desse pacote. Já está autonomizado, o que é que falta? Falta fazer! Não falta mais nada! Falta aquilo que falta ao Governo, é a acção. Não têm acção nem fazem isto nem fazem o resto. Não vale a pena nós estarmos a enganar-nos. Mais, eu acho muito bem que a Assembleia cumpra aqui o seu papel fazendo moções, mas também não têm resposta, se calhar, nem chegarão ao destinatário, portanto, não faço ideia, não fiz essa contabilidade, mas a diferença entre as propostas e as respostas a essas mesmas propostas devem ser de tal maneira grandes que já deve levar a pensar que vão para lá. Eu não gostaria de deixar passar esta oportunidade sem dar este esclarecimento com o quadro que eu conheço. Houve, aliás, reuniões na Câmara há bem pouco tempo por causa do estudo Impacto Ambiental da ferrovia. Já agora outra coisa, espero não concluir, isso é que era grave, é que se estão a fazer os estudos Impacto Ambiental e eu já vi muita gente se arranjaram, e bem, às custas dos estudos Impacto Ambiental. Às vezes não há obras, mas há estudos de Impacto Ambiental. Espero que não seja só isso. Nós continuamos a fazer o nosso trabalho com os terrenos capturados... E mais, acho que devem uma explicação aos donos dos terrenos. Os donos dos terrenos merecem que o Partido Socialista lhes diga: Têm aqui o terreno capturado, mas é para uma ferrovia não é para fazer estratégia à custa dos vossos terrenos. Não é para andarmos a prometer, constantemente, que há ferrovia e não saímos daqui, portanto, que não há nada neste momento para além da falta de decisão, ou não, que o Partido Socialista possa invocar. Estão reunidas todas as condições. Agora podem vir com a crise, mas que venham! Não é preciso mais nada, já fizeram os estudos, até valia a pena saber, um dia destes pergunto, quanto é que já custou o Estudo Impacto Ambiental. É que já há investimento feito. Os Senhores têm ideia, por exemplo, quanto é que o antigo Primeiro-ministro gastou nas festas de apresentação com a A-Vinte e Cinco? Bem, eram todas muito bem adornadas e sumptuosas, portanto, há investimentos é porque, com toda a certeza, as obras não são para ficar por aqui". -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- **OITO** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)**

– Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Oh Senhor Presidente, o Senhor surpreende-me cada vez que fala e cada vez que tece a sua interpretação histórica sobre o passado. O Senhor diz: “Erro foi uma auto-estrada sobre o IP-Cinco”. Eu sou capaz de o seguir na primeira parte do seu raciocínio, dizer que nos anos em que se decidiu a construção do IP Cinco e se construiu o IP-Cinco, com os dados de que se dispunha, talvez não houvesse, é possível que não houvesse na altura, outra alternativa e que o IP-Cinco, apesar de todas as mortes que provocou, foi essencial para o desenvolvimento da região, não temos dúvida em subscrever isso. Agora, a segunda parte da sua afirmação é que é muito surpreendente, até pode haver uma solução mais segura e mais interessante como alternativa à A-Vinte e Cinco, mas o que é preciso também é fazer as contas. E o Senhor sabe, perfeitamente, que seria muitíssimo mais caro fazer uma outra via do que aproveitar, pelo menos em boa parte, metade daquela que já estava rasgada, sobretudo, até nos acessos para a própria construção. Segundo lugar, o Senhor Presidente protesta contra as miragens, eu também acho que nós temos que ter realismo e não viver de miragens. E é por isso que no meio deste processo ferroviário eu me surpreendo com estes vaivéns todos, quer dizer, nós já tivemos até um Governo da maioria do PSD, como sabe, tinha definido não sei quantos traçados de comboio de alta velocidade, inclusive, naturalmente, este de Aveiro-Viseu-Salamanca, que, enfim, a uma pessoa comum como somos todos nós, nos parece uma solução aceitável. Só que esse amontoado sem prioridades de listas de comboios de alta velocidade formulada, então, em dois mil e



quatro, é que realmente, é uma verdadeira miragem. Bom, e depois há aqui uma incompatibilidade enorme entre aquilo que o Senhor diz e a situação real. O Partido a que o Senhor pertence, a nível nacional, tudo fez, Senhor Presidente tudo fez nestes últimos três ou quatro anos para boicotar qualquer decisão possível. Tudo fez! Foram os aeroportos, foi a terceira travessia do Tejo, foram os comboios rápidos, foi tudo! Inclusive, nesta Assembleia, Senhor Presidente, um distinto Membro, e meu ilustre amigo do Partido maioritário desta Assembleia, chegou a declarar que eram obras faraónicas, tendo suscitado, naturalmente, a pergunta de saber se Viseu-Coimbra era uma obra faraónica ou não. Por outro lado, também me surpreende o desconhecimento, não é desconhecimento é a omissão, da situação em que o País vive e que o mundo internacional vive. Nós acabámos de saber que os países dos grandes vinte acabaram de decidir ontem que vão até dois mil e treze reduzir o seu défice orçamental para cinquenta por cento. Em que mundo é que o Senhor vive Senhor Presidente? Em que mundo é que nós todos vivemos? Vivemos num mundo de realismo. O Senhor acha que a crise foi provocada pelo Partido Socialista, ou reconhece que a crise é uma crise mundial, é uma crise que nos ultrapassa a todos e para a qual todos temos que estar unidos? Senhor Presidente, o Senhor terá sempre, nesta Assembleia, o apoio do Partido Socialista se trouxer propostas que consigam concitar as nossas energias todas para o bem da cidade e para o bem do Concelho. Agora, o País terá também todo o prazer, e está no concreto a observar isso, a observar que há em muitas matérias algum consenso que é possível. Eu esqueço aquilo que significa pedir, quer dizer, não é pedir, ninguém oferece, consenso, o PSD nacional não está a oferecer, não está a ceder a nenhum pedido, está, certamente, a concordar com o Governo maioritário em matérias que são de senso comum, são no contexto em que nos encontramos. E, portanto, tenhamos esta abertura, este espírito, em vez de estarmos aqui assim a defender pontos de vista que só têm a ver com a espuma política. Uma parte da Moção do Senhor Presidente da Assembleia, eu lamento, uma parte É muito consensual e muito importante, mas a maior parte dela é espuma política, é só para criar um pretexto político. Por isso, vamos declarar, Senhor Presidente, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nós vamos abster-nos nas duas Moções. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- NOVE - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa novamente da palavra para dizer o seguinte: “Muito rapidamente. Eu não queria prolongar isto. Eu percebi que o Senhor Deputado Correia de Campos quando adopta uma postura mais de Estado... Não percebi qual foi o diferendo que tinha, a dissonância em relação à minha análise histórica. Eu limitei-me a fazer, exactamente, aquilo que acho que pode ser reconhecido por qualquer pessoa, bastava ir ao passado. Mas há uma coisa que eu tenho que dizer ao Senhor Deputado Correia de Campos também com a mesma frontalidade, o Senhor diz que eu não o surpreendo, foi assim: O Senhor surpreende-me com o seu raciocínio. Eu queria dizer-lhe, que o Senhor já não me surpreende com o seu raciocínio. Eu sei sempre qual é. Previsível!”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- DEZ – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Solicita o uso da palavra e diz: “No tempo do Governo de Santana Lopes, o Senhor Ministro Mexia resolveu pôr em prática a taxaço das SCUT’s fazendo, desde logo, uma discriminação positiva para as populações. Mas, nessa altura, as isenções seriam temporárias por três ou quatro anos, depois seria avaliado o grau de desenvolvimento das regiões do interior e, as isenções de portagens seriam também por uma dezena de quilómetros. Ora, a questão aqui é que, como nós dizemos na Moção, mesmo isentando os residentes e as empresas com sede nas regiões, as que não têm sede nas regiões pagarão, o que vai, naturalmente, onerar os custos de produção e transporte. Isso irá, não só, condicionar o direito à mobilidade das populações, por exemplo, quem



vem de Lamego, e Viseu é um centro administrativo, é sede de distrito, quem vem de Lamego ou de Cinfães, que garantias é que tem que não vai pagar? Ao contrário do que disse numa entrevista o Senhor Presidente da Câmara, não é verdade que os turistas pagam na Alemanha, na França e Espanha. Eu estou farto de andar em Espanha em auto-estradas sem pagar portagens, porque os espanhóis têm as auto-pistas, que são auto-estradas, enfim, com as regulamentações específicas técnicas, portanto, conforme estão regulamentadas nacionalmente e têm as auto-vias que são uma espécie de vias rápidas, para não chamar auto-estradas, eles mudam o nome, exactamente, para não haver confusões. Vias rápidas com condições de segurança, que não têm as mesmas especificações técnicas. Ora, isto não irá só prejudicar a taxaço, em qualquer dos casos, o desenvolvimento económico da região e do Distrito, como irá prejudicar também o turismo e o turismo é um facto. Na nossa região, sobretudo, é um factor de desenvolvimento regional. O que me espanta aqui é que, de facto, o PS diz “mata” e o PSD diz “esfola”, parece o *Dupont e Dupont*, um diz: Pagam. O outro diz: Ou pagam todos ou não paga ninguém! Mas, isto ou pagam todos, ou não paga ninguém? O Bloco diz: Não paga Ninguém! É muito simples, o Bloco já apresentou em sede da Assembleia da República soluções para equilibrar o défice e as contas públicas. Uma das medidas é muito fácil, é taxar em vinte e cinco por cento a receita dos Bancos, como paga qualquer pequena e média empresa neste País. Outra medida, é um investimento que não foi aprovado, porque o Governo nem sequer fez caso das propostas, era um investimento público de reabilitação dos centros urbanos que têm os Centros Históricos a cair, como acontece na nossa cidade. Portanto, o Bloco acha que, de facto, destes dois Partidos, como está visto, as populações não podem esperar milagres. Muito obrigado”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Obrigado Senhor Deputado. Passamos então às votações das Moções, começando pela que foi apresentada em primeiro lugar, que foi apresentada pelo Senhor Presidente, Doutor Almeida Henriques. A primeira Moção foi aprovada com cinquenta e cinco votos a favor, doze abstenções e zero votos contra”. De imediato da a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo.

- **ONZE** – **SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Uma Declaração de Voto em nome do Partido Socialista. Para dizer que o Partido Socialista, nesta Assembleia, reconhece a utilidade das SCUT’s e o que possibilitaram o desenvolvimento do nosso País e, sobretudo, de algumas áreas do nosso País e falo, especificamente, de o interior. O Partido Socialista, nesta Assembleia, compreende a situação económica que o País atravessa e, como tal, a necessidade de se cobrarem portagens nas SCUT’s. O Partido Socialista, nesta Assembleia, defende a isenção para os moradores, residentes e para as empresas sediadas no Concelho de Viseu, nomeadamente, no que diz à A-Vinte e Cinco e A-Vinte e Quatro. Muito obrigado”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito obrigado Senhor Deputado. Passamos então à votação da segunda Moção, apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Vieira. Esta Moção foi reprovada com quarenta e cinco votos contra, dez abstenções e um voto a favor. Senhor Presidente faça favor de retomar o seu lugar”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão.

- **DOZE** – **SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Uma coisa, relativamente, simples que eu trago hoje e que se resume às normas internas desta Assembleia. Daí, dirigir-me, em especial, ao Senhor Presidente da Assembleia. Salvo erro, em Dezembro do ano passado, no início do mandato, foi proposto que se criasse uma Comissão que pensasse a revisão, ou não, do Regimento da Assembleia. Posteriormente foram pedidos os contributos de cada uma das bancadas no sentido de, uma reunião que avaliasse essas mesmas propostas. Mais



tarde, procurei saber se se mantinha essa posição de revisão, ou não, do Regimento. Mantinha, de facto, essa intenção, só que, até agora, não tem havido *feedback* dessa intenção. Queria dizer que, entretanto, o Partido Socialista apresentou algumas das suas opiniões que, se calhar, nesta altura serão só parte delas, ou talvez nem sejam as mesmas dado o decurso do tempo, até porque, estamos quase a atingir o fim do primeiro quarto do mandato. Daí, eu deixar a questão se, de facto, se mantém a intenção de procurar, de certa forma, melhorar, ou, pelo menos, rever o Regimento da Assembleia. Era só isto que eu queria aqui deixar. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Respondo já, com todo o gosto, ao Senhor Deputado. Obviamente que, tudo que seja para melhorar é sempre bem-vindo e está previsto fazermos essas alterações. Até agora, no funcionamento da Assembleia Municipal, não senti em momento nenhum, que este Regimento tivesse desajustado, até porque, este Regimento foi revisto há um ano e pouco, como os Senhores Deputados sabem. Houve uma revisão no outro mandato e, portanto, a seu tempo será convocada uma reunião com esse grupo de trabalho. Obviamente que, a alteração eventual ao Regimento far-se-á com a metodologia que nós convencionámos, que é primeiro o grupo de trabalho ver se chega ao entendimento em relação aos pontos. Se não tiver entendimento, a seu tempo, será agendada para uma das Assembleia Municipais um ponto de alteração ao Regimento. Mas, enfim, também não acho que isso seja uma grande prioridade para o desenvolvimento dos trabalhos na nossa Assembleia que têm decorrido com total normalidade ao abrigo de um Regimento que foi aprovado consensualmente, tirando um ponto ou outro, pelos vários Partidos com assento nesta Assembleia. Penso que ficou esclarecido em relação à questão que colocou. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio”. -----

- **TREZE – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD)** – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Já passaram seis meses, sobre a Assembleia Municipal Extraordinária, onde debatemos demoradamente a questão da Universidade Pública de Viseu. Relembro que na Moção que então aqui aprovámos, manifestámos uma vontade, um repto e um *timing*. A vontade inequívoca, pela criação da Universidade Pública de Viseu. Um repto, ao Senhor Ministro do Ensino Superior, para que de uma forma directa ou indirecta coordenasse uma *task force* técnico-científica, que envolvesse tanto as forças vivas da região como os estabelecimentos de ensino existentes em Viseu. E um *timing* coerente, para aguardarmos uma resposta por parte do Senhor Ministro do Ensino Superior. Neste espaço de meio ano, constatamos que do lado do PSD, o seu novo Presidente, Doutor Pedro Passos Coelho, afirmou recentemente nesta cidade, e passo a citar: “Em Viseu ainda temos de cumprir uma promessa relativamente à Universidade Pública, pelo que é preciso dar de uma vez por todas o passo de instalar uma universidade de plano tecnológico que não replicasse tudo aquilo que as outras já oferecem, mas que pudesse criar, nesta zona do interior, competências muito específicas em áreas tecnológicas. Não podemos permanecer neste limbo, em que nem fazemos evoluir o politécnico nem criamos a universidade com a característica tecnológica que faz falta a toda a região”, fim de citação. Do lado do Partido Socialista, vieram logo de seguida, e à pressa, os seus Deputados de Viseu com acento na Assembleia da República, afirmar que deixavam cair a reivindicação da Universidade Pública. Do lado do Governo, nenhuma resposta à nossa solicitação. Diria até que assistimos a um silêncio ensurdecedor, ou numa linguagem mais beirã nem passaram “cavaco” a um órgão autárquico e constitucional como é esta Assembleia Municipal de Viseu. Perante tal cenário, entende o PSD que é necessário que os Deputados Municipais do Partido Socialista, clarifiquem nesta Assembleia, se mantêm a sua posição de Janeiro passado, ou se por outro lado corroboram com a mudança de atitudes dos seus representantes na Assembleia da República. Assim, apresentamos a seguinte Moção clarificadora: **Moção**: A Assembleia Municipal de Viseu



reunida em vinte e oito de Junho de dois mil e dez, delibera: Um – Reiterar mais uma vez a sua inequívoca vontade de Viseu ter a sua Universidade Pública. Dois - Manifestar um veemente voto de descontentamento pelo silêncio do Senhor Ministro do Ensino Superior relativamente à solicitação feita em Janeiro, a qual traduz um desrespeito indesculpável para com esta Assembleia Municipal e para com os viseenses. Muito obrigado” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Só porque esta questão foi levantada, informar que, de facto, na sequência dessa nossa Assembleia Extraordinária, foi enviada uma carta ao Senhor Ministro, da qual foi dado conhecimento a outras entidades. Ainda agora confirmava com os serviços, algumas entidades recepcionaram a carta. Da parte do Senhor Ministro do Ensino Superior nem sequer houve um ofício a dizer que tinha recebido a carta da Assembleia Municipal. Temos aqui uma Moção que está em debate, pergunto se algum dos Senhores Deputados se pretende inscrever para a discussão desta Moção. Senhor Deputado Carlos Vieira tem a palavra”. -----

- CATORZE – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Eu, de facto, li as declarações do Líder do PSD, Pedro Passos Coelho, e acho que há aqui uma contradição, é que fala na procura de uma universidade pública no plano tecnológico. Como sabem, o Bloco de Esquerda defende a transformação, de resto em concordância com o que já foi defendido pelos Conselhos Coordenadores dos Institutos Politécnicos, a transformação dos Institutos Politécnicos em Universidades Tecnológicas. Parece que essa será, nos tempos que correm, e dada até a diminuição de alunos do ensino superior que se tem verificado, o caminho mais correcto e equilibrado. De qualquer modo, depois surpreende-me que representantes do PSD, a começar pelo Senhor Deputado Almeida Henriques, venha defender a criação ou que o Governo crie os cursos de medicina no Instituto Piaget, por exemplo. Acho que há aqui uma contradição. E mais me surpreende que o PS faça uma reunião com os representantes de todos os institutos e escolas do ensino superior existentes em Viseu: Piaget, Universidade Católica, Instituto Politécnico e depois chegue à conclusão que já não há espaço para mais universidades e que as que há chegam, pois naturalmente, que a opinião dos responsáveis pelas escolas privadas hão-de ser contra a criação de mais uma escola superior pública. É que o problema, meus Senhores é, exactamente este, criar ou não, e essa é a aspiração dos viseenses, ensino superior público em Viseu, é isso que está em causa. E mais uma vez o Bloco repudia este passa-culpás e esta forma de “atirar areia para os olhos dos viseenses”, que é dizer uma coisa e depois defender outra. Dizer que se defende a universidade pública, ou ensino superior público, e depois vir defender a entrega do curso mais apetecível, que é o curso de medicina, nas escolas privadas. É tudo. Tenho dito”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

QUINZE – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Intervém dizendo o seguinte: “Mais do que voltarmos a discutir o que discutimos há seis meses atrás, o que importa aqui registar é, exactamente, relembrarmos um pouco do que foi dito. Já na altura sabíamos que ao fim de seis meses não íamos ter resposta. Acho que isto tudo corre na altura. O Senhor Presidente da Câmara, na altura, aludiu a isso até, inclusivamente, se insurgiu quanto ao *timing* que foi dado na carta para resposta por parte do Senhor Ministro, o CDS também se referiu ao mesmo. O que é um facto, é que passados seis meses continuamos sem resposta. E, se este Governo chegar ao final do seu mandato, não sabemos se chegará, mas se calhar para bem do País e em nome da crise económica até é bom que chegue, para depois ser julgado da melhor forma, não vamos ter resposta. A questão é esta, o que está aqui em causa é uma falta de respeito institucional perante esta Assembleia Municipal. Mais do que isso, é uma falta de respeito institucional e quanto a isso acho que temos onerar o nosso veemente



protesto. Vamos votar favoravelmente a Moção apresentada pelo PSD, reforçando e enfatizando que o CDS/PP considera uma falta de respeito institucional por parte do Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia. Primeiro, nem sequer ter recepcionado a carta e, poderemos dar o benefício da dúvida da carta não ter lá chegado, se calhar, os CTT enganaram-se na morada e entregaram noutra, espero bem que não. Não veio devolvida, portanto, em princípio foi entregue, para mim é falta de respeito. Não ter resposta, quanto a mim, ainda é uma maior falta de resposta, é o respeito institucional que está em causa. Podia não querer responder, podia não responder nada, isto era, no sumo da resposta não vir nada, mas pelo menos respondia. Como não respondeu, lamentamos e deixamos aqui o nosso veemente protesto”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos.

- DEZASSEIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) - Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Nós não podemos deixar passar em claro uma afirmação que foi aqui feita pelo Senhor Deputado Manuel Teodósio. A afirmação é a seguinte, depois de ter reproduzido que o Senhor Doutor Passos Coelho, Líder do PSD, fez afirmações aqui referindo que teria que cumprir uma promessa da universidade no plano tecnológico, para não permanecer esta situação no limbo. O Senhor Deputado Manuel Teodósio teve uma afirmação que eu considero da mais alta gravidade, foi: “Não conseguimos fazer evoluir o Politécnico”. Não conseguimos fazer evoluir o Politécnico! Eu acho que esta afirmação precisa de uma justificação e precisa de uma explicação às instituições sobre o que é que o Senhor Deputado quer dizer com isto. Ao fazer esta afirmação, está a fazer um juízo de valor de uma força tremenda, desgraduando o esforço que o Politécnico tem vindo a realizar. Na realidade, não é só o Politécnico. Esta discussão é toda uma discussão de “faz de conta” Senhor Presidente. Nós estivemos aqui há seis meses. Há seis meses até tivemos uma posição consensual. Agora vai buscar-se o pretexto de que se escreveu uma Moção, ou que se enviou a Moção, que foi levada há seis meses ao Senhor Ministro da Tecnologia e Universidades e que o Senhor Ministro não respondeu, e agora faz-se aqui assim umas lamúrias, e umas queixas. Nós há seis meses afirmamos aqui: Também nós estamos disponíveis para nos mobilizar e fazer chegar ao Poder Central não apenas queixume, ressentimento ou protesto, mas, sobretudo, a nossa vontade de ajudarmos a construir um consórcio, uma associação, entre entidades diversas públicas e privadas que ultrapasse este impasse. É essa a solução que defendemos. Nós defendemos, queremos uma instituição universitária aqui, mas temos que consegui-lo através das soluções que nos são apresentadas e elas constam do programa do Décimo Oitavo Governo, quando diz: “Completada a reforma modernizadora do ensino superior, propõe a reorganização das ofertas educativas da rede pública e consórcios e associações entre instituições que potenciem a resposta à procura social, e permitam coordenar recursos humanos e materiais em diálogo com as instituições e no respeito pela sua autonomia”. Viseu tem instituições. Tem o Instituto Politécnico Público oficial, que neste momento esteja a sessenta por cento do seu corpo docente doutorado e que, quando tiver oitenta por cento, que é provável que venha a acontecer nos próximos dois anos, pode desenvolver programas de doutoramento. Temos a Universidade Piaget aqui instalada. Temos a Universidade Católica. O que os Deputados do Partido Socialista fizeram, e muito bem, foi reunir com estas instituições e auscultá-las e, com elas, incentivá-las a construir uma solução na linha das recomendações internacionais, que é esta que consta do programa do Governo. É por isso que, Senhor Deputado Manuel Teodósio, com toda a franqueza e com toda a lealdade, devo dizer-lhe que fico chocado com um Membro de uma Assembleia Municipal que vem degradar, ou rebaixar, a importância de uma instituição que tem feito esforços enormes, consideráveis, progressivos e visíveis para se tornar uma instituição de alta qualidade. Não conseguimos fazer evoluir o Politécnico, Senhor Deputado, é uma frase infeliz, que me parece, que tem que ser aqui assim



devidamente criticada. Por isso, eu queria dizer aos Senhores Deputados da maioria, que não contem mais com o Partido Socialista, tal como já aconteceu no mandato anterior, não contem mais com o Partido Socialista aqui para aprovar, discutir andar com quezílias, sobre questões da Universidade! Agora, contem com o Partido Socialista para ajudar a reunir as instituições universitárias. Se a Universidade Católica, que tem liberdade de criar uma faculdade de medicina o quiser fazer, aí estamos nós a ajudar. Se a Universidade Piaget, que tem competência para poder criar uma escola médica privada o quiser fazer, aí estaremos nós a desenvolver e a ajudar com os nossos esforços. Isso são medidas práticas, realistas, concretas. Os Senhores sabem muito bem, sabem muito bem, e só por ironia política podem afirmar o contrário, que quando a alternância poder ocorrer e o Senhor Doutor Passos Coelho, ou outro Líder do PSD, vieram a tomar o Poder, estarão confrontados com uma situação, exactamente, igual à actual e que a resolução desta situação será a mesma que o actual Governo propôs. Por isso, nós “não damos mais para este peditório”, Senhor Presidente. Nós não nos pronunciaremos mais sobre nenhuma moção que aqui surja sobre esta matéria. A nossa posição será, exactamente igual à da legislatura anterior, do período anterior, ou seja, será uma solução de abstenção e nem sequer discutiremos o problema, as moções se entendermos que elas não merecem discussão. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria.

- DEZASSETE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD) – No uso da palavra faz a intervenção seguinte: “Eu começaria por esta última intervenção. E começaria pela intervenção que é sempre a mesma estratégia, que é, retira-se uma frase num certo contexto, personaliza-se e depois faz-se a derivação na perspectiva de justificar uma tomada de posição do “nim”. O que está aqui em causa é esta mesma estratégia que é dizer uma situação, há ou não coerência e convicção política na defesa da Universidade Pública de Viseu? Considera-se ou não, que a Universidade Pública de Viseu é uma reivindicação legítima da região? É um investimento estruturante para o desenvolvimento de Viseu ou não? Considera-se que as tomadas de posições desta Assembleia Municipal, que reuniram aqui unanimidade, muitas vezes a maioria, são ou não tomadas de posições legítimas do Órgão em defesa da região de Viseu? Considera-se, inclusivamente, que as tomadas de posição da Comissão Intermunicipal, nesse mesmo sentido, são ou não legítimas? E depois, não se clarifica aquilo que é importante que é, os Senhores Deputados do Partido Socialista dizem uma coisa clara: Não faz sentido falar em Universidade Pública. Não está em causa o ensino superior de Viseu, que todos defendemos, que todos queremos potencializado, que todos queremos até que com a futura universidade aumente a sinergia da sua complementaridade. Queremos a tal academia regional que envolva todas as instituições do ensino superior. Agora, o “nim” é que não. Os Senhores têm que dizer se o Partido Socialista está de acordo com a posição dos Senhores Deputados que dizem: Não faz sentido falar em Universidade Pública, o que quer dizer: Deixamos cair a reintegração da Universidade Pública, ou dizem que defendem a Universidade Pública de Viseu. É a Moção clarificadora em termos dos viseenses e em termos dos projectos políticos de futuro para Viseu”.

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.

- DEZOITO – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Usa da palavra e diz: “Senhor Presidente, acho que não havia necessidade de vir aqui acima. Para quem esteve atento, percebeu que eu fiz uma citação, portanto, eu não fiz aqui nenhuma afirmação. Que eu que disse que o Politécnico não evoluiu, não é nada disso. O que foi dito é que, e estava dentro da citação e no contexto e não retirado, de que este Governo nem fazia evoluir o Politécnico, nem criava a Universidade Pública. Foi isso que foi dito. Eu tive o cuidado de referir e passo a citar e quando terminei, fim de citação. Quem estivesse atento saberia que não era a minha afirmação, portanto, esta questão,



para quem esteve menos atento, que agora possa ficar perfeitamente clarificado este assunto e se quisermos falar sobre a ou não evolução do Politécnico, todos nós sabemos a quantidade de cursos e de projectos que o Politécnico tem lá por baixo e que, efectivamente, não vem. Mas não é disso que trata a Moção. A Moção é clarificadora no sentido só de saber, efectivamente, ainda temos todos a mesma opinião de Janeiro passado, ou se mudámos de opinião. Acho que hoje está, perfeitamente, claro que temos o Partido Socialista, completamente, ausente dos interesses do Concelho de Viseu, porque, sistematicamente, se abstém, portanto, estar aqui ou não estar é, rigorosamente, a mesma coisa. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos.

- DEZANOVE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Eu solicitava à Mesa que solicitasse ao Senhor Deputado Manuel Teodósio, independentemente de nós todos virmos mais tarde a ter registo dos textos, ele referiu que esta frase: “Não conseguimos fazer evoluir o politécnico”, fim se citação, que lhe solicitasse a indicação da origem desta citação. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Vamos então passar à votação. *A Moção foi aprovada com cinquenta e um votos a favor e cinco votos contra.* Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo.

- VINTE – SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS) –

No uso da palavra diz: “Já foi aqui referido, ainda recentemente, que o nosso Centro Histórico se encontra numa situação, extremamente, difícil. Não é só o Centro Histórico em si enquanto espaço físico, mas também em termos sociais e em termos económicos. Dado que o Partido Socialista tem, várias vezes, feito aqui intervenções no sentido de defender esse espaço nobre da cidade que se encontra, efectivamente, numa situação crítica. E apesar dos programas de incentivo à sua recuperação, parece-nos que do Centro Histórico de Viseu, o seu tecido económico, a sua população, se encontram numa situação tão difícil que nos parece que seria importante que, brevemente, esta Assembleia Municipal procurasse discutir numa Assembleia Municipal Extraordinária, ou Ordinária, *in loco*, eventualmente, num espaço como, por exemplo, o Museu Grão Vasco, tem condições para que decorra lá uma dessas Assembleias, discutisse lá o Centro Histórico de Viseu. Parece-nos que, seria um sinal da nossa preocupação, seria um sinal do nosso interesse por esse espaço nobre, talvez o mais nobre da cidade de Viseu. Seria um sinal importante para o comércio, que se encontra numa situação de ruptura, praticamente. Seria um sinal para todos aqueles que ainda acreditam que o Centro Histórico é um lugar aprazível, é um lugar que tem condições de habitabilidade. E, portanto, realizar uma Assembleia Municipal Ordinária, ou Extraordinária lá, seria um sinal claro do interesse e da importância que a Assembleia Municipal de Viseu e a Autarquia, a Câmara Municipal, revelam para com esse espaço. Parece-nos também, e tem vindo a lume nos últimos dias, ou semanas, que há várias vozes que estariam de acordo, ou que gostariam de ver novamente o Mercado Dois de Maio como um espaço onde se realizasse o comércio de produtos agrícolas, de produtos regionais, como aconteceu durante tantas décadas até ele ter sido deslocado para a actual Praça. Também nos parece que, efectivamente, essa saída desse espaço, foi mortal para toda aquela área do Centro Histórico de Viseu. Foi mortal, porque veio retirar dali, não só, um conjunto de comerciantes que estavam directamente relacionados com a actividade que ali se realizava. Evidentemente que, nós temos aqui um problema, eu diria, difícil de resolver, que é o facto de o projecto do Arquitecto Siza Vieira conter limitações à realização ali de actividades como são essas que são desenvolvidas na actual Praça. Efectivamente, essas condicionantes levantam problemas sérios. O próprio espaço, neste momento, não tem condições para retomar a actividade que lá se desenvolvia até à década de oitenta, suponho eu, portanto, teria que haver aqui alguma imaginação,



mas, acima de tudo, determinação para trazer para aquele espaço, não a Feira de Antiguidades que lá se realiza regularmente, e outros eventos que se vão realizando, particularmente no Verão, mas uma actividade que seja, efectivamente, um íman para os comerciantes de toda a área e até para, eventualmente, outro tipo de actividades a para também atrair pessoas a residir naquela zona da cidade. Parece-me que o Mercado Dois de Maio pode ser uma âncora importante para revitalizar o Centro Histórico. Assim, é que é muito difícil que aquele espaço, que é um espaço bastante agradável, mas que neste momento não tem condições para atrair a população. Bom, eu gostava só para terminar, de colocar duas questões, enfim, um pouco mais directas ao Senhor Presidente da Câmara e que se prendem com o seguinte: O Museu Municipal de Viseu já tem uma série de estruturas que irão fazer parte desse futuro Museu Municipal, nomeadamente, o Museu da Várzea de Calde, mas dado que, digamos, o grupo que tem andado a estudar a viabilidade de um Museu Municipal polinuclearizado, satisfez recentemente, portanto, há muito pouco tempo terminou a sua missão, talvez seja melhor esta expressão, eu gostaria de saber em que ponto é que se encontra a criação do tão falado Museu Municipal de Viseu? E para concluir. No ano passado decorreram as Comemorações do Centenário do Nascimento, em Viseu, do nosso Primeiro Rei Dom Afonso Henriques. Nessa ocasião foram discutidas muitas questões de carácter histórico, científico, cultural, bastante importantes para a cidade. Foi considerado, nomeadamente, que Dom Afonso Henriques, a ligação de Dom Afonso Henriques à cidade era uma mais-valia, não só do ponto de vista cultural, é óbvio, mas do ponto de vista turístico. Chegou mesmo a falar-se da criação de rotas inter-municipais, e até internacionais com os nossos vizinhos espanhóis, relacionadas com o nascimento de Dom Afonso Henriques. Recentemente saíram notícias nos jornais da situação escandalosa das Termas de São Pedro do Sul, onde, efectivamente, o Rei esteve a banhos. E essas notícias, que de alguma maneira se podiam relacionar com Viseu, porque tendo nascido aqui, tendo estado em convalescença em São Pedro do Sul e, portanto, interessa-nos a questão da recuperação, ou melhor, da não recuperação das antigas Termas Romanas de São Pedro do Sul. Eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se, efectivamente, existe algum plano para potenciar a ligação de nascimento de Dom Afonso Henriques a Viseu e à região? Se existe, ou não, algum programa relacionado com a valorização de rotas relacionadas com o nosso Rei Fundador? Se, efectivamente, a Câmara Municipal de Viseu realizou esse conjunto de actividades meritórias no ano de dois mil e nove, mas se apenas se ficou por esses vários acontecimentos e o nosso Dom Afonso Henriques voltou a cair um pouco no esquecimento, entre aspas, entenda-se aqui esquecimento no sentido de promover outras actividades, dar continuidade ao trabalho iniciado no ano passado. Portanto, era este conjunto de questões que lhe queria colocar e reiterar, não só ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas a todos os nossos colegas aqui presentes, da importância de se realizar uma Assembleia Municipal com carácter ordinário, ou extraordinário, no Centro Histórico de Viseu, um espaço à escolha do Senhor Presidente da Assembleia e do Senhor Presidente da Câmara. Um espaço que poderia ser, eventualmente, o Museu de Grão Vasco, ou Casa do Miradouro, portanto, um espaço que tenha condições para se discutir, a fundo, o Centro Histórico de Viseu, os programas que se pretendem para o Centro Histórico. Fazer um diagnóstico e apontar, acima de tudo, caminhos para a sua recuperação. Penso que estamos todos interessados nessa discussão. Penso que estamos todos interessados em que o Centro Histórico se revitalize, ganhe dinamismo, em que o Centro histórico às seis da tarde não seja um lugar morto. Obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Em relação à questão que levanta, tem sido um assunto discutido, felizmente, em quase todas as Assembleias Municipais, o que denota que como cidadãos de Viseu, todos estamos muito atentos a esta questão. A própria Autarquia



tem promovido várias reuniões e estudos. Aquilo que eu poderei dizer é que não vejo que faça muito sentido o deslocalizar a Assembleia Municipal, que também fica integrada no próprio Centro Histórico. Qualquer debate pode ser feito aqui. Em relação à inclusão do ponto na Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado e o seu Grupo Parlamentar, têm sempre legitimidade para propor numa Assembleia Municipal, a inclusão de um ponto, se assim o entenderem. Do ponto de vista regimental têm essa possibilidade. De qualquer maneira, eu irei, juntamente com a Mesa e depois com os Grupos Municipais, com os Líderes, ponderar a proposta que o Senhor Deputado aqui fez. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira”.

- VINTE E UM – SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA

(PSD) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “É, realmente, uma coincidência que o alinhamento tenha sido feita desta forma, porque a minha intervenção tem algo a ver também com a intervenção anterior, embora não totalmente, mas aborda alguns aspectos. A reabilitação urbana é, também pensamos nós, um objectivo nacional, que tem sido transposto para o nosso Município. Ao longo de dezenas de anos, grande parte do património urbano foi-se degradando, mas daí até chegarmos a dizer, como foi feito em intervenções anteriores, que o Centro Histórico está a cair vai uma grande distância, aliás todos nós circulamos pelo nosso País. Todos nós passamos por outras cidades e constatamos que o nosso Centro Histórico tem, ainda assim, condições que são muito mais positivas do que aquelas existentes em muitas outras cidades, nomeadamente, aquelas que são de maior dimensão. Mas dizia eu que, ao longo das últimas dezenas de anos, grande parte do património urbano se foi degradando, pelas mais variadas razões: quer sejam as barreiras jurídicas associadas a um conceito social de propriedade, as medidas tendentes a resolver problemas no curto prazo, mas que depois tem efeitos negativos a longo prazo, a desadequação da legislação, bem como muitos outros factores que criaram um desequilíbrio da reabilitação do património edificado, nomeadamente, o património urbano. Assim sendo, e como consequência, nas últimas décadas assistimos a um decréscimo da habitação, efectivamente, ocupada nos centros históricos, com custos económicos, ambientais e sociais. É, na minha opinião, este o maior problema, até a deslocalização das pessoas, obviamente, muitos terão o mesmo entendimento, mas que resulta da constante procura que hoje as famílias têm por uma maior qualidade de vida e, eventualmente, muitas delas considerarem que, as características associadas aos centros históricos, não lhes podem proporcionar a qualidade de vida que elas desejam. E assim, temos assistido a esta deslocalização nas últimas décadas. Com consciência desta situação, o Município tenta actuar de forma coordenada para corrigir factores de desequilíbrio e implementar factores críticos propiciadores da sua correcção, nomeadamente através da reabilitação. Vou dar apenas alguns exemplos. E queria começar por referir um exemplo da concretização de medidas de regeneração e reabilitação urbana a recém inaugurada sede da Associação Comercial do Distrito de Viseu, obra moderna e atenta às exigências actuais, em que são implementadas tecnologias de ponta, para de uma forma ergonómica, promover uma adequada integração entre as necessidades de quem presta um serviço e as exigências dos associados. Um outro exemplo pode ser constatado nas obras levadas a cabo na denominada Igreja Nova, paróquia que leva a cabo uma série de obras sociais, de apoio a carenciados, aos mais diversos níveis, além da intervenção junto da comunidade que lhe está directamente associada. Pode também ainda ser referida a possibilidade que é dada aos novos casais, dito melhor, aos casais com idades dentro de determinados limites, que têm a possibilidade de aceder em condições favoráveis, a habitação localizada dentro do limite urbano. Posto isto, consideramos que não está tudo feito, longe disso, mas estes são apenas alguns exemplos de como a regeneração e reabilitação, realizada dentro dos limites urbanos das cidades, pode procurar trazer uma inversão da degradação do património urbano e, concomitantemente, uma maior aproximação da população à Polis, na sua



concepção proveniente da Antiga Grécia, que significa Cidade ou, neste caso, o sentido que lhe queremos dar, o sentido de Centro Urbano. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- VINTE E DOIS – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) - Solicita a palavra para dizer o seguinte: “Na penúltima votação aqui realizada, relativamente à Moção apresentada pelo Senhor Deputado Teodósio, verificou-se alguma estranheza relativamente à não contagem de votos que intencionalmente estariam para ser de abstenção. Eu respeito, essencialmente, que o Senhor Presidente não se tenha apercebido que houve quem não votasse. Mas, de facto, há alguns elementos que não se aperceberam de ter sido pedido que fosse a abstenção. Também é verdade, que o Regimento prevê que ninguém estando na Assembleia se possa abster de votar e há elementos que não votaram, porque estavam, exactamente, à espera disso e não manifestaram o seu voto, porque não se aperceberam de ter sido solicitado o voto de abstenção. Não estou a dizer que não foi e respeito que o Senhor Presidente que pedido esses votos, mas não se aperceberam. Daí que, o meu ponto à Mesa é no sentido de que, se assim o entender, a votação seja repetida para que quem estando dentro da Assembleia e não votou, como era seu dever, possa ter direito a voto. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Oh Senhor Deputado, eu não vou repetir nenhuma votação. A votação está feita, o Presidente da Mesa fala português e colocou à votação o ponto com toda a clareza, da mesma forma como sempre o faz. Não acho que tenha feito uma votação em surdina. Fiz uma votação, exactamente, igual a todas as votações que se fazem nesta Assembleia Municipal. Fui claro, fui perfeitamente claro ao perguntar quem eram os Senhores Deputados que votavam. Comecei até com os votos contra, depois passámos aos votos a favor, fila a fila, como é habitual, pelo facto de ser em maior número e depois fizemos a abstenção. Eu não vou repetir nenhuma votação. Os Senhores Deputados da Assembleia Municipal têm que estar atentos aos trabalhos que decorrem na Assembleia Municipal. Se não estavam atentos paciência. Não! Desculpem as abstenções eu perguntei. Tenho a certeza, aliás, pode verificar-se o registo magnético. Eu tenho a certeza que perguntei. A Mesa não tem culpa. A função da Mesa é estar atenta a tudo o que se passa. Nós somos as únicas pessoas nesta Assembleia que temos que estar atentos desde o primeiro minuto ao último para que tudo seja detectado. Agora, a Mesa não tem culpa que os Senhores Deputados estejam distraídos. Assumam as consequências da distração. Eu peço já à Dona Alzira que ainda hoje retire da gravação, exactamente, esse momento em que eu coloquei à votação. Se estiver errado “darei a mão à palmatória”, mas neste momento, com convicção, não acho que esteja errado, que perguntei quem se abstinha. Até porque, isto é já um mecanismo rotinado, não é? Quantas votações é que não fazemos aqui? A que propósito é que eu ia agora não perguntar quem é que se abstém? Eu perguntei quem é que se abstinha. De qualquer da maneira, para que não restem dúvidas, porque um requerimento tem que ter sempre uma resposta, eu vou pedir à Dona Alzira que retire da gravação, exactamente, esse momento e farei um envio aos Grupos Municipais para que não restem dúvidas em relação a isto. Aliás, até vou pedir mais, vou pedir à Dona Isabel que faça o favor de confirmar. Se, efectivamente, eu cometi esse lapso irei repetir a votação. Se não cometi o lapso, não irei repetir a votação, portanto, ainda bem que há o registo magnético, porque assim vamos já tirar as dúvidas. Os serviços irão já ver isso. O assunto está encerrado, não há mais debate sobre ele. Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Baila Antunes”. -----

- VINTE E TÊS – SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS) - Pede o uso da palavra para fazer a intervenção seguinte: “Os viseenses têm-se habituado a alguns anúncios, inúmeros em algumas épocas, de intervenções urbanas ou empreendimentos não concretizados, sucessivamente adiados, ou com obras com prazos dilatados. Contudo, neste período, o rol de situações de obras em



atraso é, relativamente, significativo. Alguns arrastam-se já há algum tempo. Eu vou passar a referir alguns exemplos: O Museu do Quartzo e Centro de Ciência Viva de Santa Luzia, já inúmeras vezes aqui discutido. É histórico o anúncio sucessivo da sua abertura. E este Museu do Quartzo causa mais estranheza, porque quem vê de fora diria que se vê uma obra concluída e, realmente, tarda em abrir as portas; O Parque Aquilino Ribeiro, que também trouxe aqui há pouco tempo, em que houve, realmente, aquele problema com o Tribunal de Contas. Enfim, estamos a viver a época de Verão, é a zona verde nuclear do centro da cidade e, neste momento, eu enquanto cidadão, não sei quanto é que as obras vão ser retomadas ou qual o ponto da situação, relativamente, à questão do Tribunal de Contas; A Quinta da Cruz em São Salvador, pelos vistos haverá um problema de insolvência, falência do empreiteiro e, portanto, qual a medida para ultrapassar esta questão; A Ecopista do Dão que, pelos vistos, não está a ter continuidade. Está ou não está? Gostava de ver esclarecido pelo Senhor Presidente da Câmara; Já agora, as obras na Avenida Alberto Sampaio, que teriam um prazo de cem dias na primeira fase, entre a Rotunda Dom João e a Rua dos Casimiros. Esse prazo foi dilatado, está a causar alguns problemas aos comerciantes, como é público, e se, realmente isso vai ser contornado rapidamente; O Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, enfim, quando é que vai ter a sua velocidade cruzeiro e todas as valências implementadas; E, já agora, gostaria também de reforçar esta questão das obras, no sentido de apelar à boa intervenção da Câmara, nomeadamente, no que se refere dos acessos à cidade, quem vem de São Pedro do Sul, portanto, a Nacional-Dezasseis, para não haver o mínimo de constrangimentos, isto é, derrapagem das obras nessas estradas, porque causaram um enorme transtorno, enfim, aqueles quilómetros de desvio; E também já agora, a questão da Estrada de Nelas, se calhar, não tão problemática, a Nacional-Duzentos e Trinta e Um, mas que nestas haja uma maior sensibilidade, que a Câmara esteja mais em cima, diria, para que não haja o mínimo de derrapagem, porque causa transtorno às actividades económicas, para além dos moradores. É tudo”. -----

- **MESA** - Dá a palavra à Senhora Deputada Sofia Pires. -----

- **VINTE E QUATRO – SENHORA DEPUTADA SOFIA MARGARIDA GUEDES DE CAMPOS SALVADO PIRES (PSD)** - No uso da palavra diz: “Na presente conjuntura económica, em que os recursos de uma grande percentagem dos portugueses são cada vez mais escassos fruto de políticas em que não foram pensadas nem acauteladas as consequências, importa pensar como é que a nível regional podemos potenciar os recursos que temos e, simultaneamente, permitir aos portugueses usufruírem de opções alternativas para que os seus tempos de lazer, férias e tempos livres bem como, e até, turismo e saúde. O turismo é considerado um fenómeno de particular importância na vivência da sociedade. Desde as deslocações do homem pré-histórico, até finais do século dezoito, quando tiveram início os primeiros fluxos turísticos e depois até aos anos cinquenta do século vinte, este fenómeno adquiriu cada vez mais importância socioeconómica e especialmente para o desenvolvimento regional. A constatação do avanço económico e social de certas regiões ligado a práticas de actividades turísticas, lado a lado com a riqueza patrimonial, sempre colocou desafios ao desenvolvimento regional e é indutor de evolução positiva da respectiva população e até do seu progresso integrado. Desequilíbrios demográficos, que com as políticas presentes mais acentuam um êxodo rural com o consequente despovoamento do interior, sendo que muitos destes territórios possuem um vasto património natural e cultural, onde o desenvolvimento de determinadas tipologias de turismo pode constituir uma forte expectativa de crescimento. Após décadas de grande desenvolvimento, o turismo continua a desempenhar uma função importante nas sociedades mais desenvolvidas. Do ponto de vista económico é gerador de receitas entre os países mais desenvolvidos e os economicamente mais débeis. Potencia rendimento, emprego e pode contribuir para a redução das assimetrias regionais. As mais-valias



económicas que o turismo proporciona, em muitos casos, também exercem forte influência na esfera cultural e social das regiões. O turismo deve considerar-se, ainda, um “elemento chave” no ordenamento do território constituindo um factor para o desenvolvimento regional. Neste sentido, o turismo deve utilizar os recursos locais, mas numa perspectiva de desenvolvimento de longa duração, em que haja benefícios quer para aqueles que promovem o turismo quer para quem beneficia dele. Como força económica de grande importância, particularmente, ao nível local e regional, deve ser incluído nas estratégias de planeamento social e económico das regiões. Neste sentido, muitos agentes políticos locais e regionais devem dar ênfase ao planeamento e desenvolvimento do turismo local como uma tentativa de travar o enfraquecimento demográfico e económico que é característico das regiões do interior do País. Consideramos que dentro deste espírito está o nosso Conselho, as estratégias de desenvolvimento turístico da região permitiram e permitem a valorização de recursos territoriais com muito potencial turístico, estamos a falar de: Todos os Elementos Culturais e Paisagísticos; De Recursos Termais; do Eco Turismo; do Artesanato e dos Produtos Endógenos; dos Rios e das Serras que temos à nossa volta; Do Património Histórico e Cultural, como seja, a Sé de Viseu, Museu Grão Vasco, Teatro Municipal, a Cava do Viriato, etc. Temos ainda as ofertas turísticas diversificadas e de qualidade, complementares e dirigidas a segmentos de maiores rendimentos como a participação em Feiras e Exposições da especialidade; apoio e colaboração com o Instituto Politécnico, nomeadamente, com o Curso de Turismo, para a formação de pessoal técnico especializado nesta área e que pode contribuir para a região; Recreação de Tradições e Costumes; Apoio na organização de Eventos e Congressos (tivemos cá o Congresso da Associação Nacional de Municípios, tivemos cá o Futebol de Praia, Tivemos cá o Estágio da Seleção Nacional, etc.); Criação de Actividades de Animação Ambiental; Criação de Itinerários Culturais, nomeadamente, vamos ter este ano o Comboio e a Charrete Turística no Centro Histórico de Viseu; Abertura do Welcome Center no Centro Histórico; Animação das Termas de Alcahache; A recuperação de edifícios do Centro Histórico. Portanto, tudo isto é uma visão diferente daquela que tivemos até agora e é a visão também, eu como cidadã tenho da cidade de Viseu. O crescimento da nossa região tem sido exponencial, o nosso Concelho tem atraído uma média de novecentos a mil residentes a mais todos os anos. Além de tudo o que já foi referido o sector do turismo deverá assumir uma posição de destaque na estratégia de desenvolvimento da Região, tendo como suporte a valorização dos recursos territoriais específicos com maior potencial de atracção turística. Os elementos culturais e paisagísticos, os produtos artesanais e a gastronomia, os recursos termais, entre outros recursos da região, podem constituir-se numa oferta estruturada e integrada. A aposta clara nas estâncias termais, e em outras estruturas orientadas para a terceira idade pode proporcionar turismo geriátrico e de saúde. Temos muitos pontos fortes na nossa região de Viseu: Nós temos qualidade de vida; nós temos hospitalidade; nós temos segurança; nós temos boa localização; nós temos ambiente e recursos naturais; temos equipamentos e excelente capacidade hoteleira que tem aumentado muito oferecendo espaços de muita qualidade; temos Património, riqueza histórica; temos cultura. Todos estes factores fazem com que o destino - Viseu, seja um destino privilegiado e diferenciado de muitos outros. Conciliando na perfeição o urbano com o rural, o luxo com a simplicidade, assim como tradição e a modernidade. Pese embora toda a falta de apoios que o Governo tem faltado para a nossa região. É hoje, e fruto de todo um trabalho bem pensado, bem estruturado e concebido com políticas regionais correctas um centro de animação, com: Música, cinema, teatro, moda, dança, desporto, turismo, feiras... Assim é Viseu, Naturalmente!”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues. -----

- VINTE E CINCO - SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS) – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Vivemos um período de



mudança dos paradigmas económicos dominantes em todo o Mundo, com período de alteração de *status quo* da economia mundial, onde todas as empresas tentam descolar mais rápido possível do fenómeno de crise que se espalhou, praticamente, por todos os sectores da actividade nos últimos anos. Algumas empresas sobrevivem, ou sobreviveram, mais ou menos inalteradas. Outras até encontraram na crise uma rampa de lançamento para o seu crescimento. Contudo, muitas não conseguiram resistir ao período financeiro mais recessivo e à contenção dos consumidores. Muitas empresas encerraram e outras houve que, para sobreviver tiveram que aliviar o peso da sua máquina através do despedimento de alguns trabalhadores. Desemprego. Este é, de facto, o maior flagelo da sociedade actual, do Mundo, de Portugal e de cada uma das famílias viseenses que se encontram nesta situação. Cada um de nós não precisa de procurar muito para encontrar alguém que se encontre nesta condição. E, portanto, não é algo distante é algo que toca a todos nós que nos preocupamos com a saúde do nosso sistema democrático, com o estado de direito, com a manutenção do estado social. O desemprego é o maior problema como que todos nós, directa ou, indirectamente, temos que lidar. E, portanto, se é o maior problema existente deve ser também a nossa primeira preocupação, a nossa prioridade. Para tal, há dois caminhos fundamentais a percorrer, medidas de incentivo à contratação e criação de emprego e, obviamente, políticas facilitadoras do crescimento económico. Nestas duas matérias o Governo tem sido proactivo, incansável na procura das melhores respostas ao crescimento económico e a redução de desemprego. Directamente no combate ao desemprego através das medidas contidas no pacote – “Iniciativa Emprego Dois mil e dez” – que apresenta um conjunto diversificado de soluções tais como: A redução das contribuições para a Segurança Social a cargo do empregador; o apoio à redução da precariedade no emprego, programas de qualificação e inserção: os estágios profissionais para licenciados ou indivíduos com formação qualificante de níveis três e quatro; os estágios “Inov Jovem, Inov Social”; o apoio à contratação de ex-estagiários; o apoio à contratação sem Termo e a Termo; o apoio à contratação de pessoas com dificuldades acrescidas, os contratos de emprego e inserção; a criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego; ainda os apoios à criação de empresas e ainda a criação de gabinetes de inserção profissional, criados em autarquias, associações sindicais, associações empresariais e entidades sem fins lucrativos para apoio à procura do emprego e ou, para a divulgação de medidas de apoios existentes. Aliás, gabinete este, que a Câmara Municipal de Viseu já criou muito recentemente até, como todos tivemos oportunidade de verificar. Quanto às políticas facilitadoras do desenvolvimento económico que indirectamente aumenta o emprego disponível, o Governo tem procurado dar também aqui uma resposta positiva e de esperança a quem se encontra em situação de desemprego, nomeadamente com: Apoios ao empreendedorismo e modernização do comércio e da indústria; a criação de um fundo de duzentos e cinquenta milhões de euros para apoio à internacionalização e exportação, que visa aumentar o valor acrescentado e o nível tecnológico das exportações portuguesas, diversificar os mercados geográficos de exportação e aproveitar as oportunidade de investimento que a actual conjuntura trouxe em países como Espanha, Inglaterra e Estados Unidos. Outra medida, esta bem recente, foi a criação de uma nova linha de crédito no valor de global de setecentos milhões de euros para apoiar as empresas com projectos já aprovados e contratualizados, que tenham dificuldade em realizar um investimento devido à situação do mercado do crédito. E, serão abrangidas mais de três mil e cem empresas com projectos de investimento superiores a três mil e quatrocentos milhões de euros que gerarão nove mil e setecentos postos de trabalho. Resumindo, podemos constatar que o crescimento económico e a criação de emprego são também para o Governo Central uma preocupação e uma prioridade. Neste sentido, Senhor Presidente, considerando que o combate ao desemprego é uma prioridade nacional, entendemos que as Câmaras Municipais, ou o Poder Local de forma geral, tem



que ter também um papel proactivo na criação de emprego. As autarquias são fundamentais para o desenvolvimento económico e o sucesso das empresas nos concelhos onde estão instaladas. Entendemos por isso que a Câmara Municipal de Viseu pode e deve fazer mais pela criação do emprego no Concelho de Viseu. É preciso clarificar, por exemplo, qual é a estratégia que a Câmara Municipal tem para a Zona Industrial de Mundão. Quanto tempo mais é que a Câmara Municipal vai aceitar que a entidade gestora do Parque Industrial de Mundão continue a praticar os preços elevados que pratica, afastando assim os investidores de outros concelhos do distrito. Que compromissos, que *timings* é que a entidade gestora assumiu perante a Câmara Municipal de Viseu para a ocupação do Parque. E, a Câmara Municipal de Viseu, é preciso clarificar, se está refém desta entidade gestora, ou se está disponível para promover outro pólo industrial que não seja aquele, se continuar a haver inoperância por parte desta entidade. Para o Parque Industrial de Mundão estão, ou estavam, previstos mais de trinta lotes destinados à indústria. Gostaríamos de saber que diligências têm sido feitas para atrair empresas para ocupar estes espaços. Que medidas têm sido tomadas pela Câmara Municipal de Viseu para atrair novos investidores para o Concelho, ou para que os que já se encontram possam desenvolver os seus negócios. Para terminar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, entendemos que um dos caminhos a percorrer por uma autarquia para contribuir para a contribuição de emprego é a valorização dos empreendedores locais, pessoas que decidem criar a sua própria empresa neste Concelho a partir de uma ideia inovadora, ou que transformam um pequeno negócio num negócio de escala nacional, ou internacional. Nesse sentido, gostaríamos de apresentar nesta Assembleia duas Propostas de Recomendação à Câmara Municipal de Viseu, que visam, precisamente, estimular e apoiar os empreendedores que têm, ou pretendem ter, a sua empresa em Viseu. A primeira Proposta de Recomendação consiste na criação de uma Incubadora de Empresas no Centro Histórico de Viseu. Uma incubadora que tenha capacidade para pelo menos dez empresas, instalada num espaço reabilitado em que os empresários tenham salas individuais por empresa, serviços de secretaria, espaços de recepção e espaços de reunião partilhados. Uma incubadora para novas empresas ou para empresa criadas recentemente, preferencialmente na área das Tecnologias de Informação e Comunicação ou na área das Indústrias Criativas. A criação de uma incubadora, com gestão directa da Câmara Municipal, onde durante dois anos (no máximo) uma micro-empresa possa ter um escritório a custos muito abaixo do preço do mercado. Desta forma, estaremos a facilitar a criação de novas empresas e, simultaneamente, a contribuir para a revitalização do Centro Histórico atraindo novas empresas, novos clientes e, eventualmente, novos moradores. A segunda Proposta de Recomendação visa a Criação de um Prémio Anual de Emprego e Empreendedorismo com abrangência concelhia que premeie com um valor monetário as três empresas do Concelho que pelo seu carácter inovador e empregador se tenham destacado nesse ano. Pretende-se que o prémio seja mais um estímulo ao empreendedorismo e simultaneamente mais um recurso financeiro a que o empreendedor possa candidatar-se. Entregarei, portanto, as Propostas de Recomendação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que as possa colocar à votação, apelando aos Deputados das diferentes bancadas desta Assembleia e aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que se associem a estas duas Propostas de Recomendação, que visam estimular o empreendedorismo e a consequente criação de emprego. Muito obrigado”.

- **MESA** - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito obrigado. Oh Senhor Deputado, vou fazer chegar isto ao Executivo, porque a prática que tem sido seguida nesta Assembleia Municipal é que em relação às Recomendações ao Executivo, são canalizadas directamente para o Executivo. Nunca votámos aqui nenhuma Proposta de Recomendação neste sentido, portanto, o que eu irei fazer é canalizar para o Executivo, porque vamos lá



ver, o papel desta Assembleia, é o papel de fiscalização política. Há um conjunto de matérias em que a Assembleia Municipal é competente, depois há, de facto, a possibilidade num debate político nós apresentarmos moções, apresentarmos outro tipo de instrumentos. No que diz respeito às recomendações o procedimento que temos seguido sempre, como este é o Órgão fiscalizador e o Órgão de debate político, debatem-se as matérias que são apresentadas sobre a forma de recomendação, canalizam-se para a Autarquia que depois, em sede de Executivo, portanto, analisa se deve, ou não, incluir as propostas da Assembleia Municipal”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues. -----

- **VINTE E SEIS – SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS)** – Pedes novamente a palavra para dizer o seguinte: “Uma vez que não seria essa a melhor forma de levar essas duas Propostas à votação nesta Assembleia, eu retiraria as Propostas de Recomendação e voltaria a entregar. Nós sabemos, portanto, que tem um carácter vinculativo, contudo, achamos que seria importante que os restantes Deputados pudessem pronunciar-se através do voto, dessas propostas de recomendação, mas fica ao critério do Senhor Presidente”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “O procedimento do Senhor Deputado está correcto. O que diz o Regimento é: Apresentar recomendações, pareceres e pedidos de esclarecimento à Câmara veiculados através da Mesa da Assembleia Municipal. A forma como o fez está correcta, portanto, fez a entrega na Mesa da Assembleia Municipal, correctíssimo, e a Mesa canaliza para a Câmara Municipal. Há matérias que são da competência da Autarquia, há outras matérias que para serem deliberadas carecem de votação na Assembleia Municipal, matérias de Regimento, etc., etc. No caso concreto, o Executivo é a Câmara Municipal, nós somos o órgão político. O procedimento que tem sido seguido é, todas as propostas são canalizadas para o Executivo, canalizam em sede de Executivo e, se assim o entende, canaliza as ideias que são dadas. A Consequência é esta, nós se puséssemos à votação aqui uma recomendação, a Câmara não é obrigada a seguir uma recomendação da Assembleia Municipal. Desde sempre que se entendeu, já não é do meu tempo, já do tempo do Engenheiro Coelho de Araújo, que essas recomendações eram debatidas, eram canalizadas para a Câmara, a Câmara analisava em Executivo e depois aplicava ou não aplicava. Senhor Deputado, a Mesa tem sempre uma preocupação, que é equilíbrio na condução dos trabalhos e procurar seguir os procedimentos normais nesta Assembleia Municipal. Nos termos Regimentais, e estamos a falar aqui do Artigo décimo terceiro, quando se fala dos direitos dos Deputados Municipais, dos Membros da Assembleia Municipal, entre outros diz que: “Têm direito a apresentar recomendações, pareceres e pedidos de esclarecimento à Câmara veiculados através da Mesa da Assembleia Municipal”. Não refere expressamente o regulamento se isso tem que ser votado ou não. Agora, a prática desta Assembleia Municipal tem sido sempre essa. Obviamente, as práticas podem mudar-se, há sempre o momento para se mudarem. Agora, o que faz sentido e foi sempre essa a interpretação, já anteriormente e na nossa Mesa, que como esta é uma competência do Executivo Municipal, a recomendação é canalizada, portanto, a posição política do Senhor Deputado está perfeitamente clara, é canalizada para o Executivo que adopta, ou não, este procedimento. Esta tem sido a prática, não quer dizer que não possamos adoptar outra prática. Eu sugeria era que, enfim, depois numa reunião com os Líderes dos Grupos Municipais, é um ponto que eu posso incluir na agenda e voltarmos a avaliar se devemos continuar a seguir esta prática ou introduzir outra. O que eu não quero é que alguém pense que há aqui qualquer tentativa de impedir que o debate seja daquilo que for. O Senhor Deputado apresentou as Propostas e elas estão em debate e o procedimento será, exactamente, esse cumprindo o Regimento que está em vigor”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----



- **VINTE E SETE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – No uso da palavra diz: “Muito rapidamente. Só para um esclarecimento, enfim uma correcção. Permitir-me-á o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que o corrija quando diz: “Nunca esta Assembleia Municipal votou propostas de recomendação”. Enfim, diz agora na última parte da sua intervenção: “Habitualmente”, mas nunca não está correcto, porque esta Assembleia já votou proposta de recomendação. E, da parte do Partido Socialista, até fica já com o nosso entendimento, é que devem ser votadas as propostas de recomendação, porque respeitando todos os Deputados da Assembleia, poderão surgir aqui propostas de recomendação ao Executivo de todo descabida e, portanto, acho que a Assembleia devia, digamos, fazer aqui um crivo. Evidentemente que, o fundamental nesta matéria é que todos os Partidos se manifestem sobre as propostas em concreto, que o Deputado Marco Rodrigues do Partido Socialista aqui fez. A correcção era esta. Aliás, recorde-me, julgo que até recentemente, o Bloco de Esquerda, fez uma proposta de recomendação no sentido das esplanadas. Acho que não chegou a ser votada, mas a ideia era, precisamente, que fosse feito. De qualquer das maneiras, friso e sublinho mais uma vez, o importante é, efectivamente, o debate sobre as propostas em concreto. Muito obrigado”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: Senhor Deputado, se a Assembleia estiver de acordo com este procedimento, o entendimento da Mesa seria manter o procedimento que tem vindo a ser habitual. Eu agendarei e numa próxima conferência com os Líderes dos Grupos Municipais, debateremos esta matéria para procedimentos futuros. Para já, a Mesa seguia o procedimento habitual que é, canalizar para o Executivo as propostas que o Senhor Deputado aqui trouxe e não as colocaria à votação. Situações futuras, depois desse debate que farei com os Líderes dos Grupos Municipais, se entendermos alterar este procedimento para o futuro, alteraremos e será igual para todos. Se estiverem de acordo seria este procedimento que então seguiríamos. Alguma oposição a esta orientação da Mesa, digamos assim? Ok. Faça favor Senhor Deputado para que isto fique clarinho”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria.

- **VINTE E OITO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD)** – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Em relação a esta situação, da nossa parte, a Mesa é soberana sobre esta interpretação do Regulamento. Em relação às propostas, queremos aqui fazer um esclarecimento. E, gostaríamos de fazer um esclarecimento que tem a ver com uma situação: O desemprego é uma situação que tem que merecer de todos nós uma grande prioridade, e é uma prioridade que deve ser diária, de todos. A questão do desemprego, a frustração com que as pessoas hoje procuram emprego - o caso dos jovens que também não encontram emprego. Agora, o que não podemos deixar aqui de colocar é uma questão que quase que é um paradoxo. Apresentam aqui um conjunto de medidas avulsas que foram tomadas por este Governo, conjunto de medidas, de intenções muitas delas, algumas que até criaram, mas sem resultados. Não há uma palavra sobre resultados destas políticas, uma única palavra! Como se fosse, está tudo bem em termos das medidas da Administração Central. Parece que o desemprego, em termos do País e do Distrito, que neste momento temos o desemprego acima da média Nacional no Distrito, está tudo bem. O Governo está a trabalhar, mas Autarquia tem aqui uma responsabilidade, ou seja, não há uma palavra sobre a avaliação das medidas que estão a ter - o desemprego continua a disparar em Portugal, as empresas continuam a fechar - e, a Autarquia é que tem que fazer! Aquilo que nós dizemos é isto, a Autarquia deve ajudar, e estaríamos nós muito mal na nossa região, se não houvesse uma intervenção dos Municípios, se não houvesse uma intervenção dos agentes económicos sociais e culturais da região para diminuir o desemprego. Se não houvesse, muitas vezes, uma acção para reduzir esta calamidade social junto das populações, se não houvesse esta intervenção



que houve das Misericórdias, das IP's e dos Municípios, se esperássemos só o Governo. É óbvio, que estas propostas, todas são bem-vindas, a Associação Empresarial já tem uma situação incubadora, a Câmara já tem feito muitas intervenções este ano. Mas são mais propostas, tudo bem. Agora, o que é um paradoxo é fazer-se uma listagem de tomadas de posição e nada se dizer sobre o verdadeiro desemprego, as consequências sociais do desemprego. Como é que se resolve essa situação e, depois o problema está, entre aspas, na Autarquia que não está a desenvolver a sua função. Não! A Autarquia está a desenvolver a sua função. Este Governo é que não resolve, com a sua política, com a sua situação. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- **VINTE E NOVE – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Bem, eu vou daqui muito mais sossegado do que aqui entrei. Com este desfiar de medidas do actual Governo, eu estou convicto que vamos ultrapassar a crise em “três tempos”. Não hajam dúvidas de que intenções não faltam, prática e resultados é que não vemos nenhum. Aliás, vemos todos os dias – o desemprego aumenta, as insolvências são cada vez mais, cada vez há mais dificuldades económicas – mas, com tanta medida aqui apresentada pelo meu colega Marco Rodrigues vou, seguramente, daqui mais sossegado. Vou convicto de que amanhã me espera um mundo muito melhor e, muito sinceramente, vou aguardar para ver o resultado dessas medidas que me parecem estruturantes e importantes, sem embargo de concordar com algum dos pontos e com algumas preocupações que referiu na sua intervenção. Alguns perguntas que teceu sobre a Associação do Parques Industrial de Mundão, concordamos. Há coisas que são preciso esclarecer, principalmente ter algumas respostas sobre isso, algumas informações. Dizer que, em relação às recomendações que apresentou, quanto à incubadora valerá o que vale, não é por aí que vão surgir mais empreendedores, ou menos empreendedores. Poder-se-á até aceitar uma medida de ocupação de algum espaço que a Câmara possa ter disponível no Centro Histórico, permitindo directamente a revitalização do próprio espaço. Em relação à segunda recomendação que fez, um Prémio de Empreendedorismo e Inovação, parece-nos de todo útil, desde que premeie, realmente, jovens investidores que se fixem no Concelho. Retenho, sinceramente, vou muito mais contente e com muito mais esperança do que aqui entrei hoje, até pensei que estava noutra fórum que não no da Assembleia Municipal. Obrigado”.

- **MESA** - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Depois estive aqui, para que não restem dúvidas, a conferenciar com os meus colegas de Mesa e isto até faz todo o sentido. Reparem que, na verdade é que quando na divisão de poderes entre a Assembleia Municipal e o Executivo, obviamente, tem o poder o Executivo. O Executivo é eleito com o programa e, portanto, com um programa que é sufragado pelos cidadãos. No fundo, comparando o processo legislativo desta Assembleia, com o processo legislativo e uma Assembleia da República tem que haver sempre quando há uma proposta concreta, uma peça prévia que seja objecto de ponderação para depois haver posteriormente uma deliberação. Se o Senhor Deputado tivesse previamente agendado este ponto na Assembleia Municipal com um texto de suporte que fosse depois ponderado pelos vários Grupos Parlamentares, que em condições de igualdade chegavam aqui estavam em condições de deliberar, eu aí admito que fará sentido que um projecto de resolução, ou neste caso, uma recomendação, seja equiparado a um projecto de resolução na Assembleia da República. Isto é, entra, previamente, é do conhecimento de todos os Partidos, é debatido, ponderado e depois aprovado ou não aprovado. Agora, uma proposta destas, que aparece desta forma, e com a sabedoria que o Engenheiro Coelho de Araújo tinha nestas matérias, faz sentido, porque a prática que ele introduziu na altura tinha um bocado a ver com esta prudência, de não



levar à Assembleia Municipal, julgo eu, às vezes a aprovar coisas que não são devidamente debatidas e em que todos os Deputados não estão em igualdade de circunstâncias. Fazendo aqui um paralelismo, eu acho que, obviamente, a Assembleia tem sempre poderes para recomendar seja aquilo que for à Câmara, mas precedido do processo legislativo, entre aspas, isto é, um texto que possa ser debatido entre todos. Eu continuo a achar que a interpretação que estamos a fazer, que é uma interpretação correcta e de acordo com aquilo que é o histórico desta mesma Assembleia. Mas, como digo, estou perfeitamente aberto a voltarmos a debatê-lo. Acho que até por estes argumentos faz algum sentido que a Assembleia não possa aprovar assim com tanta facilidade sem haver um processo prévio de agendamento e por aí fora, até porque, nós estamos no PAOD. O PAOD é, sobretudo, um momento de debate político e não tanto de entrar no pormenor de recomendar a política A, B ou C, mas estou, de facto, receptivo para voltar a debater isso em sede de conferência de Líderes. Vamos esgotar este ponto em que o Senhor Deputado Marco Rodrigues interveio, vou dar-lhe a palavra para encerrarmos este ponto. Faça favor Senhor Deputado”.

- **TRINTA** – **SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS)** – Usa novamente a palavra para dizer o seguinte: “Muito obrigado Senhor Presidente. Também fico mais contente ao sair daqui hoje, por perceber que não se tinha tocado ainda neste assunto do desemprego, mas afinal é uma preocupação de todas as bancadas. E, clarificar que é para nós, de facto, uma prioridade. Na minha intervenção não foi dito, em momento algum, que o problema do desemprego estava nas autarquias. Aquilo que foi dito foi, que apesar de todos os esforços que têm sido feitos por parte do Governo, gostaríamos de saber também, e ver clarificadas aquelas situações que anunciei, nomeadamente, do Parque Industrial de Mundão ou outras que o Executivo entenda vir aqui clarificar a esta Assembleia, sobre qual o esforço que tem sido feito também por este Executivo, para que seja criado mais emprego no Concelho de Viseu. Podemos até questionar as medidas do Governo, podemos até fazer uma avaliação das medidas do Governo, mas também teremos o direito de questionar quais é que são as medidas que a Câmara Municipal tem tido para a promoção do emprego no nosso Concelho. Relativamente a algumas incorrecções pelo Deputado Rui, é que, de facto, o desemprego não tem crescido todos os dias, nos últimos meses o desemprego tem crescido comparativo ao período homólogo de dois mil e nove. Aliás, a própria economia tem dado índices de algum crescimento. Portanto, e para concluir esta intervenção, e uma vez que as Propostas de Recomendação não podem ir a votação, eu gostaria Senhor Presidente, se me permite, de transformar as Propostas de Recomendação em Moções que colocaria à votação desta Assembleia, uma vez que até entendemos, e pelas intervenções, até entendemos que ambas as Propostas, quer da Incubadora de Empresas para o Centro Histórico, quer da Criação de um Prémio Anual de Emprego e Empreendedorismo são da concordância de todos os Grupos Parlamentares. Nós sabemos que não será vinculativo para a Câmara, contudo, acho que faria sentido que a Assembleia se pronunciasse através do voto. Muito obrigado”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz; “O Senhor Deputado não me está a facilitar nada vida. Eu acho que também é dever dos Deputados Municipais facilitarem um pouco a vida ao Presidente da Assembleia Municipal. Eu não posso transformar uma proposta de recomendação numa moção. Uma moção não tem estas características. Se o Senhor Deputado tinha pensado nisso, tinha apresentado moções. Agora, isto não é uma moção, não é? A moção tem determinados requisitos que eu não consigo encaixar aqui. Eu, por acaso, até já tinha feito o despacho a dizer assim: Enviar cópia ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, das suas Recomendações. E acho que ficava muito bem o assunto tratado assim. Os diferentes Grupos Municipais já se pronunciaram sobre essa matéria. Se o Senhor Deputado estivesse de acordo



encerrávamos este assunto desta maneira, enviava à Câmara Municipal e voltávamos a falar sobre este assunto na conferência de Líderes Municipais e encerrava o assunto aqui. Estamos de acordo? Muito bem. Então assim já me facilitou um pouco mais a vida. Dou a palavra agora ao Senhor Deputado José Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador”. -----

- TRINTA E UM – SENHOR DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS ABREU COELHO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO SALVADOR (PSD) – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Venho na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador e ao mesmo tempo Presidente das Cavalhadas de Vildemoinhos – Associação de Actividades Tradicionais, manifestar a minha alegria e satisfação pela forma como mais uma vez, passados trezentos e cinquenta e oito anos, a tradição foi cumprida. “Os Trambelos” estão de parabéns, pois souberam trazer à cidade de Viseu, esta grande festa popular, que a comunicação social referiu, que os viseenses consideraram espectaculares, não apenas pela arte apresentada pelos carros alegóricos, mas também pelo intenso brilho e colorido demonstrado por todos os intervenientes que fizeram parte do evento. E o povo compareceu em grande multidão, enchendo Viseu de alegria. Para isto ser possível, contamos com equipas de trabalho, que durante dias e noites, meses a fio, se empenharam com o seu engenho e arte na execução de tão belos carros que constituíram o cortejo. Sabemos que temos capacidade para fazer muito mais e melhor, mas a capacidade financeira impede que seja possível dar esse salto qualitativo que as Cavalhadas de Vildemoinhos merecem. Como Vossas Excelências sabem só com o apoio financeiro e disponibilidade para colaborar em vários sectores é possível manter o elevado grau de qualidade, que esta secular tradição já atingiu. Não exageramos nos nossos pedidos de apoio, pois sempre soubemos agradecer a ajuda que nos é dada pela população, comerciantes e industriais viseenses. Numa altura que atravessamos de crise, a maior parte dos apoios das entidades oficiais deixaram de ser atribuídos, e aqui não podia deixar de referir a estranheza pela falta desse apoio, já há dois anos, por parte do Turismo Centro de Portugal, para agravar essa falta de apoio por parte das entidades oficiais, ainda continuamos a pagar à PSP para regular o trânsito nesse dia festivo, que como todos sabemos é gratuito. Assim é muito difícil manter esta tradição secular com a qualidade que já atingiu e merece. Nós garantimos capacidade de organização e qualidade na execução do evento, falta-nos o resto. Sabemos que o Senhor Doutor Fernando Ruas na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Viseu, nunca nos negou apoios nem vai deixar de apoiar esta tradição secular, porque também sabe que o povo “Trambelo”, com a sua capacidade organizadora, nunca o deixou ficar mal. Aqui é o lugar certo para mais uma vez agradecer os incondicionais apoios que a Câmara Municipal de Viseu tem mantido, para a realização do cortejo das Cavalhadas de Vildemoinhos. Pelo extraordinário desfile trazido à cidade de Viseu no dia vinte e quatro de Junho, pela capacidade criativa e organizativa, pela multidão de pessoas que encheu as ruas da nossa cidade o nosso sincero agradecimento às Cavalhadas de Vildemoinhos – Associação de Actividades Tradicionais. Para o ano elas estarão de volta. Com certeza! Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito obrigado pela sua intervenção a que todos nos associamos na qualidade destas Cavalhadas, uma bela tradição que Viseu tem. Dou a palavra ao Senhor António Fonseca, Presidente da Junta de São João de Lourosa. -----

- TRINTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO DE SOUSA DA FONSECA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ DE SÁ (PSD) – Usa da palavra para fazer a intervenção seguinte: “No dia treze de Junho, Teivas e São João de Lourosa, vieram à nossa cidade, Senhora da Beira, trazerem a sua persistência, bom gosto, vivacidade e a tradição das suas Cavalhadas cumpriu-se novamente. Viveram-se momentos sentidos, de movimentação, de alegria, de bem-estar e até de algum



reconhecimento por estes momentos de descontração, de ocupação salutar, enfim, de um reviver das festas dos Santos Populares. Observámos que os milhares de pessoas que assistiram a este cortejo singelo, emotivo, mas demonstrativo do quando pode a força, a coragem, a disponibilidade de um povo em trabalhar em solidariedade e em prol de um projecto comum, esqueceram de algum modo o cansaço físico e embrenharam-se nestes momentos de desinibição. Para que pudéssemos viver estes momentos de descontração e de beleza, muitos disponibilizaram o seu saber, tempo e ajuda material. Como homem nascido nesta Freguesia e também Autarca, sinto reconhecimento para com todos os que contribuíram para que as centenárias Cavalhadas de Teivas, mais uma vez reunissem as qualidades e o valor revivido nas sátiras, no colorido, nos grupos de tambores, gaitas de fole e da sempre cadenciada e bela “DANÇA DA MORGADINHA”. Acentuo o meu reconhecimento a todos os que despenderam o seu trabalho para que estes momentos fossem possíveis. Também agradeço reconhecidamente os subsídios da Câmara Municipal de Viseu, de empresas públicas e civis, bem como de pessoas anónimas, uma vez que estes eventos ficam muito caros. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, permita-me que proponha um Voto de Louvor à Comissão Organizadora das Cavalhadas de Teivas e à Direcção da Associação Cultural e Recreativa de Teivas, pela coragem, disponibilidade e entusiasmo demonstrado nesta manifestação popular. Muito obrigado”. -----

- MESA - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Fonseca. Obviamente, que nos associamos a esta intervenção e, pelo momento, extremamente, importante na vida de Viseu. Eu tive oportunidade de ver as Cavalhadas de Teivas na Avenida Alberto Sampaio, com a minha filha, e gostei muito. Sendo um Voto de Louvor, obviamente, que ele tem que ser colocado à discussão e dou a palavra ao Senhores Deputados que o entenderam. Senhor Deputado Manuel Teodósio tem a palavra”. -----

- TRINTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – No uso da palavra intervém para dizer o seguinte: “Senhor Presidente, o PSD entende que, se o proponente não se opusesse, é que fizéssemos este Voto de Louvor às duas iniciativas, tanto às Cavalhadas de Teivas como as Cavalhadas de Vildemoinhos, seria em conjunto”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz: “Parece-me uma boa proposta, até porque o José Coelho não quis ser Juiz em causa própria, e nós percebemos isso, mas ajuizamos bem o trabalho que é feito e, portanto, acho que é uma proposta pertinente que penso que não terá oposição de nenhum dos Senhores Deputados. Senhor Deputado João Paulo tem a palavra”. -----

- TRINTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Muito rapidamente, para dizer, o Senhor Manuel Teodósio antecipou-se, era, exactamente, essa a proposta do Partido Socialista, que o Voto de Louvor fosse, precisamente para as duas instituições. Evidentemente, o Partido Socialista associa-se votando favoravelmente e congratula-se por estas iniciativas, pela importância de têm e, sobretudo, pelo esforço das pessoas como também foi referido no discurso do Senhor Presidente da Junta de Freguesia d São João de Lourosa, anonimamente, desinteressadamente, continuam ano após ano a permitirem que estas efemérides sejam comemoradas e que juntem tantos e tantos viseenses e pessoas, fora mesmo do nosso Concelho, que nos visitam nestas alturas. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição, portanto, o Voto de Louvor que iríamos votar era um Voto de Louvor à realização das Cavalhadas de Vildemoinhos e das Cavalhadas Teivas e às duas organizações que suportam estas duas iniciativas. Foi aprovado por unanimidade. Já agora, em matéria de votações, para que fique claro, os serviços já nos trouxeram o resultado. O que está lá dito é: Os Senhores



Deputados que votam contra levantem o braço e mantenham-no levantado. Depois a seguir diz: Os Senhores Deputados que votam a favor, por filas. Depois segue-se fila a fila. Abstencões? Portanto, está bem claro. Qualquer dos Senhores Deputados que tenham dúvidas poderá consultar o registo magnético. Obviamente, que se tivesse cometido um lapso, o que faria aqui *errare humanum est* e corrigiria o erro. No caso concreto, não houve nenhum erro de condução, está o assunto tratado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Portugal”. -----

- **TRINTA E CINCO** – **SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL – (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “O Contrato Local de Segurança de Viseu (CLS Viseu) foi assinado em Maio de dois mil e nove com o objectivo de reduzir os índices de criminalidade, prevenir a delinquência juvenil, aumentar o sentimento de segurança e promover uma cultura de responsabilização, com direitos associados aos deveres. Este novo Modelo de Combate à Criminalidade traduz-se na implementação de novas práticas de segurança, nomeadamente através do estabelecimento de parcerias entre o Estado, as Autarquias e a sociedade civil. Em Viseu estas parcerias estão criadas, e sabemos hoje que por causa do excelente espírito de cooperação existentes entre as entidades que compõem o Conselho de Execução do CLS, designadamente o Governo Civil do Distrito de Viseu, a Câmara Municipal de Viseu, a Polícia de Segurança Pública, a Associação Comercial do Distrito de Viseu, a Junta de Freguesia de São José e a Caritas Diocesana de Viseu, o CLS de Viseu é já hoje uma referência no conjunto dos trinta e um CLS’s que existem no País. Temos assistido na área de intervenção do CLS de Viseu, nomeadamente, no Centro Histórico de Viseu, a uma crescente visibilidade do policiamento e a um crescente envolvimento das instituições no processo de segurança. Mais policiamento durante as horas que os comerciantes e os moradores identificaram como sendo os mais críticos, Agentes da PSP devidamente identificados e equipados, criação de rotinas de policiamento para antecipar os problemas através da figura do “Polícia de Família”, tornaram o nosso Centro Histórico mais seguro para todos os seus utentes contribuindo assim para a sua revitalização. Depois da visita do Senhor Ministro da Administração Interna a Viseu no passado dia catorze de Junho para rectificar os quatro protocolos assinados no âmbito do CLS, a entrega de seis viaturas eléctricas (três *Segways* e três Carros Ecléticos) e fundamentalmente para reforçar a PSP de Viseu com dez novos agentes consideramos que Viseu é hoje “uma cidade mais segura”. É certo que ainda continuam a faltar cerca de quarenta agentes da PSP em Viseu, e não sessenta como alguns têm dito, pois sessenta é o número de agentes que são necessários no conjunto de Viseu e Lamego. No entanto, gostaríamos de sublinhar o facto de que este esforço de dez novos agentes foi alcançado à custa de um esforço de redistribuição dos meios existentes no País, ou seja, mesmo não tendo sido formados novos agentes da PSP, Viseu viu o seu número de efectivos crescer. Acreditamos que o Governo continuará a colaborar com Viseu no sentido de que no próximo ano, com a saída de dois mil novos agentes das academias de formação, onde cinquenta por cento da PSP e cinquenta por cento da GNR, o Comando da PSP de Viseu seja contemplado com um reforço superior do número de agentes. Gostaríamos, portanto, de felicitar o Conselho de Execução do CLS pelo trabalho que tem tido no desenvolvimento de um projecto que está a mudar a percepção que os viseenses têm da segurança do Centro Histórico da sua cidade, e também o Governo Português na pessoa do Senhor Ministro da Administração Interna, por ter cumprido a promessa que havia feito no início deste ano, tendo reforçado a PSP de Viseu com dez agentes. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- **TRINTA E SEIS** – **SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu iria começar por ler uma Recomendação à Câmara Municipal. Antes disso, aproveitaria “a talho de



foice” que, efectivamente, o Bloco já apresentou, que me lembre, duas Recomendações que foram votadas, embora eu concorde com a proposta do Senhor Presidente da Mesa e admito que seja revisto essa posição. De qualquer modo, nomeadamente a Recomendação sobre os Orçamentos Participativos e a Recomendação sobre as Paragens de Autocarros. É certo, que na última Assembleia a Recomendação que eu tenha apresentado como Proposta de Alteração, o Senhor Presidente, se bem se lembra, disse que só poderiam ser apresentadas como recomendações não foram votadas, foram directamente para o Executivo. Passaria então a ler a Recomendação. Recomendação à Câmara Municipal de Viseu sobre o Encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois – Considerando que: Um – Não se percebe qualquer alteração por parte do Governo no sentido de suspender a decisão de encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois, em conformidade com os projectos de resolução do Bloco de Esquerda e do PSD, aprovados na Assembleia da República; Dois – A Assembleia Municipal de Viseu aprovou, por unanimidade, três moções, em vinte e sete de Abril de dois mil e nove, em vinte e três de Novembro de dois mil e nove e em vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, contra o encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois, alertando o Ministério das Finanças e o Governo para as consequências negativas que a fusão dos dois serviços de Finanças de Viseu e o consequente encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois acarretaria para os utentes, principalmente para os das freguesias periurbanas, que lhe foram adstritas, e para a dinâmica socioeconómica da zona da cidade onde se localiza; A Assembleia Municipal de Viseu reunida em Sessão Ordinária de vinte e oito de Junho de dois mil e dez, recomenda à Câmara Municipal de Viseu que indague o Governo no sentido de esclarecer se acata a vontade dos viseenses e da maioria dos Deputados da Assembleia da República, expressa na aprovação dos dois projectos de Resolução que recomendavam a suspensão do processo de fusão dos dois Serviços de Finanças do nosso Concelho e o sequente encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois. Agora, gostaria de me referir a um problema que tem andado aí a ser discutido, já o foi, de resto, aqui nesta Assembleia, como sejam as propostas de revitalização do Centro Histórico, nomeadamente, de transferência do Mercado de Frutas e Legumes para o Mercado Dois de Maio. O Bloco de Esquerda acha que é uma proposta, eventualmente, a transferência, enfim, deste Mercado poderia decapitar, digamos, uma parte importante do próprio Mercado Vinte e Um de Agosto. E, pensamos que isso poderá ser exequível de uma forma regular, uma vez por semana, ou outra periodicidade. O que nos parece importante é que haja, de facto, uma animação permanente, sei lá, as Festas das Freguesias poderiam ter sido feitas ali, o Mercado de Antiguidades, que já lá é feito, muitas iniciativas, até do “Viseu Naturalmente”, algumas estão previstas para lá, sobretudo, à noite. Mesmo durante o dia há iniciativas que poderiam ser feitas lá, por exemplo, a Feira de Artesanato do Livro, pensamos que podia ser feita lá. Poder-nos-ão dizer que as barraquinhas podem colidir com a estética da Praça, sinceramente, no que diz respeito à Feira do Livro, as barracas não são, de facto, a melhor forma de fazer a feira, se calhar, por isso, é que há tão poucos livreiros na feira, mas, portanto, a animação permanente é fundamental. Como é fundamental uma coisa que já deveria ter sido feita há muito tempo, que é a transferência do Posto de Turismo para o Centro Histórico. A questão do Mercado Dois de Maio e que, de facto, o Arquitecto fez, como eu já disse aqui, uma arquitectura escultórica, ou uma escultura arquitectónica, como queiram, e o problema é que o dono da obra não disse o que queria ali nem tão pouco ouviu as opiniões prévias dos comerciantes, que se referiram à exiguidade dos espaços comerciais. Sobre as declarações do Senhor Presidente da Câmara para a, eventual, proibição de trânsito no Centro Histórico, é evidente que estaríamos de acordo com isso, mas pensamos que terá que haver uma moratória desta proibição de circulação até haver, de facto, uma verdadeira reabilitação urbana, revitalização do Centro Histórico de modo a atrair população. Parece-nos que é fundamental dar prioridade ao



estacionamento para moradores e para os comerciantes, nomeadamente, com o estacionamento temporário, trinta minutos por exemplo, que os próprios comerciantes já pediram e que parece que não está a ser efectivado, e também, naturalmente, o espaço para cargas e descargas. Parece-nos também fundamental reduzir a velocidade para trinta quilómetros por hora, dando prioridade ao peão e às bicicletas, e aqui gostaria que fosse pensada a possibilidade das bicicletas poderem subir também no funicular, isso era um dos motivos porque nós defendíamos a passadeira rolante. Parece-nos fundamental criar bolsas de estacionamento para os moradores, nomeadamente, por exemplo, junto à estação do funicular. Pensamos que, não são os utentes do funicular que vêm de fora que vão parar ali o carro para ir no funicular, isso poderá acontecer e acontece na estação sul, na estação, portanto da Feira de São Mateus, mas o contrário, pensamos que aquele espaço pode muito bem servir como bolsa de estacionamento para os moradores. Isso parece-nos um ponto fundamental para a atractividade e a revitalização do Centro Histórico. É tudo”. -----

- MESA – o Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Obrigado Senhor Deputado. Fiquei com a ideia que tinha uma Moção, não foi? Portanto, está em debate se alguém se quiser pronunciar sobre esta matéria do Encerramento das Finanças Viseu Dois? Para não estar agora a ler é alguma Recomendação em relação ao Governo, ou é alguma Proposta...”. *(Neste momento alguém responde da banca parlamentar o que não é perceptível)*. O Senhor Presidente da Mesa prossegue dizendo: “Havendo Moções apresentadas pela Assembleia Municipal não entende o Senhor Deputado que faria mais sentido que fosse a Assembleia Municipal a questionar o Governo sobre esta matéria? Isto é uma matéria da competência do Governo. Do ponto de vista político acho que faz mais sentido que seja a Assembleia Municipal a questionar o Governo sobre isto”. *Neste momento alguém responde da banca parlamentar o que não é perceptível)*. O Senhor Presidente da Mesa prossegue novamente e diz: “Pois, mas o peso devira da representatividade desta Assembleia, mais peso que este não há. Então se estiver de acordo eu punha em debate isto sobre a forma de uma Moção/Recomendação à Assembleia Municipal para questionar o Governo sobre isto. Está em debate, pergunto se alguém se quer pronunciar. Não tenho nenhuma inscrição, vamos passar então à votação. Foi aprovada com quarenta e cinco votos a favor e onze abstenções. Dou agora a palavra ao Senhor Herculano, Presidente da Junta de Calde”. -----

- TRINTA E SETE – SENHOR DEPUTADO HERCULANO DUARTE GONÇALVES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CALDE (PSD) – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Venho a esta tribuna para trazer a esta Assembleia Municipal o meu descontentamento e preocupação, assim como da população da minha Freguesia, relacionada com o anúncio do encerramento das Escolas com menos de vinte e um alunos. Há bem pouco tempo fecharam-me três Escolas, nessa altura a chapa era dez, agora mudou para vinte e um, não sei porque motivo arranjaram este número. As Escolas da minha Freguesia a funcionar, estão todas requalificadas, bem arranjadas, com todas as condições de funcionamento. Gastaram-se uns bons milhares de euros na sua requalificação, para agora se deitaram ao abandono. Também entendo que o Ministério da Educação não sabe onde fica a minha Freguesia e tantas outras do meio rural, porque se soubessem não faziam o que estão a fazer. Antes de arranjar o tal “despacho de encerramento”, reuniam através da DREC, da Câmara Municipal, e porque não com as Juntas de Freguesia e representantes dos pais, a fim de analisarem caso a caso este problema. Não, não quiseram saber! Para a tutela tanto faz a Escola ter: Doze, treze, catorze, quinze, ou mesmo vinte alunos, são mesmo para fechar. Acho que é um critério errado, pois cada caso é um caso e deviam ser ponderados antes de “deitar” a Lei cá para fora, porque, meus Senhores, quem atura permanentemente as populações e os pais das crianças são os Presidentes das Juntas. Ouvimos as suas queixas e preocupações, porque



as crianças são deles, e ficam com “o coração nas mãos” ao verem o deslocamento dos seus filhos, de tenra idade, para outras Escolas muito mais distantes e de condições muito inferiores àquelas Escolas que o Governo quer fechar. Para terminar, Senhor Presidente, caros colegas, quero dizer-vos que fechar uma Escola numa aldeia é fechar a própria aldeia! Tenho dito”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor António Neves, Presidente da Junta de Freguesia Boaldeia. -----

- TRINTA E OITO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO BAPTISTA NEVES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOALDEIA (PSD) – Pede a palavra para um pedido de esclarecimento e diz: “Eu tinha intenção de fazer uma intervenção acerca do encerramento das Escolas, mas estava a aguardar esse momento para depois da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, já dentro da Ordem de Trabalhos. Como o colega de Calde veio aqui no Período Antes da Ordem do Dia, eu fico na dúvida se guardarei a minha intervenção para mais tarde, ou se a farei agora...”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Senhor Deputado, a lista das intervenções é sempre dada pelos Líderes das bancadas. No Período da Informação do Senhor Presidente da Câmara tem sempre toda a legitimidade para usar da palavra. Muito bem. Eu não tenho mais nenhuma inscrição no Período Antes da Ordem do Dia... Ah, um pedido de esclarecimento? Faça favor Senhor Deputado”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Gonçalo Ginestal. -----

- TRINTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL MACHADO MONTEIRO ALBUQUERQUE (PS) – No uso da palavra faz o seguinte pedido de esclarecimento: “Eu quero reiterar as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boaldeia. Estava a aguardar pela intervenção do Senhor Presidente da Câmara para fazer posteriormente uma intervenção. De qualquer das formas, tentar sossegar pelo menos para já, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calde, que a proposta do Ministério da Educação e da Direcção Regional, não é fechar a Escola de Várzea de Calde. A proposta do Ministério da Educação, é transferir os alunos que estão no Primeiro Ciclo em Várzea de Calde, para a Escola em Calde. É esta a proposta. E, em Várzea de Calde, visto que houve obras de requalificação naquele espaço, manter a Escola a funcionar enquanto pólo de Jardim-de-infância de toda a Freguesia. É este esclarecimento que quero, para já, aqui deixar”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se quer responder. Não? Então, esgotámos o Período Antes da Ordem do Dia e pedia ao Senhor Presidente da Câmara, como habitualmente, que fizesse os comentários finais neste ponto”. -----

- QUARENTA – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMÁRIO – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Eu estive aqui três horas a apontar. Confesso que não tenho muita coisa e também queria ser breve nos comentários. Muitos deles também, penso, não se prendem directamente com a acção da Câmara, portanto, eu vou expurgar daqui e dali isto aqui e das questões que foram aqui trazidas. Eu gostaria de dizer que sobre as acessibilidades já fiz o comentário na altura a dizer que a Câmara continua a manter os terrenos do corredor e os terrenos da Estação, sobre a ferrovia. Continuamos também com intensas conversações sobre a ligação daquilo que pensamos ser a A-Vinte e Quatro, ligação a Coimbra a Sul e, portanto, aguardamos sobre esta matéria, digamos, mais informações. Nomeadamente, também, já marcámos a nossa posição quanto às eventuais portagens nas SCUT’s. Aliás, penso mesmo que em relação à A-Vinte e Cinco, se houvesse portagem era uma dupla portagem, já tem a “Bossa do Camelo”, já chega bem como portagem. Ao que sabemos tem sido uma fonte de receita impressionante, portanto, digamos, talvez tivesse dupla portagem. Sobre aquilo que foi dito ainda sobre os IP’s, já manifestei há pouco a minha opinião. Queria dizer que, se por



acaso, aquilo que se quer e aquilo que se pretende, pelo menos da nossa parte, resolver o problema das pessoas e das mercadorias, não se percebe como é que um *shuttle* fazendo a ligação daqui à Estação de Mangualde se resolvia esse problema das mercadorias, podia resolver o problema das pessoas de uma forma, digamos, por defeito, porque não é aquele transporte que nos serve. Eu gostaria de me deter um bocadinho sobre a Proposta da Universidade Pública. Marquei a minha posição em tempo, tenho pena de ter razão antes do tempo, mas aquilo que eu disse foi que não me revia nas Propostas, já sabia que o Ministro do Ensino Superior não daria qualquer resposta a esta Assembleia, deve estar registado. Vimos agora aqui este “flique flaque” que deram os Deputados do Partido Socialista, agora já não voltam a mexer na Universidade Pública e nós percebemos também estas posições quando se diz “Nós para este peditório já não há mais”. Aliás, na altura até se falava que o prazo dado ao Senhor Ministro era pequeno, lembram-se bem? Era, o Senhor Ministro não tinha tempo. Agora, o Senhor Ministro vai ter todo o tempo do mundo, porque o Partido Socialista resolveu atirar a toalha, aliás, resolver atirar a toalha ao chão, não, resolveu dizer, finalmente, que atirou a toalha ao chão, porque já tinha atirado a toalha e o sabão há muito tempo. O Partido Socialista esteve sempre nesta situação a dizer que queria a Universidade, mas, naturalmente, que não a queria. Agora eu lamento, sinceramente, esta também já foi aqui enfatizada e também não vou perder muito tempo com isto, mas a facilidade que se tem em transformar esta Assembleia naquilo que a política tem mais escuro, que é, retirar as coisas no contexto para, de facto, fazer grandes tiradas. Aquilo que se passou há bocadinho com o Senhor Deputado Correia de Campos em relação ao que se estava a passar com o Politécnico é exemplo paradigmático, quase que se estava a dizer que o Senhor Deputado Manuel Teodósio, que por acaso até se formou no Politécnico, que o Politécnico não evoluiu... Eu não interrompi o Senhor Deputado e bem me apeteceu. Eu só queria lembrar, também a este propósito, mais outra coisa Senhores Deputados, aquilo que se diz agora, que o Partido Socialista resolveu, finalmente, acordar para esta realidade de ter a Universidade Católica, a Universidade Piaget, como o Senhor Deputado designou, e o Instituto Politécnico, todas realidades que já existiam quando o Senhor Engenheiro nos levou para o pântano. O Senhor Engenheiro António Guterres nos levou à Avenida Vinte e Cinco de Abril dizendo: “Então vocês jovens, este Governo, estes malandros acabaram-vos com o futuro. Vamos querer uma Universidade Pública”. Ou não se lembram disto? Eu lembro-me perfeitamente! E já existiam os três estabelecimentos de Ensino Superior. Mais uma vez, não conheço outra expressão, não sei, mentiram-nos! *(Neste momento alguém responde da bancada parlamentar, o que não é audível)*. O Senhor Presidente da Câmara Municipal prossegue dizendo: “Se era sempre só nervoso não era só com os gestos, mesmo calmo... O Senhor Deputado a mim acusa-se constantemente, mas está sentado e bem incomodado e bem nervosinho... Bem, sobre o Centro Histórico, eu gostaria de dizer ao Doutor Jorge Adolfo uma série de coisas: Primeiro - O nosso Centro Histórico não está a cair, e não está a cair mais, deixe-me dizer-lhe, por força da acção da Câmara. Eu vou recordar-lhe, muito rapidamente, aquilo que a Câmara tem feito, pode dizer-se menos daquilo que devia, mas tem feito! E também, já agora recordava, foi recente, o principal responsável pela regeneração urbana, o Secretário de Estado Fernando Medina, os elogios rasgados que fez no Salão Nobre ao nosso Centro Histórico. Não fui eu que lhe dei gás, foi ele que os fez, digamos de uma forma espontânea. Mas eu queria dizer-lhe que por acção da Câmara estamos a cooperar com o Orfeão na recuperação do lugar que há, perfeitamente, inconcebível no centro da cidade. Acabámos nós de recuperar a Casa da Dança. Acabámos nós, com a Associação Comercial, de arranjar os meios para regenerar o edifício da Associação Comercial. Bem, mas estamos neste momento, e não se pode lá fazer a reunião também por isso, a fazer a Casa do Miradouro, está em recuperação. A Casa Museu Almeida Moreira, foi lançado o concurso, está neste momento com as obras a começar. A



Sinagoga, também fomos nós que resolvemos o assunto. E já agora, também dizer que, as casas que alguns jovens já adquiriram, fomos nós que as recuperámos, para além daquilo que é chamado o património público. Esse a Câmara têm-no feito e, portanto... Estamos neste momento a fazer com muita profundidade e com muito entusiasmo o envolvimento dos particulares no sentido de também de procederem a esta situação. Nós não deixámos cair a figura de Dom Afonso Henriques. Fizemos uma série de coisas e a prova é que hoje vem aqui à Assembleia a nossa adesão, até para rectificação, à Sociedade Afonso Henriques. Outra coisa que perguntou, foi como é que estava a questão dos museus. Bem, a questão dos museus está a andar, prende-se com muita coisa. O Museu do Quartzo, o Museu do Quartzo está pronto fisicamente, teve um problema com o ar condicionado. Já o dissemos, não há ninguém mais interessado em resolver o problema, de pôr ao público a obra que está acabada, ou praticamente acabada, de que a Câmara Municipal. E até já temos uma proposta de protocolo com uma instituição próxima para gerir o Museu. Sobre o Museu, e eu ouvi com muito gosto, a antiga Directora do Museu de Arte Antiga dizer aqui que Viseu precisava de um Museu de Arte Contemporânea, é aquilo que estamos a preparar na Quinta da Cruz. Não tivemos culpa, e é um ofício do Tribunal, e não venham dizer que fomos nós, não fomos nós os responsáveis, que a empresa chegasse à insolvência. Não fomos nós, a empresa nem é de cá e, portanto, o que nos foi dito é que esta situação é, digamos, para observar. Tal como disse aqui o Deputado Paulo Pereira, o Centro Histórico comparativamente com alguns, acho que não nos deve envergonhar, mas eu gostaria de dizer o seguinte: Há considerações que parece que se descobriu... Neste momento, toda a gente sabe como animar o Centro Histórico. Parece que animar o Centro Histórico é pessoas no Centro Histórico. Bem, nós já levamos muita gente ao Centro Histórico, mas esse também não é o remédio, ou alguém se convence, como agora se dizia em relação ao Mercado Dois de Maio: “Bem, se fizer feiras no Mercado Dois de Maio anima-se os comerciantes”. Quer dizer que os consumidores não são capazes de se deslocarem do Rossio para lá. Não há ninguém que aceite isto. Os consumidores estão no Mercado Dois de Maio e consomem, estão no Rossio, já não consomem. Isto é, vender isto para ver se os vizinhos incautos acreditam. Nós trouxemos muita gente ao Rossio. Ainda ontem, quem esteve à noite no Rossio, o Rossio estava cheio, numa iniciativa impressionante que a Câmara leva a efeito todos os anos, as Marchas dos Santos Populares, portanto, aquela gente, com certeza que consumia. Também é preciso que os comerciantes adequem os seus horários, deviam estar abertos, modernizar as suas lojas. Já agora uma outra coisa, e é bom falar frontalmente, quando se diz e se relaciona a actividade comercial, eventualmente, com o transporte de carro, não há nenhuma cidade que eu conheça, conheço algumas, felizmente, pelo Mundo fora de países desenvolvidos, onde o comércio não seja fluorescente onde há actividade pedonal. Em todas as grandes cidades onde se caminha, sem carros, a olhar para trás, onde o comércio é florescente, bem, aqui relaciona-se sempre. Ninguém me propôs e também não sou eu que o vou fazer, se dependesse do Presidente da Câmara, a Avenida Alberto Sampaio era uma Avenida pedonal, completamente vedada, com acessibilidade, onde se pudessem fazer esplanadas. Podia ser só até ao meio, porque eu estou plenamente convencido que toda aquela actividade ganharia com isso. Perfeitamente convencido! Isto é o que se vê com uma facilidade espantosa, digamos, no estrangeiro. Eu gostaria de dizer que nós estamos a fazer o possível para revitalizar o Centro Histórico, portanto, não foi em vão que arranjámos um programa com algum significado. Já agora uma outra coisa, não foi o Deputado Jorge Adolfo que colocou a questão. Eu não sabia que não se podia levar a bicicleta, até pensei que se podiam levar galinhas e compras no funicular, acho que não é impeditivo. Bicicletas, sei lá, eu acho que pode, a não ser que ponham lá a bicicletas a tirar o lugar às pessoas, mas não acho que haja nenhuma contradição com isso. Sobre a questão que veio aqui trazer o Deputado Baila Antunes, eu gostaria de lhe dizer que, pelo menos,



fez um bom exercício, lembrou num bocadinho as obras que a Câmara fez. Trouxe-me perguntas sobre o Museu do Quartzo, o Parque da Cidade, a Quinta da Cruz, a Ecopista do Dão, a Alberto Sampaio, o CMIA, os acessos à A-Dezasseis e os acessos à Estrada de Nelas. Tudo obras da Câmara, é importante que o saiba. Já agora, fez-me uma recomendação, podia fazê-la directamente às Estradas de Portugal, porque é que não recomendou aquela vergonha da Duzentos e Vinte e Nove? Os Senhores não fizeram nenhuma recomendação. Andaram lá anos para requalificar uma estradita entre o Sátão e Viseu! Já viu o tempo de lá andaram? E o Senhor na Estrada-Dezasseis que é uma obra imponente! A Estradta-Duzentos e Trinta e Um, uma obra da Câmara imponente! O Senhor já está com medo que demore mais tempo, quando a outra demorou até vir “a mulher da fava-rica”! Aí não houve nenhum apelo ao Governo para acelerar, eventualmente, as obras todas. Eu queria era dizer-lhe que nós vamos fazer estas obras todas e se elas resvalaram um bocadinho... Olhe, algumas até podem antecipar, eu espero que sim, mas pronto, são obras de grande alcance que estamos a fazer nas acessibilidades à cidade, isso tem sido reconhecido por toda a gente. Sobre aquilo que a Deputada Sofia Pires aqui trouxe, que é o turismo local, nós estamos, perfeitamente, de acordo com os conceitos que aqui trouxe. Às vezes definem-se modelos muito bem, só que depois não se implementam, é aquela história. Já vou responder ao Senhor Deputado que falou sobre as medidas do Governo para o Desemprego, que tem uma série de coisas. Eu acho que essas coisas dão emprego a muita gente, ou melhor, dão emprego a algumas pessoas. É verdade! Claro, se calhar, todos com o cartão, mas dão, dão emprego. É a comissão para não sei quê, é a comissão para não sei quantos mais, o programa para não sei quê... E lá estão sempre as mesmas pessoas. Para isso dá! O resto, a população depois queixa-se. O desemprego, os Senhores não o combatem assim. Estava a ouvir o Senhor Deputado e pensei que aquela intervenção que podia ser no Salão Nobre do Governo Civil, aliás, era ali que se deveria fazer a recomendação. O emprego é uma preocupação de todos. Depois o Senhor Deputado tem o desabafo, eu sei que o fez de forma correcta, aliás, como é seu timbre: “Bem nós sabemos que as outras entidades também se preocupam com o emprego”. Que remédio! Então se fosse só pela acção do Governo já íamos para aí em sessenta por cento de desemprego, é “um ver se te avias”, é todos os dias, empresas a fechar todos os dias. Só há empregos para alguns e bens remunerados, aqueles que passam as horas no avião entre Lisboa e Milão à procura não sei de quê. Para esses sim! Os tais que ganharam cinco milhões num ano. Esses sim bem remunerados, dá não sei para quantos jovens terem emprego, portanto, vamos lá ver do que estamos a falar. Quase que deu a entender isto, aqui está quem cuida do emprego. Depois aonde é que estão os malandros que não ajudam? Por amor de Deus! Não diga isso! Se souber os rácios das autarquias, e permita-me que vista outro casaco, as autarquias têm apenas doze e meio por cento das receitas totais e somos responsáveis por vinte e cinco por cento do emprego público. Fazemos a nossa obrigação e de que maneira! Quem não o faz é quem devia dinamizar a economia. Só faltava agora que esta responsabilidade caísse também nos ombros das autarquias. Eu pergunto, por acaso a Senhora, tenho que lhe fazer a excepção, não a conheço ainda pessoalmente, até apresentou cumprimentos por escrito, a nova Directora do Emprego, anteriormente até nem a conhecia, houve alguns que passaram por lá e nem sequer passavam “cavaco às tropas”, então, mas como é que é? Os Senhores nomeiam as pessoas e depois os responsáveis pelo emprego são outros? Os Senhores despedem os professores, e nós é que os havemos de empregar? Os Senhores põem as pessoas no desemprego e depois o que é que as Autarquias fazem para os trazer? Bem, atenuamos as asneiras que os Senhores fazem. Já agora, deixe-me dizer-lhe uma outra coisa, conhece com certeza a proposta de criação de um plano de investimento municipal, que propusemos ao seu Governo e nunca foi rejeitado, mas também nunca foi aprovado, ao contrário do que fez a Espanha, ao contrário do que fez França. E, portanto, esse plano



de investimento Municipal poderia, exactamente, dar resposta e uma resposta preciosa ao combate ao desemprego. Curiosamente, eu não sei se “foi Deus que escreveu direito por linhas tortas”, o montante que nós pedíamos, e como disse não teve resposta, foi igual ao montante com que Portugal inicialmente, depois tivemos azar foi agravado, teve de contribuir para a história da Grécia, setecentos e oitenta milhões de euros, foi assim, depois foi agravado ainda tivemos que pagar mais. Mas está a ver, para o plano de investimento Municipal não havia dinheiro, mas depois tivemos que o arranjar. Eu gostaria ainda de dizer à Senhora Deputada Sofia Pires, que o aumento de camas no Concelho de Viseu que é francamente animador. Eu tenho, por força de relações internacionais que vamos tendo através das geminações e outros, dados de Viseu sobre o número de camas, e as pessoas ficam admiradas como é que uma cidade desta dimensão tem esta oferta. Como sabem, a oferta também se relaciona, e de que maneira, com a procura, portanto só há esta oferta, porque a procura, felizmente tem ajudado. É evidente, que é uma área aonde ainda há muita coisa para fazer, nomeadamente, na organização nacional. Nós não ganhámos nada com esta nova organização, é bom que se diga. Esta nova organização que dividiu as Regiões de Turismo, não foi por cromos, mas foi quase, bem, não ganhamos nada com isso. O que é que sentimos aqui em Viseu? Absolutamente nada! Não é uma responsabilidade municipal directa, é uma responsabilidade do Instituto Turismo de Portugal, com certeza devia estar mais atento e, portanto, nós vamos fazendo aquilo que podemos em relação ao turismo. Sobre as duas recomendações, eu gostaria de dizer, Senhor Presidente, mas gostaria de dizer olhos nos olhos, eu as recomendações aceito-as todas, interferências naquilo que é o conteúdo funcional da Câmara, porque senão não faria nenhum sentido, se são recomendações eu aceito-as todas, naturalmente é uma atribuição da Assembleia e que eu analiso na Câmara, mas que não se pense, porque muita vez há este conceito e perdoem-me que seja assim com esta frontalidade toda, com se diz que a Assembleia fiscaliza a acção da Câmara, nós estamos, perfeitamente, de acordo, mas não é nenhum Deputado, ou cada um dos Deputados a fiscalizar a acção da Câmara, era o que faltava! Senão tínhamos que dar resposta a cada uma das pessoas. Fazemo-lo através da Assembleia Municipal com todo o gosto e as recomendações, faremos a mesma coisa. Todas as recomendações que chegarem à Câmara analiso-as, se tiverem pés para andar sigo-as, se não tiverem pés para andar, naturalmente, que as arquivo. E quando se põe para a Câmara uma Proposta da Criação de uma Incubadora no Centro Histórico, eu pergunto, esta facilidade com que se tem em arranjar incubadoras para o Centro Histórico, se calhar para alguma fábrica de *segways*, agora está na moda, ou de carros eléctricos, era bom. Os polícias do Contrato Local de Segurança aproveitavam logo, era directamente do fabricante ao consumidor. Mas, eu pergunto: Então, os Senhores que tiveram esta incapacidade de transferir a Loja do Cidadão, agora é com uma facilidade enorme que nos propõem incubadoras? Porque é que os Senhores não transferem a Loja do Cidadão para o Centro Histórico? O que é que vos impede? É falta de força? Os Senhores não querem transferir a Loja do Cidadão, ainda por cima vos arranjámos todas as condições, condições físicas. Primeiro não havia condições físicas. Comprámos dois edifícios para instalarem a Loja do Cidadão. Essa não é âncora, a Loja do Cidadão? A Incubadora é uma âncora no Centro Histórico, a Loja do Cidadão não é âncora? Já agora, porque é que não transferem para lá o Governo Civil, para o Centro Histórico? É outra âncora, tem muito movimento e há muitas pessoas para o Centro Histórico. Os Senhores vêm só com recomendações, uma Incubadora no Centro Histórico... Eu a princípio até pensei andamos com algum problema com a história das funerárias, já lá há no Centro Histórico, mas não é a mesma coisa. O Prémio como Estímulo? Bem, o prémio como Estímulo podem também fazê-lo através do Governo Civil, porque é que não podem? Porque é que não podem atribuir um prémio, até de natureza Distrital, podem fazê-lo, perfeitamente, não é preciso que seja um prémio municipal.



Sobre aquilo que foi trazido pelos dois Senhores Presidente de Junta de Freguesia, eu queria dizer-vos que me associo com muito gosto a esta votação sempre elogiosa em relação às Cavalhadas. Nós assistimos que as Cavalhadas são um espectáculo iminentemente popular, de grande qualidade, vê-se bem como é que as pessoas de Vildemoinhos e de Teivas tratam, digamos, esta tradição. Eu não vi as de Teivas. As de Vildemoinhos tenho acompanhado e, em Vildemoinhos na véspera das Cavalhadas, acho que Vildemoinhos tem alguma coisa de especial para atrair tanta gente ali aquele lugar, e também, as pessoas que vêm ver as Cavalhadas, que pela parte da Câmara, nós vamos, naturalmente, com estas dificuldades que também temos, mas vamos contribuindo para que esta tradição tão secular não se perca. Sobre aquilo que foi trazido pelo Senhor Deputado Portugal, Contrato Local de Segurança, eu revejo-me nisso. Só queria lembrar, não vá alguém esquecer-se que foi pedido pelo Presidente da Câmara de Viseu o Contrato Local de Segurança, que foi assinado pela Associação de Municípios, Contrato Chapéu, que por acaso é o mesmo. O Presidente da Câmara depois, ao abrigo desse Contrato Chapéu, pediu Contrato Local de Segurança e, portanto, nós somos parceiros. Às vezes não se tem essa noção, dá a impressão que o Contrato Local de Segurança depende apenas do Presidente da Comissão Executivo Municipal, mas não, nós somos parceiros. E a prova de que somos parceiros é que o Senhor Ministro da Administração Interna veio fazer uma cerimónia à Câmara Municipal de Viseu. Não era este o destino, mas depois veio para a Câmara Municipal de Viseu, porque é ali o sítio certo de pessoas que foram eleitas, portanto, foi ali no coração da cidade, no coração da democracia local que foi feita a cerimónia. Só para dizer que nós não estamos no Contrato Local de Segurança à boleia de ninguém, que estivemos na sua concessão e que estamos agora envolvidos como parceiros, até porque, não admitíamos que houvesse acções na nossa área de jurisdição para a qual fomos eleitos, que nos passasse ao lado. Isso não! Conosco isso não acontece, portanto, só nós congratulamos com aquilo que foi dito em relação aos Contratos Locais de Segurança e sobretudo, aquele como funciona em Viseu, Nós não temos, e acho que correu algum risco na avaliação que fez, porque aquilo que diz o próprio conteúdo do Contrato Local de Segurança, é que ele é avaliado passado um ano. E eu espero sinceramente, e até auguro, ou desejo, que seja ainda mais optimista do que aquilo que foi, que o Contrato Local de Segurança passado um ano tenha melhores resultados do que aqueles que aqui trouxe, mas acho que é cedo, muito cedo ainda, para avaliar o Contrato Local de Segurança. Avaliemo-lo então na altura própria para ver se lhe falta mais alguma coisa, se tem coisas a mais nalguns lados, se os agentes da polícia já andam bem nos *segways*, se os carros eléctricos não avariaram, aquelas coisas todas. Mas isso só se pode fazer com o tempo suficiente, com um ano, que é aquilo que o Contrato Local de Segurança prevê. Já agora também uma outra coisa, também foi menos modesto de que o Senhor Ministro da Administração Interna, a quem eu tive oportunidade de elogiar. O Senhor Ministro da Administração Interna é alguém por quem eu tenho muita consideração, disse-o publicamente e posso dizê-lo agora, mas ele próprio disse que cumpriu parcialmente a promessa. Quando o Senhor Ministro há meio ano mais ou menos, no “Dia da PSP”, disse que ia repôr os efectivos, não estava a pensar em dez por cento, nem dez polícias, nem nada, toda a gente estava a pensar em muito mais, inclusivamente o Senhor Ministro, não teve foi a formação atempada, portanto, não vale a pena nós ficarmos já satisfeitos com os dez polícias, porque se faltavam sessenta e agora passam a faltar cinquenta nós continuamos preocupados e muito preocupados com cinquenta polícias em falta. Aliás, não sei se há alguma relação directa, mas parece haver entre a falta de efectivos e a progressão, que é para ter algum cuidado de violência que vai havendo por aí. Nós às vezes ouvimos uma parte ali, uma parte além, mas isso tudo somado, não podemos ficar muito agradados com a situação. A ideia é dizer ao Senhor Ministro: Esperamos então pela formação, mas faça o favor de nos repôr, se calhar, até aumentar os efectivos, porque



já temos os efectivos que foram definidos anteriormente, já era por defeito. Agora nem os efectivos que estão definidos a algum tempo temos implementados, parece-me que é motivo de preocupação. Só uma última nota Senhor Presidente, para falar duas coisas: Uma tem a ver com a questão que foi aqui trazida, antecipadamente, das escolas, penso que falaríamos nisso no Período Antes da Ordem do Dia, mas há uma coisa que eu gostaria de dizer, sobretudo ao Senhor Deputado, porque esclareceu o Senhor Presidente da Junta. Aqui não há nenhuma proposta da DREC. As propostas são tratadas a nível nacional, porque se fôssemos com as propostas da DREC estávamos feitos, sabe porquê? A DREC nem sequer sabe as escolas que pertencem ao nosso Concelho. As escolas que acabámos de falar, mandou-as para São Pedro, ou para Vouzela, nem sequer as conhece! É o IP-Três que lhe dá aquelas voltas, portanto, não vale a pena nós pensarmos em propostas da DREC. As propostas, são aqueles princípios que foram definidos com a Associação Nacional de Municípios e com o Senhor Primeiro-ministro. E daí, eu sossegaria o Senhor Presidente da Junta, por isso é que a primeira condição, as escolas só encerrarão se a Câmara estiver de acordo e, portanto, nós só estaremos de acordo se a situação dos alunos melhorar. Esse para nós é o princípio, se a situação dos alunos melhorar... Não estaremos a dizer que a escola encerra, ou que não encerra apenas porque o Governo é de outra cor, era o que faltava! Nós já encerramos trinta escolas, eu vou dizê-las daqui a bocadito. Quando foram menos de dez alunos nós encerrámos trinta escolas e não se notou na qualidade do ensino, antes pelo contrário, até achámos que foi possível. Agora, esta posição vai ter que ser analisada. E, portanto, aquilo que diz o despacho é que é preciso um parecer da Câmara e, portanto o parecer a Câmara que tem que estar de acordo. Não é uma proposta da DREC que nós vamos dizer pára a escola local, é evidente que não estou a inventar pretextos, não estou de acordo por razões que hão-de ser debitadas, ou porque a escola foi reparada há pouco tempo, ou porque os alunos não têm transporte, ou porque vão para muito longe da sua residência. Por decisões como essa, porque nós também estamos convencidos que os alunos em estabelecimentos maiores, com outra massa crítica, que têm mais oportunidades, estamos convencidos disso, senão não aderíamos fazer Centros Educativos. Agora vamos é, com os Centros Educativos, achar que tudo está pronto e que todos os alunos vão mudar. Vamos ver caso a caso com os Senhores Presidentes de Junta e com os pais, naturalmente, perguntar quais são as razões que são invocadas para a escola não fechar. Como disse o Senhor Presidente da Junta, muitas vezes fechar uma escola é fechar uma aldeia, portanto, nós não estaremos de acordo. É tudo Senhor Presidente”. -----

- MESA - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado. Chegámos ao fim do Período Antes da Ordem do Dia. Vamos entrar no PERÍODO DA ORDEM DO DIA. Escusam de levantar o braço, sabem as regras do jogo, portanto, escusam de levantar o braço. Terão todos a oportunidade no período a seguir à Informação do Senhor Presidente da Câmara coordenar as questões que bem entenderem. Está encerrado o Período Antes da Ordem do Dia, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Oh Senhor Deputado, não me obrigue a irritar. O Senhor Deputado quer um tratamento privilegiado em relação aos outros, não tem. Aqui todas as pessoas são iguais perante o Regimento, sempre foi assim. Senhor Deputado o que lhe digo é o seguinte: Há um Regimento para cumprir. O Período Antes da Ordem do Dia chegou ao fim. O Senhor Presidente da Câmara, como é habitual, fez os seus comentários. Os Senhores se quiserem usar da palavra têm a seguir a oportunidade de pedirem a palavra. Uma interpelação à Mesa é um direito que tem faça o favor”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- QUARENTA E UM – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para fazer uma interpelação à Mesa e diz: “Senhor Presidente, em primeiro lugar, afinal os meus receios confirmaram-se, porque quando eu



há pouco protestei, tive um aparte, que é perfeitamente legítimo em qualquer Assembleia, e o Senhor mandou-me calar e disse que eu poderia falar mais tarde. Eu disse: Não, porque o Senhor depois não me vai dar a palavra. Como o Senhor pretendeu não me dar a palavra nessa matéria e, portanto, a minha interpelação neste momento Senhor Presidente, com todo o respeito que eu lhe tenho e que sabe que é muito, agora, não pode, e a interpelação à Mesa que eu faço é: Porque é que o Senhor Presidente autoriza que o Senhor Presidente da Câmara se dirija aquela bancada dizendo que: “Os Senhores não fizeram”, e vou repetir: “Os Senhores nomeiam e despedem. Os Senhores empregam pessoas com cartões”. Isto não é uma figura de retórica, Senhor Presidente. Isto é um insulto! O Senhor sabe, perfeitamente, que aquela bancada constituída por escassas doze pessoas, não tem, nem de longe nem de perto, nenhuma capacidade para cumprir, para ser sujeito passivo dessa obrigação. O sujeito passivo dessa obrigação, não somos nós, portanto, o que eu lhe peço Senhor Presidente, é que quando o Senhor Presidente da Câmara estiver no uso da palavra e se dirigir às pessoas desta forma, que as pessoas sentem que é uma forma injusta além de deselegante, Senhor Presidente, é um apelo que lhe faço, que possa insistir com o Senhor Presidente para mudar um pouco os termos da sua intervenção. É isto apenas. Como Vê não usurpei tempo nenhum, nem violei o Regimento da Assembleia. Muito Obrigado”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: Senhor Deputado, o Presidente da Assembleia Municipal não tem nenhum lápis azul. E mesmo que o tivesse não o utilizaria, portanto, deixa-me, perfeitamente descansado. Cada um dos Senhores Deputados e das pessoas que intervêm nesta Assembleia Municipal, são livres de expressar o seu pensamento. Isto aqui é um espaço de debate político. Eu já uma vez disse que isto não era um espaço de “vidrinhos”, é um espaço de debate político, em que o debate, por vezes, é mais mole, outras vezes é menos mole. Agora, eu não farei nunca nenhum juízo de valor sobre nenhuma intervenção dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal. O papel da Mesa é coordenar os trabalhos, não é interferir na consciência de ninguém e, muito menos, usar um lápis azul para criticar seja o que for. O Senhor Presidente da Câmara tem todo o legítimo direito de utilizar os argumentos políticos que utiliza, como os Senhores Deputados também têm o direito de utilizar os argumentos políticos. Não vamos abrir aqui um incidente sobre isso. Senhor Deputado, aqui é um local de debate político e, portanto, é nesses termos que ele tem que ser feito e no respeito pelo Regimento. Eu não permito que ninguém tenha mais direitos. Todas as pessoas estão em igualdade aqui nesta Assembleia. São eleitos com os mesmos votos e, portanto, o Regimento é para aplicar e é isso que eu procurarei fazer com a ajuda dos Secretários da Mesa. Se em algum momento entenderem que o Regimento não está a ser cumprido têm figuras regimentais que o poderão fazer. Agora, sempre no Período Antes da Ordem do Dia foi assim: As pessoas fazem o debate. Nós estamos há três horas, reparem, com a benevolência que tem sempre a Mesa, porque em termos regimentais o Período Antes da Ordem do Dia até só deveria ter uma hora. Agora, como nós reunimos cinco vezes por ano eu sempre tive o entendimento deixar prolongar o Período Antes da Ordem do Dia para permitir que todas as pessoas possam livremente expressar as suas opiniões. É isto que tem sido feito, o Senhor Presidente da Câmara tem o legítimo direito de fazer os comentários no fim do Período Antes da Ordem do Dia. Os Senhores Deputados leiam bem o Regimento e utilizem os instrumentos que o Regimento tem. A seguir o Senhor Presidente da Câmara vai usar da palavra no Período da Informação. A Informação é escrita, conforme está definida na Lei. O Senhor Presidente da Câmara nunca deixou de responder a qualquer questão que fosse colocada nesta Assembleia por qualquer dos Senhores Deputados. Inscreverei com todo o gosto todos os que quiserem usar da palavra, eu tenho o dia todo para isto, não é? Já várias vezes o afirmei quando se convoca para estas Assembleias são para durar o tempo que tiverem que durar. Oh



Senhor Deputado, não vamos passar a vida nisto, não é? Obviamente que tem esse direito, mas não vamos... Chamo-lhe a atenção que é uma hora e ainda não entrámos no Período Antes da Ordem do Dia”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- **QUARENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Ora, um ponto de ordem é um direito que me assiste, eu gostaria Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque eu hoje, peço desculpa, se calhar sou eu que estou a interpretar mal o que é o habitual regular funcionamento desta Assembleia. Há pouco disse Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e com todo o respeito, o que disse o meu colega de bancada, O Professor Correia de Campos, com todo o respeito e que sabe que temos pela figura do Presidente da Assembleia Municipal, já não se coloca a questão pessoal, evidentemente. Disse há pouco que havia propostas de recomendação que nunca tinham sido votadas nesta Assembleia. Eu peço ajuda, inclusivamente, à Assembleia, porque ou sou eu que estou, de facto, hoje muito extraordinariamente baralhado, ou tradicionalmente, no final do Senhor Presidente da Câmara, fazendo um apanhado de todas as intervenções dos Deputados da Assembleia Municipal, há sempre lugar aos Deputados da Assembleia Municipal pedirem esclarecimentos ao Presidente da Câmara. Então, já estou a apercebermos, pelo menos, daqui reacções aqui de alguns colegas de Assembleia, eu ia e vou consultar, evidentemente, todas as actas, porque eu, normalmente, até vou aqui “levantar o véu” de uma das minhas estratégias. Faço, normalmente, uma intervenção no Período Antes da Ordem do Dia, em que aguardo, precisamente, que o Senhor Presidente da Câmara me dê algumas informações, muitas vezes, para lhe colocar depois de seguida questões que não levantei na primeira intervenção. Vou, como lhe digo, consultar acta por acta. E acho estanho que as pessoas não estejam a concordar com isto que eu estou a dizer, mas admito que possa ser eu a estar completamente equivocado. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz: Oh Senhor Deputado, o que eu lhe digo é o seguinte, gira o seu tempo conforme entender. Se achar que é útil gastar umas horas a consultar as actas, esteja, perfeitamente, à vontade. Agora asseguro-lhe que em momento algum nesta Assembleia Municipal alguém usou da palavra depois da intervenção do Senhor Presidente da Câmara. A metodologia sempre foi esta: Os pontos da Assembleia Municipal são tratados uns a seguir aos outros. O Senhor Presidente da Câmara no final intervém e depois passamos de seguida ao Período de Informações, foi sempre isto. Oh Senhor Deputado, escusamos de estar com discussões sobre isso. Eu percebo as vossas intenções, mas eu já fiz o meu juízo de valor, os Senhores farão o vosso. Vamos entrar no Período de Informação do Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Deputado, faça o favor, consulte as actas que elas até disponíveis na Internet, até o pode fazer no conforto da sua casa. Faça favor Senhor Presidente, tem a palavra”. -----

- **QUARENTA E TRÊS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – No uso da palavra faz a intervenção seguinte: “Muito obrigado Senhor Presidente. Como estou no Período da Ordem do Dia, o Período que me é reservado eu gostaria de deixar aqui também uma nota prévia. Não sei se alguém tem intenção de condicionar o Presidente da Câmara, mas não o farão. Eu usarei sempre da palavra legalmente, não interrompo nenhum dos Senhores Deputados e, portanto, ninguém me obriga a ter um comportamento diferenciado. E já agora uma outra coisa, eu percebo que muita gente fique incomodada e que use este artifício. Eu já não tenho idade para... E cumpro religiosamente aquilo que está na legislação. Como os Senhores quando vão ao parlatório, nunca vi que tivessem algum problema em se dirigir directamente ao Presidente da Câmara, nunca. Aliás, os Senhores, a maior parte das vezes, quando usam da palavra: “Eu vou questionar o Senhor Presidente da Câmara” Com certeza que lhes posso fazer, exactamente a mesma coisa e, portanto, vou dirigir-me à bancada. Já agora, só a



clarificação sobre os cartões e não lhe retiro nada, o que há mais gente aí com emprego é com cartão, não retiro nada disso. Só respondi quando da bancada me interromperam para dizer que era dali e eu disse: Criaram muitos empregos, uns com cartão. Mantenho, exactamente isso. Se quiserem eu dou-vos centenas de empregos que foram criados com cartão. É facilímo arranjar isso. Parece que estamos a tentar esconder alguma coisa. Toda a gente sabe disso com facilidade. Mas não vale a pena, se por acaso se sentirem incomodados não há problema nenhum, porque eu trago isso. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados. Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da actividade e da situação financeira que, previamente, remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no número quatro do artigo sessenta e oito introduzido pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro. A “reorganização da rede escolar” volta a estar na ordem do dia em todo o País e, como não podia deixar de ser, também aqui no Município de Viseu. Critérios perfeitamente discutíveis e questionáveis vêm presidindo às propostas de encerramento de Escolas que, invariavelmente, têm sido apresentadas pelo Ministério da Educação ao Município ao Município, que tem a obrigação de as analisar ponderadamente. A legislação produzida nos gabinetes ministeriais tem carácter genérico, não atendendo a situações específicas das Comunidades Locais, nomeadamente dos Municípios do interior do País e, se não for devidamente aplicada, pode gerar situações de injustiça, incomodidade, desconforto e de claro prejuízo para essas Comunidades. A abordagem deve, portanto, ser sistémica, mas terá de considerar os aspectos relacionados com o metabolismo de cada subsistema, a fim de conferir fiabilidade a qualquer decisão. Por força da melhoria introduzida nas instalações físicas, também na melhoria na rede de transportes, na disponibilização de refeições e na monitorização da sua qualidade alimentar, foi possível transferir os Alunos, razão de ser da Escola, para instalações com boas condições de acolhimento. Assim, nos últimos anos foi possível recolocar Alunos e desactivar cerca de três dezenas de edifícios escolares, sem que daí adviesse prejuízo para as condições pedagógicas que a Comunidade Educativa requer. À eventual desactivação de instalações escolares devem presidir vários critérios, dos quais destacamos: Vantagens pedagógicas para os Alunos; Valorização dos requisitos de desenvolvimento da sociabilidade dos Alunos; Melhoria das condições de leccionação para os docentes, com reflexo directo na população alvo do seu trabalho; Vantagens para toda a Comunidade Educativa; Avaliação do impacto que a desactivação implica na Comunidade Económico-social, mormente no impacto do tecido social e da actividade económica da zona abrangida pela referida desactivação. A existência de um grupo de Alunos bem dimensionado (não excessivamente grande) por turma é condição *sine qua non* para o sucesso seja perseguido; pelo que é tão questionável o número inferior aos dois dígitos como o de turmas que ultrapassam os vinte e dois/ vinte e cinco alunos, essencialmente, quando o grupo apresenta escalões de frequência muito distintos. Um número de Alunos adequado à dimensão das instalações, mormente, no que respeita a áreas de actividades lúdicas, de lazer e de recreio, é também gerador de afectividade e sociabilidade que todos queremos fomentar. Por outro lado, as condições materiais da Escola são geradoras de conforto para os Docentes, a que estão associadas a estabilidade no posto de trabalho, algo que é, na maioria das situações exterior à autarquia. Senhor Presidente, Senhores Deputados, as recentes decisões do Município de Viseu, relativamente à descentralização de acções, aliás, bem acolhidas pelos Agrupamentos de Escolas, garantem uma maior proximidade dos decisores junto de cada Comunidade Educativa, o que se traduz numa melhoria significativa das condições requisitadas pelos Docentes. Esta proximidade tem-se revelado muito importante na resolução de problemas que, todos os dias, se deparam nas Escolas, pelo que a proposta de redimensionamento dos Órgãos de Gestão dos Agrupamentos nos



parece, completamente, desajustada à realidade de Viseu. Experiências análogas, sabemos não resultaram... Pensamos que no caso da eventual junção de Agrupamentos de Escolas decorrerão prejuízos na eficiência e na prontidão de respostas aos problemas gestionários. Em Viseu, verificamos mesmos, com preocupação, a existência de Agrupamentos com relevante número de Escolas e com um vasto conjunto de Comunidades Locais, com exigências suficientemente problemáticas para justificar o seu desdobramento dos órgãos gestionários, no sentido de ser conseguida uma gestão de proximidade cada vez mais expedita e também mais ágil. Acrescentamos, ainda, que os novos Centros Educativos, pela complexidade dos modernos sistemas de eficiência energética, pela diversidade de equipamentos que disponibilizam, e, essencialmente, pela dimensão da população escolar que servem, exigem, em nosso entender, uma Direcção mais presente e, por consequência, mais actuante e dotada da agilidade indispensável à multiplicidade de respostas que, naturalmente, emergirão. Os Centros Educativos de Rio de Loba e de Viseu-Norte acolherão Alunos de várias proveniências, tornarão possível a eliminação do desdobramento, mas esta rede deverá ser acrescentada com mais Centros Educativos que, de acordo com a Carta Educativa, terão ainda lugar nas Freguesias periurbanas. Para a consecução deste objectivo aguardamos a pronúncia das Entidades do Ministério da Educação, a fim de apresentarmos em sede do QREN as respectivas candidaturas. Agrupamentos diversos verão, se as candidaturas forem tempestivamente aprovadas, novas, amplas e valorizadas instalações escolares, que, obviamente, não poderão demorar o tempo que a Escola Básica de Ranhados tem experimentado. Ao fim de vários anos, verificamos que o projecto se encontra incompleto e que a assunção da sua edificação, plena e formal, do Ministério da Educação tarda... Senhor Presidente, Senhores Deputados, é inquestionável que qualquer mudança terá de relevar vantagens para a Comunidade Educativa. Alunos, em primeiro lugar, Pais e Encarregados de Educação, Docentes e Discentes têm que ganhar com a mudança; o que terá, obrigatoriamente, que assentar numa análise ponderada dos benefícios, parte dela radicada nos aspectos logísticos indispensáveis ao bom desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem. A qualidade da oferta das várias instalações, os tempos necessários para a mobilidade diária dos Alunos, a articulação do conjunto de actividades extracurriculares com o programa de actividades lectivas “normalizadas”, a capacidade de oferta de refeições, também a quantidade de material pedagógico-didáctico, a agilização da resposta a Alunos com Necessidades Educativas Especiais, constituem, entre outros, requisitos a ponderar para que, efectivamente, a Comunidade Educativa não só não sofra prejuízo, mas antes ganhe ainda mais em qualidade. A proposta de encerramento de uma qualquer Escola exige pois, uma análise cuidadosa, do impacto que tal decisão terá na Comunidade Social local, mormente, na análise prospectiva do impacto que poderá tocar a actividade económica, enquanto considerada base fundamental do desenvolvimento social. Esta ponderação, poderá justificar a manutenção de uma Escola que não cumpra integralmente o disposto na legislação governamental se da decisão de “encerrar” advierem prejuízos que ponham em causa a existência futura da Comunidade; pelo que a associação da eventual decisão de “encerrar” à animação económica e à realidade do tecido social local é quanto a nós, perfeitamente, imprescindível. Num Município com uma já notável multiculturalidade, é ainda de ponderar a relação custo/benefício para as designadas “minorias culturais”, cujo enraizamento se vai corporizando, e que não deve ser interrompido de forma abrupta e também de forma insensível. A localização e as características peculiares de algumas Comunidades Educativas exigem uma decisão muito ponderada e prudente, evitando situações de reabertura de escolas, como resultado de um deficiente planeamento, ou o esmaecimento dessas Comunidades com um grau de irreversibilidade total. Dificilmente, alguém se radica numa Comunidade que pouco ou nada tem para lhe oferecer, razão pela qual só



por motivos culturais se verificam, ainda, povoamentos em locais que são, na nossa perspectiva, inóspitos. Ponderemos, então, o valor da Escola enquanto factor de desenvolvimento, procurando, por todos os meios possíveis, criar atractividade nas Comunidades que experimentam debilidade demográfica. Quanto mais amputarmos uma Comunidade dos seus meios e dos seus recursos fundamentais, mais contribuiremos para o seu definhamento. Os incentivos à habitação, a execução de infra-estruturas básicas, a boa rede de comunicações, a rede de serviços de apoio social, de saúde, e ainda do metabolismo cultural, constituem bons exemplos de políticas levadas a cabo pela Autarquia para criar atractividade e gerar crescimento demográfico em Comunidades Sociais distribuídas pelos mais de quinhentos quilómetros quadrados do território municipal. Os mais de seis mil Alunos dos ensinamentos Pré-escolar e do Primeiro Ciclo, distribuídos pelas seis dezenas de Jardins-de-Infância e pelas mais de sete dezenas de Escolas do Primeiro Ciclo, justificam plenamente o nosso empenho, sustentado na inequívoca colaboração dos Pais e dos Encarregados de Educação, que frequentemente, reunidos em Associações de Pais, das Direcções dos Agrupamentos, dos Coordenadores de Escola, das Juntas de Freguesia e demais Entidades que ajudam a fazer uma Escola Melhor. Caso a caso, a análise específica determinará, em inequívoco consenso com as Entidades antes referidas, uma verdadeira reorganização da rede escolar de Viseu. Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixo igualmente, à consideração os documentos obrigatórios, como seja, a situação financeira, a informação das entidades societárias e não societárias e ainda a lista de Reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e seu estado no Município de Viseu. E é tudo Senhor Presidente”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Vamos então dar a palavra às pessoas que o solicitaram, começando pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boaldeia que foi o último do ponto anterior. Tem a palavra”.

- QUARENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO BAPTISTA NEVES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOALDEIA (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu começaria Senhor Presidente, por pedir desculpa aos meus colegas Presidentes de Junta, por aquilo que vou dizer. Eu estou solidário com todos aqueles que defendem o não encerramento das escolas nas vossas povoações, mas também quero dizer que não é a mesma coisa fechar a Escola de Boaldeia, como fechar várias escolas da vossa freguesia. Se uma ou outra escola da vossa freguesia for encerrada, continuam a ter os vossos alunos na vossa freguesia. Se a Escola de Boaldeia for encerrada, a Boaldeia morre, é matar a Freguesia de Boaldeia. Nós ficamos sem ninguém e para onde é que vão os nossos alunos? Já não é a primeira vez que venho a esta tribuna falar no caso específico da Boaldeia. E posso trazer aqui uma série de razões com as quais eu penso, como Presidente de Junta, como avó e como cidadão, porque é que a Escola de Boaldeia não deve fechar, mesmo que só tenha dez alunos. Numa das Sessões anteriores que tivemos aqui, em que eu vim falar sobre este tema, o encerramento era para dez alunos, agora passou para vinte e um. Este ano na Boaldeia vamos ter dezasseis, mas quero dizer-vos que nos últimos dez meses nasceram seis crianças na Boaldeia. Agora, porque é que nasceram essas crianças? Porque é que nós já começamos a ter casais jovens a radicarem-se na Boaldeia? Porque nós, depois de termos as infraestruturas básicas que eram essenciais a tudo, O saneamento, a termos abastecimento de água em condições, a não termos que andar com o carro dos Bombeiros a levar água que, imediatamente, era esgotada mal caía no depósito, nós empenhamo-nos na construção dum Centro Social. Um Centro Social Paroquial, é certo, ainda bem que o é, porque tem a garantia de continuidade. Um Centro Social que emprega vinte e quatro mulheres, não tem um único homem empregado. Homens, estamos na Direcção gratuitamente, como sou eu, o Senhor Vice-Presidente, o Padre é por inerência o Presidente do Centro, mas temos vinte e quatro



postos de trabalho que criámos na Boaldeia, são todas mulheres jovens que fizeram os cursos de geriatria de apoio aos idosos. Cursos de cozinheiras, temos quatro cozinheiras e, essas senhoras que trabalham no Centro de Boaldeia radicaram-se lá, a maioria delas é de lá. Também temos uma ou outra de fora, mas mesmo essas senhoras que são de fora se tiverem filhos acabam por levá-los com elas para a Boaldeia, porque passam lá o dia, porque os filhos vão tomar a refeição ao Centro Social que está a vinte metros da Escola, nem precisam de andar por estrada. Se estiver a chover as carrinhas do Centro até as vai buscar para elas não se molharem naqueles cinco minutos de trajecto, nem vão pela rua, vão pelo Adro da Igreja, que não tem trânsito. E, perante essa situação toda, se a Escola da Boaldeia, que neste momento vai ter dezasseis alunos, fechar, nunca mais vai abrir, como é óbvio. Os alunos, aqueles potenciais alunos, potenciais crianças que nós vamos tendo, se foram embora de lá, como é que fica a Boaldeia? Os avós que estão habituados a ir buscarem as crianças à escola. Os utentes do Centro Social, do Centro de Dia, não vos falo da parte do Lar, mas do Centro de Dia, com quem as crianças convivem. Fazem as Festas da Primavera, as Festas do Natal, são as crianças que vão fazê-las ao Centro Social com os idosos, a maioria deles avós daquelas crianças, que assistem a estas actividades. Se aquelas crianças forem retiradas da Boaldeia, o que é que vai ser? O que é que vai acontecer à Boaldeia? Este meu entusiasmo na defesa daquilo, que é minha obrigação como Presidente de Junta, como é obrigação do meu colega, o Herculano, que veio aqui falar na escola dele. É verdade, por aquilo que nós ouvimos a escola vai manter-se como jardim-de-infância e as crianças são desviadas para Calde, o que um é facto, é que ficam na sua freguesia, podem mudar de povoação, mas ficam lá. Não sei se é assim, mas foi esse entendimento que eu tive. Mas na Boaldeia levam-na para onde? Para a Torredeita? Para Viseu? Para Vil de Soito? Para Farminhão? O que é um facto, é que essas crianças saem de lá de manhã e só regressam à noite. Deixam de ter convívio com os nossos idosos, que também precisam deles. Nós temos animadores culturais no Centro Social, estão lá, mas quando as crianças lá vão, nas Festas de Natal, nas Festas de Fim de Ano, nas Festas da Primavera, na Festa de São Martinho, na Festa de não sei quantos, que fazem imensas e sempre com o apoio da Junta de Freguesia, nestes casos, deixam de o ter. Acho que isso é tirar aos idosos uma parte da sua vida de conviver com a juventude e é tirar às crianças aquele que é o seu ambiente natural. E agora eu deixo esta pergunta no ar, é ou não é verdade que a especificidade da Boaldeia, é ou não é diferente de outras freguesias? Eu não tenho culpa que a Boaldeia só tenha aquela povoação, somos só nós, é aquela freguesia que está ali. As condições da Escola; Completamente recuperada; aquecimento central; um logradouro enorme para as crianças brincar. O que é que precisamos mais na Boaldeia? É menos um posto de trabalho, uma professora que se vai embora e chegarmos à Boaldeia não vemos ninguém, porque nós chegamos à Boaldeia e vimos as crianças, ainda vimos as crianças! Senão, então teremos que ir ao Centro Social para ver os idosos e não vimos mais ninguém na Boaldeia. E, provavelmente, muitos dos casais que ainda trabalham em Viseu e têm lá as crianças, vão tentar arranjar os estratagemas que a gente sabe, para trazerem as crianças para a cidade. Deixa de haver o convívio com os avós, deixa de haver isto tudo. Muito sinceramente, eu fico mais descansado depois de ouvir a intervenção do Senhor Presidente da Câmara. Eu já tinha lido nos jornais, estive fora esta semana, não estive cá, mas tive o cuidado de tentar ver o que é que se tinha passado durante esta semana, porque não estive no País, mas li que a Senhora Ministra da Educação que disse que era de acordo com as Câmaras, com as Autarquias, portanto, isso a mim deixa-me mais descansado, porque eu sei o que é que pensa a nossa Autarquia, eu sei o que é que pensa o nosso Presidente da Câmara. Sinceramente, também depois desta intervenção fico mais descansado, porque sei que o Senhor Presidente da Câmara irá fazer todas as *démarches* para que esta questão da Escola da Boaldeia, e com certeza também de outras freguesias, mas este cuidado a ter com a Freguesia da Boaldeia, que o Senhor



Presidente da Câmara o vai ter. Assim o espero e espero que corra tudo bem e que nós continuemos a manter a Escola, que este ano vai ter dezasseis e que para o ano poderá ter dezoito e no ano seguinte poderá ter vinte e tal, porque, felizmente, por via de nós termos este centro de emprego na Boaldeia. Falou-se aqui tanto no desemprego, nós criámo-lo! E criámos na Boaldeia. Do Governo, tenho que dizer, lamento, mas zero, nem um tostão para o Centro Social da Boaldeia! O único dinheiro de fora que veio para aquele Centro Social, para aquele Lar, que tem vinte e cinco idosos permanentes. Temos o cuidado e não é preciso fazer publicidade, O Centro Social de Boaldeia tem sido procurado até por colegas nossos, Presidentes de Junta, me têm telefonado para ver se conseguimos vagas. Temos uma lista de espera imensa, porque as pessoas sabem, fora da Boaldeia, que nós temos um cuidado extremo com o tratamento dos idosos e toda a gente lá quer pôr os seus idosos. Infelizmente só temos vinte e cinco camas, não temos mais, gostaríamos de ter cinquenta ou sessenta. Elas estariam ocupadas, porque temos uma lista de espera de cerca de quarenta idosos para entrar. Agora, nós criámos postos de trabalho. Criámos um desenvolvimento para a Boaldeia, às nossas custas. O único apoio externo que tivemos, tenho que o dizer aqui, foi o do Senhor Presidente da Câmara. Foi o único que nos levou lá o cheque para ajudar a custear as obras. O Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Soares dos Santos do Grupo Jerónimo Martins, que, felizmente, nos continua a ajudar nesse aspecto, porque de resto, nós para pagar as obras fomos ali à Caixa Geral de Depósitos buscar duzentos e cinquenta mil euros, que estamos a pagar mensalmente, com muito esforço, para pagar ordenados a vinte e quatro funcionários. E nós que estamos ali gratuitamente, não estamos a cobrar nada, estou lá, porque quero, ninguém me obriga, assim como estou como Presidente de Junta, também ninguém me obrigou a ser Presidente de Junta, mas estou lá, porque quero defender os interesses da minha terra. E, com grande esforço, estamos ali também a pagar do nosso bolso. E é isso que o Governo tem que ver. O apoio que nos temos para o Centro? Temos, através da Segurança Social, era melhor que assim não fora. Dão o apoio, também tenho que reconhecer que têm que nos dar, nós temos acordos com a Segurança Social, para lá podermos ter os idosos. Com uma reforma de duzentos e setenta, ou trezentos euros, como é que poderiam pagar para terem tudo o que têm ali? Era impossível! A Segurança Social tem que participar, mas isso é uma obrigação do Estado. O que eu disse aqui foi que para as obras, zero do Estado. Eu vou concluir, mas também tenho que dizer uma coisa, quando arrancámos há doze anos com o Centro Social, num projecto que fizemos a um programa que havia na altura, foi o actual Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Almeida Henriques, que nos ajudou a fazermos essa candidatura. Mas não foi uma candidatura que o Governo nos desse dinheiro, era porque havia esse programa e nós candidatámo-nos e tivemos direito a ele. Criámos postos de trabalho. Também tenho que deixar aqui o meu agradecimento ao Senhor actual Presidente da Assembleia, que na altura, não o era, o Senhor Doutor Almeida Henriques, que nos ajudou muito para que nós arrancássemos no início com o Centro Social. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo. -----

- **QUARENTA E CINCO** – **SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS)** – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Senhor Presidente, eu gostava só de questionar, se posso fazer, fiquei um pouco baralhado há pouco com a questão regimental, se posso dar um esclarecimento relativamente à minha intervenção no PAOD? Eu também não queria quebrar a discussão agora sobre a questão das Escolas. Se não, eu deixava para o final das intervenções”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa intervém para esclarecer o seguinte: “Senhor Deputado, o Período de Informação do Senhor Presidente da Câmara, obrigatoriamente, tem que ser por escrito, mas não é limitado à matéria que o Senhor Presidente da Câmara aqui trás, portanto, os Senhores Deputado são livres de colocar as questões que



entenderem”. -----

- **SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS)** – Prosegue a sua intervenção e diz: “Muito obrigado. Então, uma coisa muito breve também para não quebrar o ritmo desta discussão muito interessante e com alma, relativamente à questão do encerramento, ou não, das Escolas, porque eu acho que é muito importante discutir. Tem a ver só com um esclarecimento que eu queria dar ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente aquilo que eu disse há pouco sobre o Centro Histórico. Eu não referi em momento algum, isso também está na cassete, não referi em momento algum, que o Centro Histórico estava a cair. Penso que foi uma expressão que o Deputado Carlos Vieira usou, eu em momento algum referi que o Centro Histórico estava a cair, aliás, o Senhor sabe muito bem que sempre que alguém nos visita e que solicitam a minha colaboração para visitar o Centro Histórico, eu levo as pessoas ao Centro Histórico e saem de lá muito bem impressionadas. Eu também “vendo”, entre aspas, a nossa terra de uma forma para as pessoas voltarem. Ainda há poucos dias um conjunto de colegas brasileiros, professores da Universidade de São Paulo, andaram a visitar comigo o Centro Histórico e ficaram muito agradados com o que viram, porque eu não lhes fui mostrar a casa que ruí há não sei quantos meses. Fui mostrar-lhes, por exemplo, na Rua Escura a casa que foi recuperada, penso que pela Câmara Municipal. Não coloque na minha boca palavras que não são minhas, foram palavras do Deputado Carlos Vieira. E queria reiterar, embora o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, discorde da minha proposta, queria reiterar a proposta, enfim, valem o que valem estas minhas palavras, mas queria reiterar que era muito interessante decorrer uma Assembleia Municipal não aqui neste edifício, que por acaso foi comprado, estava completamente degradado, penso que em mil novecentos e setenta e quatro, ou setenta e cinco, na altura em que era Presidente da Câmara, penso que, o Doutor Leal Loureiro, mas realizarmos no Centro Histórico num edifício que fosse emblemático. Penso que talvez fosse uma demonstração pública. Há muitas demonstrações públicas, mas era uma demonstração pública da nossa solidariedade e empenho na Assembleia Municipal para com o Centro Histórico e as pessoas que vivem lá. Obrigado, é só”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Gonçalo Ginestal. -----

- **QUARENTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL MACHADO MONTEIRO ALBUQUERQUE (PS)** – Solicita o uso da palavra e diz: “Começo por fazer uma breve nota introdutória e clarificar, de uma vez por todas, este ponto que é importante. Desde dois mil e cinco que nunca uma escola do primeiro ciclo do ensino básico foi encerrada sem o acordo da Autarquia. Isto que fique bem assente! Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boaldeia, o Senhor Presidente diz que não é a proposta da DREC. De acordo com a proposta do Ministério da Educação, a Escola de Boaldeia, e com informação da Direcção do Agrupamento de Escolas de Vil de Soito, a Escola não vai funcionar com dezasseis, mas com treze alunos para o próximo ano lectivo. Não havendo capacidade de acolhimento na Escola Básica Número Um de Torredeita, os alunos manter-se-ão em Boaldeia. Há mais de vinte e cinco anos que estava identificada a necessidade de encerrar escolas do primeiro ciclo isoladas, de reduzida dimensão e com falta de condições, nas quais se registavam elevadas taxas de insucesso escolar. O anterior governo encerrou duas mil e quinhentas escolas em dois anos lectivos (dois mil e seis/ dois mil e sete e dois mil e sete/ dois mil e oito), tendo os respectivos alunos e professores sido integrados em escolas de acolhimento. O transporte escolar dos alunos do primeiro ciclo, foi assegurado através de um acordo de financiamento celebrado com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Simultaneamente, foi definido um programa de construção de novos centros escolares participado pelo QREN. Em dois mil e oito, entraram em funcionamento sessenta e um novos centros escolares, com oferta de aulas de Inglês, música, apoio ao estudo, actividade física e desportiva, sala de



informática, biblioteca e refeitório, etc. O décimo oitavo Governo Constitucional estabeleceu como um dos seus principais objectivos concretizar a universalização da frequência da educação básica e secundária de modo a que todos os alunos frequentem estabelecimentos de educação ou formação pelo menos entre os cinco e os dezoito anos de idade. Deste modo e visando a concretização deste objectivo, o governo aprovou no passado dia um de Junho uma resolução que define os critérios de reordenamento da rede escolar. A reorganização de rede e a requalificação do parque escolar configuram a criação de melhores condições físicas e pedagógicas de aprendizagem, designadamente a possibilidade de se constituírem turmas, tendencialmente, de um só ano de escolaridade, exigindo um esforço conjunto de todos os parceiros educativos. A resolução determina que, em regra, os estabelecimentos públicos do primeiro ciclo do ensino básico deverão funcionar com um mínimo de vinte e um alunos. Esta orientação encerra em si vários tipos de vantagens: Em primeiro lugar, Pedagógicas - O Professor da Escola de origem acompanha os seus alunos para a escola de acolhimento ou centro escolar, formando par pedagógico, não havendo aqui a questão que o Senhor Presidente da Junta colocou há momentos, o Senhor Professor mantém o lugar; Constituição de turmas de um só ano de escolaridade; Combate ao abandono escolar e Promoção do sucesso escolar. Há também vantagens Físicas e Sociais - É uma medida que promove a igualdade de oportunidades para todos os alunos do primeiro ciclo no acesso a escolas modernas, muito bem equipadas com salas de aula multifuncionais, biblioteca, refeitório, áreas adequadas para a prática desportiva e múltiplas salas de apoio para os professores, funcionários e encarregados de educação - os chamados Centros Escolares, à semelhança do que vamos ter em Rio de Loba e Viseu Norte já no próximo ano lectivo. Há também o combate à exclusão social. O que está escrito na resolução de Conselho de Ministros, Senhor Presidente da Câmara, vai de encontro àquilo que diz o Senhor Presidente, que nenhuma escola encerre sem o acordo da Câmara Municipal como tem acontecido desde dois mil e cinco; Que os alunos vão para melhores condições, é por isso que nós pugnamos; Que estejam garantidos os transportes dos alunos, como diz o Senhor Presidente da Câmara, e bem, com o respectivo envelope financeiro. De acordo com o que diz no site da Câmara Municipal de Viseu e eu vou passar a citar: “É da competência da Câmara Municipal de Viseu a oferta de serviço de transporte entre o local de residência e o local dos estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário dos alunos”. Mais, a cumprir aquilo que está previsto na carta educativa, que não foi realizada pela tutela, conforme sabe, mas sim pela Escola Superior de Educação de Viseu, a pedido da Câmara Municipal, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação e por esta Assembleia, fechariam mais escolas do que aquelas que são propostas pelo Ministério da Educação. Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Partido Socialista como partido responsável propôs na Comissão de Educação, recentemente reunida, a constituição de uma equipa de acompanhamento ao encerramento das escolas do primeiro ciclo com menos de vinte e um alunos, visando a articulação entre as diversas instituições e a observação “in loco” da realidade educativa. Aliás, esta Comissão já está na posse de todos os dados do Ministério da Educação. Para além desta proposta e como em tudo na vida devemos ter alguma humildade, o Senhor Professor Joaquim Azevedo, Ex-Secretário de Estado da Educação de um Governo PSD propõe que se façam Pactos Locais de Educação. A nós parece-nos uma óptima ideia e uma proposta que o PS aqui deixa para reflexão conjunta e quiçá ser implementada no nosso Concelho. Infelizmente ainda temos no concelho de Viseu vinte escolas do primeiro ciclo com o número de alunos inferior a vinte e um e cinco delas, pasme-se, com número inferior a dez. Cabe-nos com responsabilidade, uma vez mais, pugnar pela melhoria da qualidade educativa no nosso concelho em parceria com a tutela, com a autarquia, com as associações de pais na procura da melhor solução para cada situação. A bem de Viseu e dos Viseenses. Tenho dito.” -----



- **MESA** – Dá a palavra à Senhora Deputada Florbela Soutinho. -----
- **QUARENTA E SETE** – **SENHORA DEPUTADA FLORBELA DE ALMEIDA CORREIA SOUTINHO (PSD)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Muito se tem falado e escrito, como agora, acerca das actuais medidas deste Governo e do seu Ministério relativamente à reorganização da rede escolar. Ora, no que diz respeito ao encerramento de escolas do primeiro ciclo com menos de vinte e um alunos, mais do que o seu carácter economicista, é necessário reflectir se essas medidas acarretam benefícios, primeiro, para os alunos, depois para os pais, para a comunidade educativa, quer a que acolhe, quer a que fica desprovida de uma mais-valia sócio-cultural como é a escola. Assim, e ponderando benefícios para os alunos, as escolas com menos de dez alunos foram encerrando ao longo destes quatro anos, pelo que, presentemente, as escolas que se mantêm em funcionamento têm turmas cujo número de alunos vai dos onze aos vinte e quatro alunos. Todos sabemos que a qualidade pedagógica é francamente melhor em turmas até aos vinte alunos, inclusivamente circulam na Internet petições para reduzir o número de alunos por turma. Assim, só se compreende este aglomerar de crianças em turmas com o máximo de alunos se tal se revelar francamente positivo e benéfico face à situação anterior. E como tal, há que reflectir sobre: O tempo de espera no recreio da escola pelo transporte escolar; o tempo de duração do percurso em transporte escolar; o serviço de refeições que é prestado na escola de acolhimento e as condições em que tal é efectuado; a hora em que os alunos têm que se levantar para esperar pelo transporte escolar e a hora a que chegam a casa; o tempo que resta a estas crianças para fazerem as tarefas escolares e brincarem, pois afinal, são crianças e não pequenos empresários que saem de casa às sete horas da manhã para um dia de reuniões e regressam à hora do jantar para ver o telejornal e deleitar-se no sofá; de que forma é realizada a parceria pedagógica sendo que a resposta para a deslocação de alunos e professores é o acompanhamento pelo professor à sua turma, efectivando-se, como se fala, um ensino onde passa a figurar a imagem dos pares pedagógicos, que todos sabemos de experiências destes quatro anos, não funciona. Um outro aspecto, mas não menos importante, é a desertificação das localidades. Com esta medida, não só se está a impedir as relações intergeracionais, que o Senhor Presidente da Junta de Boaldeia bem referiu, e que esta riqueza das relações está, perfeitamente, comprovada em estudos científicos e se está a encerrar um serviço público, dos que mais contribui para a fixação dos cidadãos numa determinada zona ou localidade. Quanto a esta medida, e contrariamente ao que é veiculado pelos Deputados da oposição, não é tão pacífica e consentânea a posição dos pais e encarregados de educação. Considerando agora uma outra medida da reorganização da rede escolar, a reorganização dos Agrupamentos de Escolas. Senhores Deputados, mais uma vez há necessidade de se reflectir sobre as vantagens de tal medida. Ainda não há uma avaliação da aplicação do actual modelo de gestão de escolas. Os directores tomaram posse ainda não tem um ano e agora assiste-se a um volte-face nesse sistema para passarmos a ter “Mega-Agrupamentos” com um número elevadíssimo de escolas e de alunos. Então eu questiono: Como é possível uma gestão de proximidade, capaz de solucionar os problemas que surgem no dia-a-dia nas várias escolas agrupadas? Problemas como a indisciplina, violência, bulling e outros. Uma escola funciona quando se “atacam” os problemas *in loco* e no momento. Como é que isto vai ser possível em “Mega-Agrupamentos”? Que vantagens traz para a gestão da escola este modelo? Que vantagem traz para os alunos este modelo? Que vantagem traz para os docentes este modelo? Parece pois, que estas medidas têm como único objectivo, diminuir os custos com a educação, mas até esses não são seguros, pois muito boa gente e bem informada, garante que estas alterações em nada vão diminuir os gastos com a educação. Como tal, a única diminuição que parece certa logo à partida, é a diminuição da qualidade do ensino público”. -----
- **MESA** – Dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----



- QUARENTA E OITO – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – No uso da palavra intervém para dizer o seguinte: “Fiquei sensibilizada, de certo modo, com a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Boaldeia, mas também vem no sentido daquilo que eu vou dizer. A mudança provoca sempre sobressaltos, inquietações, resistências, conflitos. Na educação, pelo número de protagonistas envolvidos, qualquer alteração, tem um enorme impacto, que é tantas vezes potenciado pelos arautos da desgraça, que de forma hábil procuram tirar dividendos pessoais ou políticos. Outros há, que apesar de bem-intencionados, analisam e interpretam os factores/ e a necessidade da mudança com tal rigidez, que se tornam também obstáculos, por vezes intransponíveis, impedindo ou debilitando a concretização de soluções razoáveis. É o caso da reorganização da rede escolar e o redimensionamento dos Órgãos de Gestão dos Agrupamentos. Têm sido discutidos à luz de crenças e valores individuais que, pela força de repetição se tornam colectivos, e hoje foi um exemplo disso, e que, por partirem de pressupostos errados, desfocam necessariamente o que verdadeiramente está em discussão. A Actividade Municipal hoje apresentada pelo Senhor Presidente é o reflexo do que acabo de afirmar. Se não, vejamos: Por um lado, este documento centra a preocupação nos alunos, e passo a citar, “razão de ser da escola”, nos critérios de cariz pedagógico, que justificam as medidas implementadas. Medidas essas que implicaram a conjugação inovadora da qualidade dos espaços, e continuo a citar, e equipamentos, e aqui é um aparte meu, inclusivamente, os quadros interactivos, com toda a panóplia de ofertas do primeiro ciclo, que hoje o primeiro ciclo oferece (o Inglês, as AEC’s, as refeições, a Escola a Tempo Inteiro). É feita a apologia da Escola com a dignidade, o Senhor Presidente no documento que apresenta, com as condições que a capacitam para cumprir a missão que lhe é confiada de ser para todos e para cada um. Um espaço que há muito nós defendemos que seja promotor de conhecimento, que estimule o espírito crítico, a capacidade de criar, de alterar mentalidades na prossecução de uma sociedade menos agressiva, ecologicamente mais equilibrada, mais humana e por isso mais justa. Mas por outro, desenterrando os fantasmas do passado e para “agradar a gregos e troianos”, pede “sol na eira e chuva no nabal”, voltando à estaca zero. O que importa agora é que há nalgumas escolas um ligeiro aumento para os doze, treze, dezasseis, dezassete ou mesmo vinte alunos e não se desactivam, segundo o parecer da Autarquia, independentemente, dos princípios e defendidos anteriormente como suporte até para a criação e defesa dos Centros Educativos. Pois, Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, as escolas com esse número de alunos tem quatro anos de escolaridade e um só professor; não podem ter, pelas fracas condições logísticas (que todos bem conhecem, e os Senhores Presidentes das Juntas conhecem melhor do que qualquer outra pessoa) as mesmas ofertas educativas que as outras escolas com outros espaços, com outros equipamentos, as bibliotecas, gimnodesportivos, refeitórios, etc., etc. Assumam, então, todos os que estão ao lado destas posições, que defendem que haja crianças viseenses de primeira, outras de segunda e outras que não são nem uma coisa nem outra, a aguardar melhores dias... E se se fala hoje no tempo que as crianças demoram nos transportes, pelo menos andam de transporte, esquecemo-nos alguns, mas outros aqui lembrar-se-ão muito bem, de que as crianças andavam três a quatro quilómetros por meio de pinhais, ao sol e à chuva e que aguardavam nos átrios, sem auxiliar de acção educativa, pela vinda da professora. Esperavam até depois do almoço sentadas nos átrios, nas escadas das escolas a comerem a refeição que levavam embrulhadas numas marmitas. Esta memória não foi há tanto tempo como isso. E se é esta escola que nós queremos, é esta escola que vamos defender, mas assumamos isto, que é isto que nós queremos para as nossas crianças e para os viseenses. Mas, a maior incongruência, que faz parte das memórias fossilizadas do argumentário corrente, é a preocupação com o “impacto, e passo a citar novamente o documento do Senhor Presidente, que a desactivação de uma escola



(com uma dúzia de alunos, digo eu) na comunidade económico-social, mormente no impacto do tecido social e da actividade económica da zona abrangida (...); “... que ponha em causa, segundo palavras ainda do Senhor Presidente, a existência futura da Comunidade (...)”. É defender o indefensável. Mais, ouve-se frequentemente dizer com empolgado dramatismo que fechar uma escola é fechar uma aldeia. Mais dramático, dizemos nós, é dar-mo-nos conta que se branqueiam completamente os efeitos que tem, no processo de desenvolvimento das crianças, a desertificação instalada e o isolamento a ela inerente. O que a Autarquia deveria ter feito, esta e muitas outras, e que não fez, porque criou outras prioridades, era estimular a tal atractividade, (remetida à escola, a uma escola com doze alunos, treze...) protegendo a família, criando medidas de apoio à natalidade, estimulando a construção de habitação por parte dos casais jovens, incentivando à criação de postos de trabalho, atribuindo prémios e incentivos ao empreendedorismo e valorizando o papel das Juntas de Freguesia, neste mesmo rumo, da descoberta e divulgação das potencialidades locais. E aqui pedindo isto é estar ao lado dos viseenses. Nesta mesma linha, assistimos tal como sucedeu com o CLASS, ao desinteresse desta Autarquia pela criação do Plano Municipal para a Igualdade, em detrimento de outras iniciativas estéreis e de fachada, nem vale a pena falar de outras, mas o funicular é apenas a ponta do iceberg. Referindo-me a este documento, parece desajustado do que eu estava a dizer, Este documento para além de ser um documento de referência para qualquer município, para este Município que tem à frente a Associação Nacional de Municípios, constitui um excelente instrumento de trabalho em função do que anteriormente defendi. Ao remeter para uma abordagem integrada de toda a política autárquica na perspectiva de género e da igualdade de oportunidades, este Plano terá impacto em toda a vida do concelho e nas pessoas que pretendem fixar-se na sua localidade. Como ilustração apenas do que afirmamos, pense-se nos actuais horários de transportes públicos e nas mulheres que trabalham por turnos na cidade e moram nas aldeias circundantes. Inúmeros autarcas perceberam a urgência de novas políticas, e já se posicionaram nesta senda, por esse País fora, do Minho ao Algarve, e de todos os quadrantes políticos. Deixamos aqui também, bem marcada a nossa posição, a este respeito, esperando que o Executivo, a que Vossa Excelência preside, redimensione as suas posições e prioridades em função da centralidade e importância deste Município no contexto local e nacional. Como nota final, queria só relembrar que a Carta Educativa é um documento aberto, flexível, em permanente avaliação e reajustamento de acordo com a evolução das condições actuais. E esta questão, para relembrar também algumas memórias, do encerramento de escolas com fez alunos vem do tempo do primeiro Governo de Cavaco Silva, foi novamente por despacho normativo do Ministro David Justino em dois mil e três e se quiserem consultar é o Despacho treze mil trezentos e treze de dois mil e três, de oito de Julho. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Fernando António Carlos. -----

- QUARENTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO DE ALMEIDA CARLOS (PSD) - No uso da palavra diz: “Depois de ouvirmos este discurso, dá a impressão de que nós não sabemos nada de educação e de que só o Partido Socialista é que se preocupa com as nossas crianças e nós estamos aqui a ver andar os comboios, mas eu acho que não é bem assim. Nós nunca estivemos contra o encerramento das escolas com menos de dez alunos. E, como disse, foi no tempo do Professor Cavaco Silva que saiu essa norma em que, realmente, as escolas podiam fechar desde que tivessem menos alunos e que não tivessem condições pedagógicas e físicas para o professor desenvolver a sua actividade como deve ser. Ora, o que é que sucede? Isso era da responsabilidade do Governo, fechar as escolas, mas de quem era a responsabilidade depois de fazer o transporte era, inteiramente, da Câmara Municipal. E a Câmara Municipal sempre teve uma preocupação constante em fazer esta conjugação com representantes da educação,



com as populações e com os próprios professores. Só um exemplo, que há muita gente que não sabe, porque também alguns trabalhavam nessa altura, ainda eram estudantes, se calhar, outros andavam noutros sítios, o que é que sucede? A Escola de Pedra Cavaleira foi fechada nessas circunstâncias. A Câmara chegou lá, falou com os pais, dialogou. Não havia alunos suficientes e a Escola, pura e simplesmente, foi fechada e não houve problemas nenhuns sociais, até porque os alunos foram para uma escola muito perto. Embora a intervenção da minha colega de bancada do PSD já tenha feito a biografia, eu no entanto, não podia deixar de fazer algumas anotações. Nunca estivemos contra o encerramento das escolas com menos de dez alunos, mas ponderamos o encerramento das escolas com menos de vinte alunos. Pretendemos que as populações e as autarquias sejam ouvidas e tenham em conta a realidade local, porque uma coisa é dizer que houve, outra coisa é vir o Ministério da Educação: Não, não, a última palavra é nossa. Não defendemos escolas isoladas e a não docência, porque não é gratificante para os docentes nem para os discentes. Queremos um ensino de qualidade em que as desigualdades sociais e as assimetrias sejam cada vez menores. Fechar uma escola é decretar a morte lenta dessa localidade. O êxodo das escolas rurais para os grandes centros, origina a desertificação do meio e fomenta a iliteracia. O esvaziamento de algumas escolas rurais e a distância entre elas não permite a construção de Centros Educativos perto das suas residências com garantias de qualidade e funcionamento. Os pais, os primeiros responsáveis, não têm disponibilidade temporal, e por vezes, paciência e até cultural para acompanhar o percurso educativo dos seus filhos, deixando-os entregues a si próprios e transferindo as suas responsabilidades para a escola já tantas vezes humilhada, e como vimos ali pelo discurso da minha colega do PSD. A Autarquia de Viseu esteve sempre atenta à evolução dos tempos, não é como disse dá a impressão que a Autarquia não fez nada. A Autarquia foi sempre um motor de desenvolvimento do Concelho, pelo menos, a nível de educação, como eu várias vezes comprovei. O que comprova pela construção das escolas, pela requalificação das existentes e pelo apetrechamento das mesmas, mas conhecendo as novas tecnologias da informação e comunicação. As escolas do Concelho de Viseu têm todos os seus espaços físicos com actividades curriculares, com actividades extra-curriculares e refeições. Estas organizadas pela Autarquia com os respectivos docentes colocados atempadamente. Com a construção dos Centros Educativos as escolas passarão a funcionar em regime normal. O Senhor Presidente, assim como o seu Executivo, têm cumprido fielmente, como é seu apanágio, o que acordou com o Governo. Será que o Governo actua da mesma forma? Se a transferência de mais competências educativas para as autarquias se vier a concretizar, será que a Lei das Finanças Locais estará adequada a essa nova realidade? Esperamos que as promessas venham acompanhar as respectivas verbas para as concretizar. Finalmente, em relação aos “Mega-Agrupamentos”, entendemos que o Governo deve reforçar as existentes, testá-las, para verificar da sua eficácia e eficiência. Desejo que o bom senso prevaleça, que o nosso País sobreviva a tanto fecho e que a arrogância do Governo seja moderada e controlada. Que invista mais na educação, reduza o exagero das suas despesas, do Governo. O País é de todos, a educação é para todos”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- **CINQUENTA – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “A forma como o Ministério da Educação pretendeu implementar o reordenamento escolar, encerrando cegamente, à catanada, como alguém já disse, as escolas do primeiro ciclo com menos de vinte e um alunos, agora parece que já vão ouvir os autarcas, mas foi preciso o repúdio de muitos autarcas, das associações de pais e professores, inclusivamente, autarcas do PS como os Vereadores Socialista na Câmara Municipal de Caminha que apresentaram uma Moção que viria a ser aprovada por unanimidade, contra a fusão de dois agrupamentos de



escolas, ou como a Comissão Política do PS de Seia que também estava contra o encerramento de escolas. Trata-se, efectivamente, de uma medida economicista que não em conta o dinheiro gasto na requalificação de muitas escolas que agora estão condenadas a ir para abate, nem têm em conta a ligação das escolas à comunidade, contribuindo para a desertificação do interior, mais deprimido e abandonado. Esta política incentivará a deslocação das famílias para os centros populacionais maiores, nomeadamente, para as vilas e cidades onde os pais dos alunos trabalham. Em dois mil e seis encerraram escolas com menos de dez alunos, agora aponta-se para menos de vinte e um, qual é o critério? Pedagogicamente uma escola com vinte alunos pode ter direito à existência desde que disponha de condições pedagógicas. No interesse das crianças e das condições do ensino e da aprendizagem deverão prevalecer, mas a verdade é que há escolas onde se investiu em bibliotecas, cantinas, aquecimento e até escolas consideradas pioneiras que vão fechar. Por outro lado, a concentração de alunos numa única escola poderá potenciar factores geradores de agressividade. Obrigar crianças de seis anos a deslocarem-se dez ou doze quilómetros, para além da perturbação no ritmo de vida das famílias, sobrecarrega as autarquias com despesas de transporte escolar sem que o Governo tenha assegurado até agora a correspondente transferência financeira. Poupa-se num lado, gasta-se no outro. As vezes poupar sai caro! Se há casos aonde se justifica fechar escolas, estou a lembrar-me da Escola de Couto de Baixo que tem apenas três ou quatro alunos e se encontra a quilómetro e meio de Torredeita, que tem uma escola mais bem equipada. Mas, por exemplo, no mesmo Agrupamento de Vil de Soito a Escola de Vila Chã do Monte, que já tinha sido colocada fora da rede no anterior reordenamento por ter menos de dez alunos e que agora contará com dezassete alunos no próximo ano, Pelo que apesar de estarem a quatro quilómetros de Torredeita, já não se coloca dúvidas quanto ao seu encerramento. Acresce a isto o problema dos “Mega-Agrupamentos” de Escolas com milhares de alunos, centenas de professores e, necessariamente, com “Mega-Associações” de Pais, que colocam problemas de gestão e, inclusivamente, poderão levar ao desemprego dos professores contratados. No Distrito de Viseu, catorze directores de escolas e agrupamentos acordaram contestar os princípios da reorganização da rede escolar aprovados pelo Governo. Hoje mesmo, o Sindicato dos Professores da Região Centro convocou uma concentração em Viseu, começa daqui a pouco mais de meia hora, a que desde já damos o nosso apoio. Gostaria ainda de acrescentar um ponto, é que na minha não muita longa experiência de professor, tenho-me preocupado em perguntar aos alunos que às vezes denotam problemas de deficit de atenção, ou até de falta de aproveitamento escolar, o tempo que eles dormem, E, cheguei à conclusão, que a maioria dos alunos não dorme, efectivamente, aquilo que deveria. Se eles tiverem que se levantar mais cedo e chegar a casa mais tarde, garanto-vos que vão deitar-se mais tarde, porque têm de ter tempo ainda para fazerem os trabalhos de casa e têm de ter tempo para verem a dose de televisão a que os pais os habituaram, e portanto, isso é um problema que não poderemos deixar de ter em conta. Tenho dito”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Côtá. -----
 - CINQUENTA E UM – SENHOR DEPUTADO JOAQUIM POLÓNIO LOPES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA (PSD) – Solicita a palavra para dizer o seguinte: “Sinceramente, não estava a contar nada fazer uma intervenção hoje, mas perante aquilo que eu ouvi aqui não me contive e tive que intervir. E eu digo que não estava a contar nada, porque pelas palavras que me tinham chegado da Câmara, pessoas em quem eu acredito, tinha ficado, mais ou menos descansado, quanto ao encerramento da única escola da minha Freguesia e espero que assim seja, mas também aqui reforçada pela informação do Senhor Presidente da Câmara. Vejo que a Autarquia está devidamente empenhada em que isso não aconteça, mas vejo que outras vozes se levantam e continuam a dar machadada nas aldeias, começando pelas escolas e por outras tantas coisas. E tenho



que dizer aqui, frontalmente, ao Senhor Deputado Gonçalo, que anda distraído ou está há muito pouco tempo nisto, ouviu-me reagir ali em baixo, certamente, com uma palavra que volto a repetir aqui para que fique registada, o que o Senhor disse aqui é mentira! E, para lhe provar isso basta recuarmos muito pouco no tempo, muito pouco. E, certamente, recorrer até a algumas passagens na televisão, porque se não for a acção deste Presidente de Junta que está aqui, se não for a acção dos verdadeiros interessados, dos pais, eu em Côta neste momento não tinha nenhuma escola, Sabe porquê Senhor Deputado? Porque a DREC nem sequer sabe aquilo que faz e aquilo que põe numa listagem. Essa lista não foi da autoria da Autarquia, não foi da autoria da Câmara, não foi da autoria da Junta de Freguesia. E recuemos bem pouco, dois anos, e vemos uma listagem da DREC onde aparecia o encerramento da Escola de Nogueira de Côta. Sabe o que é que isso queria dizer? O encerramento total das escolas na Freguesia de Côta. Porquê? Porque a outra escola era um pólo desta. Ora, logo à partida, não podia existir um pólo sem escola ao meio. Será que não se aperceberam disso? Aí a DREC não está atenta. Tenho que dizer a DREC não sabe o que faz! Não conhece a realidade das coisas. Se não for a nossa atenção, hoje a situação era esta. Por acaso são conhecedores de quantos quilómetros no interior do território da minha Freguesia as crianças já fazem? Querem que lhes diga aqui quantos quilómetros faz a carrinha diariamente que os transporta? Setenta e nove quilómetros! Alguns dos alunos fazem quase a totalidade destes quilómetros. Querem obrigar as crianças de Côta, ou de outras idênticas a Côta a somar mais quilómetros a estes? Porque é taxativamente o número vinte, antes dez e agora vinte e um? Porque é que não pode ser vinte, dezanove, dezasseis, quinze, porquê? Eu questiono! Será que os dezasseis alunos não podem ter o mesmo tratamento que têm os vinte e um? Têm e têm esse direito de o ter. Não? Boa! Sabemos, realmente, o que é que vocês pretendem fazer deste País. Agora sabemos quem são os verdadeiros responsáveis de desertificação deste País. São os Governos do PS e aqueles que o apoiam! E digo-lhes porquê, sabem porquê? Porque se na minha escola tem o deficit de crianças é, precisamente, por culpa do não investimento por parte do Governo. Pela retirada das nossas pretensões, nomeadamente, nas acessibilidades, porque cada vez mais nos colocam longe da sede do Concelho, longe da cidade, precisamente, com a falta de criação dessas infra-estruturas que nos têm negado ao longo dos anos, com o desvio de outras. Com a vergonha que estão a fazer, actualmente, na Duzentos e Vinte e Nove. Estão atirar a minha Freguesia para mais quilómetros. Ela está no mesmo lugar, mas os entraves, com todas aquelas barreiras que lhe colocam, se a minha cidade estava a vinte minutos da sede do Concelho, passa a estar a uma hora. Eu já chego mais rapidamente da minha Freguesia de Côta a Lamego, do que chego a Viseu. Isto é vergonhoso! Sabem porque é o Governo responsável da desertificação da minha Freguesia e de outras? Porque deslocam os postos de trabalho que outros Governos colocaram na minha Freguesia. Sabem quantos? Sessenta! Tenho números concretos. E depois vêm aqui dizer à Câmara, às autarquias que têm a obrigação de zelar pelo emprego? Se quando são vocês a dar a machadada. Sabem que noutros tempos, tal como alguém que dizia: Que as crianças percorriam quilómetros através dos pinhais. Isso é verdade! Eu não percorri quilómetros felizmente, porque estava na aldeia aonde já existia uma escola, mas havia outros que os percorriam, mas o Governo de então levou a escola de proximidade para que isso não acontecesse, levou-a lá a essas aldeias. Hoje estamos a fazer o inverso. Isso sim, isso contribuía para a fixação das pessoas. Hoje não, hoje fazemos tudo ao contrário. Nós temos a querer despovoar no interior do País desta e de outras formas. Isto assim, sinceramente, não é dum país do socialismo de um país da verdadeira democracia, porque num país de verdadeira democracia os cidadãos são estimados, são preservados, são ajudados a manter-se aonde estão. Sinceramente, daqui a pouco precisamos de outros reis, como tivemos antigamente, os povoadores, porque vocês estão a despovoar este País. Vocês estão a atirar com toda a gente para o litoral, para os



grandes meios, para quê? Para depois termos nos grandes meios menores condições de vida que hoje temos em qualquer uma das minhas aldeias. Vocês não se apercebem disto? Vocês já não vêem a miséria que já temos nas periferias de Lisboa, do Porto, de Coimbra e de outras cidades? Vocês querem cometer os erros que cometeram outros países aqui bem vizinhos, que seguiram precisamente essas políticas, hoje estão a gastar fortunas para reverter a situação? Vamos, atempadamente, sentarmo-nos e faço aqui um apelo a todos os Deputados desta Assembleia, e hoje felizmente que vejo aqui alguma defesa pelos interesses das freguesias, coisa que não tenho visto, lembrar ao Senhores Deputados que todos nós, nós não, vós Deputados, porque nós Presidente da Junta fomos eleitos localmente nas nossas freguesias, mas todos os Deputados que aqui estão que foram eleitos com os votos da minha e de todas as trinta e quatro freguesias do Concelho. Estão aqui para defender, e raramente o vejo, portanto, que seja esta a primeira vez que nos unamos todos em defesa desta causa e que, digamos, daqui de Viseu de onde partiram grandes patriotas e grandes defensores da Pátria, dizer ao País que nós estamos atentos e sabemos o que queremos e que se estamos no interior temos direitos iguais aos de Lisboa e do Porto. Termino”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

- CINQUENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “O meu pedido de intervenção, em parte, é esgotado pela óptima intervenção do Presidente da Junta de Côta. Alguém que conseguiu pôr aqui o coração a falar e era um pouco por aí também que vinha, com mais razões, porque tem responsabilidades acrescidas no meio rural aonde está a ser vetado directamente. Não vou, de forma alguma, repetir aquilo que foi dito só reforçar, efectivamente, a qualidade da intervenção e que é bom que todos nós tenhamos os nossos ouvidos, suficientemente, abertos e a mente desperta para tentar perceber a sinceridade das palavras que aqui foram ditas. Não foram palavras, como disse, encomendadas por nada, nem por ninguém, não está aqui como porta-voz de nada e de ninguém, a não ser aquilo que tem direito de ser porta-voz das pessoas que o elegeram. E também é assim que a bancada do Partido Social-Democrata se tem comportado. Infelizmente, hoje voltámos a assistir, já tenho dito isto no passado, de que, efectivamente, por parte do Partido Socialista de Viseu mais uma vez encontrámos aqui muita baralhação, muita confusão, muita linguagem futebolística já que estamos no Campeonato do Mundo de Futebol, muita perda de bola, o jogo todo, completamente, perdido, então há que tentar atirar bolas para a bancada, tentar criar aqui outro *fait-diver* para que se possa desviar a discussão do essencial e podermos passar ao acessório. Os meus amigos, eventualmente, se estão interessados em que o Partido Socialista tenha uma votação diferente em Viseu, duma vez por todas, têm que ser porta-voz da sensibilidade das pessoas de Viseu! Mas não, continuam a ser, exclusivamente, e vimos aqui uma sequência de porta-vozes do Governo e praticamente não vimos, salvaguardando uma situação ou outra, porta-vozes dos anseios das pessoas da cidade de Viseu. Isto faz-me lembrar aquele indivíduo que se tendo enganado na auto-estrada e andado em sentido contrário, decidiu ligar para o cento e doze a dizer que andavam os carros todos em sentido contrário na auto-estrada, quando ele é que estava errado. Fazem o favor de inverter o rumo, vocês é que estão em sentido contrário, efectivamente, na auto-estrada. Quando vemos os pais a manifestarem-se, relativamente, à questão da educação da forma que se manifesta. Quando vemos os professores a manifestarem-se desta forma que se manifestam. Quando vemos os autarcas a manifestarem-se da forma que se estão a manifestar e querem continuar a fazer-nos crer que nós todos é que andamos em sentido contrário e só os Senhores é que estão certos! Só aquelas políticas feitas nos sofás aconchegantes, eventualmente, da Cinco de Outubro em Lisboa é que deve ser seguido e não vamos ponderar. Foi aqui dito muito coisa, em termos teóricos é muito lindo, é muito bonito, mas



o primeiro erro crasso que os Senhores têm é logo partir do princípio de que uma coisa que é boa em Lisboa tem que ser boa para o País inteiro. Ora, este é um erro estratégico de terrível divisão. É esse o grande problema que estamos a ter neste momento no País. É que o que é bom para Lisboa pode não ser bom para o resto do País e vice-versa. Faz lembrar-me quando foi a história da regionalização, também em Lisboa pegou-se no mapa de Portugal, é mais ou menos isto, por uma linha assim, traz, traz, não tem nada que saber, para a frente... Depois deu aquilo que deu, quando muita gente sendo defensora da regionalização teve que votar contra, porque não é assim. Esta questão de dizer o que se fecham escolas com menos de vinte e um alunos, isto é logo o primeiro erro. Não é a questão dos vinte e um, porque há certas localizações que, obviamente, vinte e um alunos é um número demasiado pequeno. Desculpem lá, mas até vou sair propositadamente fora do Concelho de Viseu, uma escola com vinte e um alunos numa escola numa freguesia do Concelho de Penedono é uma enchente! Temos que ter a consciência da situação concreta. Vinte e um alunos em Viseu não são vinte e um alunos em Côta, não são vinte e um alunos em Calde, não são vinte e um alunos na Boaldeia, é diferente! Para vocês é tudo números, para nós não, são pessoas. E, atrás dos alunos há a única coisa que ainda está a servir de suporte quase nesta sociedade que é a família, que surge também lá em Lisboa com os vossos iluminados que tentam destruir a célula familiar, que ainda ela é o garante. É que neste momento é a família e era e sempre foi, e eu espero que continue a ser, um grande pilar de sustentabilidade da sociedade, não é o, é um dos pilares, em que o apoio intergeracional era fundamental para todos. E foi aqui levantada uma questão que é para mim deveria ser para todos nós muito cara, que é a interligação entre os filhos, os pais e os avós. É fundamental para as crianças terem o apoio dos avós e é fundamental para os avós sentirem úteis, a poderem dar apoio aos netos e, obviamente, não vou referir a questão dos pais pela importância que é, mas não, estamos a formatizar tudo. Pega-se numa forma, agora vão depositar os alunos às não sei quantas da manhã nessa forma, uma forma que é igual para o País inteiro, portanto, se é Lisboa, Viseu, Bragança, é rigorosamente igual, está ali, depois há uma normas de Lisboa que dizem com que é que são ali alvejadas essas horas todas a esses alunos, e depois quando está na hora de dormir vão-se despejar a casa, portanto, as famílias servem para dormitórios. Agora é assim, temos separar também aqui duas coisas fundamentais. Temos que separar aqueles pais que não têm condições para dar este apoio devido aos seus filhos e então sim, o Estado e a escola devem dar-lhes essa solução. Agora não vamos estar a retirar aos pais e aos avós que têm a capacidade de dar esse apoio aos filhos, aos seus netos, e vamos impedi-los de fazer uma situação dessas. Perguntem ali ao Senhor Presidente da Junta de Boaldeia se aquelas crianças tiverem que sair de Boaldeia, como é que se vão sentir os avós. Dificilmente vão conseguir ver os netos quando agora conseguem contactar várias vezes durante o dia. Portanto, esta questão é uma questão que é demasiado séria, não pode ser formatada, não pode haver receitas iguais para todo o lado. E falou-se aqui num documento, que foi as Cartas Educativas, quando interessa vão-se buscar as cartas Educativas, quando não interessa fazemos de conta que elas não existem. Esta história dos “Mega-Agrupamentos”, algum está de acordo com alguma Carta Educativa neste País? Ai, mas não tem problema nenhum? Não servem para nada as Cartas Educativas, agora para fechar a escola já servem. Eu pergunto, qual é que é o “Mega-Agrupamento que está a ser criado que esteja devidamente fundamentado na respectiva Carta Educativa Concelhia nessa área? Nenhum! O que foi feito foi o seguinte, chamaram-se os directores das escolas e disseram: Meus amigos, a partir do dia um de Julho ou dia um de Agosto (conforma os casos) vai passar a ser assim. Vocês se se entenderem muito bem, se não se entenderem, nós cá estamos para nomear. E agora há aqui uma outra coisa muito, muito complicada que põe em causa até o sistema democrático, quem é que andou a querer esta nova gestão nas escolas também contra tudo e contra todos? Foram os Senhores! Fomos nós? Foram os



Senhores que quiseram esta gestão nas escolas. Obrigaram toda a gente, no ano passado, a fazer eleições. Andou tudo numa roda-viva, problemas complicados nalguns casos, outros mais pacíficos, dependendo das situações, mas pronto cumpriram-se as leis. Comissões de serviço para quatro anos? É o que está escrito na legislação. E agora chegam às pessoas a dizerem: Agora vocês já não são, entendam-se. Se não se entenderam nós nomeamos. Portanto, o que me parece é que estamos aqui de uma forma encapotada, afinal alguns dos directores não já jeito nalguns sítios, vamos cá ver como é que dá mais jeito aqui ou ali, e tal, ali vai ser complicado, se não nós nomeamos. E depois nós ouvimos aí na rua, não sei se tem fundamento ou não, vamos ter que esperar agora até ao dia um de Agosto para ver de é verdade ou não, de que se diz: Se eles não se entenderem nós vamos nomear a pessoa A (e sei bem os nomes que ouvimos lá fora), para o sítio Y a pessoa B, etc. Cá estaremos para ver se isso se vai verificar ou não. Agora, a questão é pôr-se em causa este modelo que ainda nem um ano tem e fizeram as coisas mais ridículas quando alguns processos eleitorais, com o caso de Sátão, em que a pessoa toma a posse num dia e ao outro dia é destituída! Aonde é que há aqui planificação? Não existe, rigorosamente, nada de nada nesta actuação que está a ser feita. E depois mais grave, aquele modelo de gestão era tão bom, tão bom, tão bom, que nem um ano deixaram que estivesse a funcionar. Por isso, a última proposta é um apelo a bem de Viseu. Meus amigos, invertam o sentido na auto-estrada. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- **CINQUENTA E TRÊS** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD)** – No uso da palavra diz: “Senhor Presidente, eu vou tentar ser breve e é só uma chamada de atenção a duas situações que aqui aconteceram. Uma, é uma situação que, muitas vezes, começa a ser frequente que é quem tem experiência apela, alerta para os erros. Quem pela sua experiência põe algumas reservas em relação a alguma coisa, este começa a ser apelidado de arauto da desgraça. E, eu tenho é medo dos optimistas e irresponsáveis, esses é que nos levam para o caos. Os arautos da desgraça, aqueles que nos fazem reflectir, que muitas vezes levam ao bom senso da tomada de decisão, esses são importantes. Agora, optimistas e irresponsáveis, desses é que eu não gosto, porque nos levam para o caos. E por isso, eu ia por aqui para chamar a atenção, todos temos que ter humildade política, eu não gosto também de ver puxar galões. E, numa resposta ao Senhor Presidente da Junta de Calde, dizer: Pode sossegar para já. Já!... Porquê? A situação é que temos que ter algum cuidado, ninguém aqui é iluminado. Eu no âmbito da Educação já tenho lido muito de personalidades de referência que têm grandes reservas em relação a esta situação, ao encerramento, esse encerramento sem critério, esse encerramento sem reflexão. E personalidades de referência na educação têm levantado algumas reservas e por isso, não há aqui dogmas. A verdade absoluta não está de um lado. A verdade absoluta está na reflexão, na análise caso a caso em decisões excepcionais. Por isso, é que eu próprio tenho muitas dúvidas em relação a outra questão que aqui não foi levantada, que tem a ver com os jardins-de-infância, que é muito mais complexo o transporte, o acompanhamento, as condições de espera, as condições de deslocação. E também isso não foi referido aqui. Terminava só com uma situação que era esta, há uma coisa, e aí é que eu acho que é espuma política completa, aonde é que está, Senhora Deputada, a escola da marmitta do Concelho de Viseu? Aonde é que está? Venha aqui dizer aonde é que tem a escola da marmitta do Concelho de Viseu”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues (PS). -----

- **CINQUENTA E QUATRO** – **SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Naturalmente a minha intervenção vem no seguimento daquilo que já foi abordado também pelo colega Jorge Adolfo, portanto, não tendo a ver com esta situação das escolas, importa clarificar algumas coisas. Em primeiro lugar, na intervenção do Senhor



Presidente referiu-se a nomeação da Senhora Directora do Centro de Emprego. Hoje em dia, com a alteração da legislação do PS, a Senhora Directora concorreu a um concurso público para o cargo. E, portanto, essa é uma clarificação, porque esta questão dos cartões importa também ver, se calhar, a própria Câmara olhar também, ou olhar antes para dentro da Câmara Municipal, não sei. Mas, Senhor Presidente, da sua intervenção ficamos com a ideia que até não há viseenses que atravessam momentos de dificuldade. Nada falou sobre os viseenses que estão no desemprego e brincou com as propostas que entendemos ser sérias para suprir dificuldades ou, pelo menos, o diálogo que entendemos que deve ser feito de forma séria para falarmos sobre as oportunidades que serão criadas ou que, eventualmente, a Câmara pode ter para criar emprego em Viseu. Se não houvessem dificuldades, se não houvessem pessoas sem emprego, não haveriam tantas famílias à procura de apoio social. Recordo, por exemplo, as declarações do Professor José Ernesto que recentemente veio lamentar o fim do apoio ao “Projecto Com Vida” que prestava apoio a famílias com dificuldades, Mais uma prova que, de facto, há algumas famílias com dificuldades em Viseu, ou seja, há famílias viseenses que vivem o flagelo do desemprego. E não adianta dar respostas evasivas, com subterfúgios e até com brincadeiras. O Governo deve promover o emprego? Claro que sim, estamos de acordo, aliás, como já referi na minha intervenção algo está a ser feito pelo Governo. Então e a Câmara Municipal não tem obrigação de contribuir para a criação do emprego do Concelho de Viseu? Essa atitude de que tudo o que é bom era da Câmara Municipal e todo o que é mau e incomoda é da responsabilidade, já está gasta, e portanto, era preciso que mudássemos esse registo. A Câmara tem que fazer mais pela criação do emprego no Concelho. Ainda não respondeu sobre quais as diligências feitas pela Câmara para atrair empresas para o nosso Concelho, nomeadamente, indústrias que possam ocupar os lotes que estão destinados a esse fim na Zona Industrial de Mundão ou então, noutra espaço que entenda, não se percebe. Se o Senhor Presidente da Câmara não quer indústria em Viseu, então porque autorizou o loteamento no Parque Industrial de Mundão? Se o Senhor Presidente da Câmara não quer novas empresas em Viseu, deve afirmá-lo claramente: A Câmara Municipal de Viseu não quer atrair novas empresas para Viseu. Quanto a dinheiro, Senhor Presidente, recordo as suas palavras quando anunciou o Torneio de Futebol de Praia Indoor. O Senhor Presidente dizia qualquer coisa como: Nós nunca teremos saneamento a cem por cento, nós nunca teremos as acessibilidades, de forma geral, no Concelho. Mas isso não invalida o facto de se investir nestas iniciativas, aliás, iniciativas que trazem para os custos da Câmara alguns custos que, no fundo, poderiam ser aplicados então nestas situações em que o Senhor Presidente diz que não tem dinheiro. O Senhor Presidente vem dizer agora que para a criação de emprego e para a promoção de empreendedorismo através da incubadora de empresas no Centro Histórico, como foi referido, ou do prémio anual para os empreendedores, já não tem dinheiro. Portanto, fica claro aqui quais são as prioridades do Executivo da Câmara. Sabemos que a criação de emprego não é uma delas e lamentamos Senhor Presidente. Reafirmamos, para nós, a criação de emprego e desenvolvimento económico são prioridades. Já agora, para terminar, gostaríamos que o Senhor Presidente respondesse, de facto, às perguntas que foram feitas na primeira intervenção e não continuasse com essas perguntas evasivas, aludindo a questão que nada têm a ver com as perguntas que lhe foram colocadas. Obrigada”.

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado José Costa. -----

- CINQUENTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ DOS SANTOS COSTA (PSD)

– No uso da palavra diz o seguinte: “Este tema da educação é, naturalmente, algo que nos diz a todos respeito e que nos preocupa todos os dias. Mas, é sempre difícil dissociar a questão da educação de uma outra instituição que se chama família, porque uma instituição acompanha a outra e quando nós estamos confrontados perante uma Resolução do Conselho de Ministro que nos dita que o encerramento de escolas é feito na presença



de vinte e um alunos, com menos de vinte e um alunos, é algo que sempre nos vai preocupar, até porque, as dimensões que estão presentes e as variáveis, são tantas e de tal ordem que tem que haver alguma parcimónia na forma com que vamos decidir o encerramento seja do que for. E defender de uma forma, muitas vezes com alguma incoerência, o encerramento de determinadas escolas, realmente, a gente às vezes defende isto num determinado momento, depois vimo-nos a arrepender numa fase posterior. É verdade que só não muda quem, realmente, não quer reflectir acerca das situações e nós somos muitas das vezes confrontados com atitudes que tomamos, comportamentos, e depois verificamos que, realmente, não foram as melhores decisões, O meu apelo e até estando aqui como Deputado da Assembleia Municipal e neste momento até no caso da Comissão de Educação e Cultura e face ao dados que nós fomos tendo e não para os poder avaliar, o meu apelo é que as decisões sejam decisões com cuidado. E tendo sido uma Resolução do Conselho de Ministros e que, naturalmente, necessita do aval da Câmara Municipal, das autarquias para a decisão final, é que nós deixássemos um pouco as palavras como um arremesso. Este espaço tem que ser, essencialmente, um espaço de debate, mas procurando as palavras certas, na hora certa, que evitem realmente e possam aumentar a conflitualidade. No interesse dos estudantes, ou dos alunos, dos encarregados de educação, das famílias, dos avôs, das avós que gostam de ver os seus netos nas suas localidades, das autarquias, dos governos, têm que ter um objectivo comum, é a defesa da escola, é a defesa das localidades, das pessoas que vivem naqueles locais. Eu recentemente escrevi um artigo que dizia que por este andar as aldeias não litoralizadas seriam hortas de eucaliptos e pinheiros. Não havendo pessoas, nem sequer os eucaliptos e os pinheiros podem ser tratados e podem ser cuidados. E a seiva que corre nas pessoas, nós temos que a preservar e temos que ainda melhorar. O meu apelo é que nós no final deste ano, aliás, um dos compromissos que nós temos dentro da Comissão de Educação e Cultura, é no final do ano fazer um relatório acerca do que, realmente, aconteceu no âmbito dos anteriores de educação no Concelho de Viseu. E nós gostávamos de chegar ao final e ter um relatório que não deixasse ninguém constrangido face àquilo que foram as nossas decisões de início de ano lectivo. Portanto, é este apelo que eu vos deixo, decisões parcimoniosas, cuidadas, pensando sempre, sempre, nas pessoas. Obrigado”.

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----

- CINQUENTA E SEIS – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) - Intervém do seguinte modo: “Senhor Presidente, para ser mais rápido dispense os cumprimentos. Gostaria de dizer aqui, eu só sou porta-voz da minha própria consciência, e que é a defesa da escola pública que me faz (há muito que me conhecem) vir aqui argumentar nesse sentido, a defesa da escola e dos alunos e não há mais nenhum critério aqui subjacente às minhas intervenções. E até sou capaz de o dizer, abertamente, que o Senhor Presidente da Câmara partilha muito daquilo de que eu, normalmente, defendo, porque a criação e a aposta nos Centos Educativos e as parcerias que a própria Associação Nacional de Municípios tem desenvolvido vai nesse sentido, “Melhor Escola”. Portanto, é nesse sentido da “Melhor Escola, que eu estou aqui a defender, nem mais nenhum princípio nem mais nenhum governo. Aliás, eu volto a dizer: Cavaco Silva, Durão Barroso, Manuela Ferreira Leite, o Ministro David Justino, só não tiveram coragem de encerrar as escolas. Vão dar-me o benefício da dúvida dos anos que estive no CAE, e sei muito bem a pressão que existia sobre as autarquias e a resposta que vinha dessas mesmas autarquias. Portanto, o encerramento das escolas com menos de dez e de vinte alunos vem dessa altura, sinal de que a visão de que a escola era demasiado redutora com um professor único, sem as condições possíveis para uma escola, realmente, de excelência, de qualidade, que nós todos precisamos. E eu deixo só aqui um desafio, um repto, não aos Senhores Presidentes da Junta que moram, normalmente, nas suas freguesias, quantos Senhores Deputados que aqui estão, com filhos em idade escolar e que moram em Rio de



Loba, em Silgueiros, etc., etc. lá colocam os filhos nas escolas sem condições? Eu sei muito bem também quando estive no CAE, quais eram as estratégias que essas mesmas pessoas faziam, inclusivamente, até cartas aos ministros para que os filhos andassem na Ribeira, na Escola Amarela e por aí fora, portanto, retirando-os das escolas, porque achavam que os seus filhos não tinham as melhores condições. Não nos iludamos, “não atiremos areia para os olhos de ninguém” e dizer que retiramos aos avós, ou retiramos seja a quem for... As aldeias não vivem, porque há lá sete crianças numa escola sem condições. E o que nós estamos a pactuar e a assinar por baixo é sobre estas escolas de lugar único, com um professor e sem as condições que um Centro Escolar hoje oferece”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã de Sá. ----

- **CINQUENTA E SETE** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ DE SÁ (PSD)** –

Solicita o uso da palavra para fazer a intervenção seguinte: “Eu vinha aqui dizer ao Deputado Marco, ter referido o meu nome numa entrevista que eu dei sobre a questão de um projecto. Penso que teve um sucesso excelente na questão da pobreza e sobretudo o apoio a pessoas que neste momento sofrem com imensas dificuldades. De facto acabou e eu não disse só isso, que lamentava isso disse, mas disse que por falta de verbas, como é obvio, mas também disse que, se calhar, era fácil arranjar verbas para este projecto, se fôssemos buscar algum planeamento mínimo é distribuído indevidamente. E também algumas mordomias que, infelizmente, o País, e no estado em que estamos, está a usufruir e que são inadmissíveis neste momento. Eu penso que no aspecto social, no aspecto de apoio por tanta gente em dificuldades, e eu sei o que falo, porque quer eu, quer os meus colegas vivemos no dia-a-dia essas pressões. Portanto, venho aqui dizer que, de facto, para esses projectos sociais, acho que não dever haver aqui política, deve haver aqui a união de pessoas, união de todos nós, para combater desiderato, na medida em que, acho que se dever cortar determinadas verbas em terminados serviços, que se devem eliminar situações e que esse dinheiro reverta para esse projecto. Na questão da educação, também sou professor, e lembro-me da Deputada Fátima estar a falar nas questões dos projectos, eu na altura estava no activo, e sei, de facto, que foram feitos alguns encerramentos escolas, nomeadamente, em São Pedro do Sul com dez alunos. Recordo-me que na altura, o Senhor Presidente da Câmara investiu nisso, na rede de transportes. Portanto, agora o que é preciso é encerrar as escolas condignamente e, sobretudo, aquilo que os meus colegas que vivem mais de perto este problema sentem, que é deixar que as crianças da sua terra venham para outros lados, sem meios e, se calhar, sem algumas situações de defesa para os pais. É só”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- **CINQUENTA E OITO** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Senhor Presidente,

eu tenho que ser breve, porque, realmente, a gestão do tempo desta Assembleia está a ser difícil. Mas, eu gostaria de dizer que para mim tem sido uma verdadeira lição esta Assembleia. Eu ouvi com muita atenção argumentos muito positivos de todas as bancadas e, sobretudo senti, verdadeiramente, a emoção dos autarcas, dos nossos Presidentes de Junta de Freguesia, quando sentem que a perda de uma escola é uma amputação, isso é inegável. Eu tive uma experiência semelhante no sector da saúde, como sabeis todos, portanto, acho que o fizeram com autenticidade e eu quero agradecer-lhes muito essa referência. Também sabemos que este problema, não é um problema monopartidário, é um problema que é horizontal a vários partidos políticos. Já vimos que foi o Ministro Roberto Carneiro quem pela primeira vez fixou, o número mínimo, claro que não há números mágicos, mas é um número operacional para, digamos assim, a concentração mínima exigível para poder existir uma escola. Também devo dizer, e depois disso, outros governos de uma cor diferente do actual, tiveram a mesma posição. Agora, eu gostaria de



lhes chamar a atenção um pouco para o texto da comunicação do Senhor Presidente da Câmara. É um texto muito positivo, devo dizer, é um texto que basicamente diz isto: Há princípios que é preciso respeitar. Há princípios de qualidade educativa, do desenvolvimento das gerações futuras, de sociabilidade, de especialização no próprio mecanismo de ensino que é preciso respeitar, mas é necessário ter em atenção circunstâncias especiais, algum realismo e alguma contemporização. Também fiquei, particularmente, satisfeito com a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia vizinha da minha, da Boaldeia, que nos trouxe aqui um caso de sucesso na criação dessa unidade de cuidados para a terceira idade. Ainda fiquei um bocadinho alarmado quando, quase chocado com a injustiça do Governo Central, que não teria sequer considerado aquela experiência, mas depois, ele próprio, no final da sua intervenção disse que afinal a Segurança Social participava nos termos da lei, certamente, enfim, os apoios prestados e que também tinha havido candidaturas e fundos públicas para o lançamento da experiência. Portanto, acho que há aspectos positivos que devem ser ressaltados aqui. Eu acho que também que a postura da Câmara na primeira fase deste processo, eu pelo menos não conheço, mas não deu azo a grandes problemas. Acho que a Câmara foi cooperante com o Governo, quer dizer, havia essa postura pelas razões que o próprio texto da intervenção do Senhor Presidente traz e que me encareço de duplicar, mas essas razões eram suficientemente fortes para essa atitude positiva. E penso que as mesmas razões determinarão que na fase agora dos agrupamentos haja também o mesmo ponto de vista consensual, isto é, os agrupamentos devem ser também vistos, e estou certo que são, não tenho informação de *inside trading*, ou seja, de pessoa informada internamente para o dizer, mas acho que é normal que isso venha a acontecer. Eu quero terminar com um apelo, acho que o texto é bom no essencial. Eu posso estar em discordância, e outros colegas de bancada podemos estar em discordância em relação a um ou outro ponto, mas acho que a intenção que está por trás do texto, que é o mais importante, é uma intenção correcta e até expressa de forma cooperante e, portanto, eu gostaria de dizer que, certamente, este espírito será correspondido pelas entidades da Administração Central desconcentrada que lidam com estes assuntos, enfim, as autoridades do Ministério de Educação e não vejo grande razão para pessimismos. Não vejo também razão para fixismos, isto é, para voltarmos ao passado, para voltarmos a uma situação anterior, nem vejo que deva ser dramatizada a situação com a ruptura da família, de maneira nenhuma. Eu acho que, se não há o primeiro segmento de vida, há o último segmento de vida nas comunidades mais envelhecidas. E se nós já não temos razão para fazer investimentos no primeiro segmento de vida, porque temos pouca gente, então temos toda a razão para fazer investimentos no último segmento de vida, que é de cuidarmos dos com mais idade. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boaldeia. -----

- CINQUENTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO BAPTISTA NEVES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOALDEIA (PSD) – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Eu vinha pedir um esclarecimento, porque quando foi da intervenção do Deputado Gonçalo Ginestal, agora depois de ouvir a intervenção da Deputada Fátima Ferreira, acendeu-se a lâmpada, o Senhor Deputado falou que a Escola de Boaldeia este ano não ia encerrar, porque na de Torredeita não havia lugar para as crianças de Boaldeia, portanto, Torredeita está cheia. Pergunto se o Senhor sabe se a Torredeita tem melhores condições de que a Escola de Boaldeia? O Senhor ia trazer treze, eu continuo a pensar que eram dezasseis, foi essa a informação que tive, o Senhor disse treze, não vou discutir os números, mas o Senhor agarrar em treze crianças de Boaldeia e colocá-las na Escola de Torredeita com que condições? Na Torredeita não há nenhum Centro Educativo, que eu saiba, um Centro Escolar. Em Torredeita há uma escola que, se calhar, tem menos condições para oferecer às crianças que têm em Boaldeia. Isso aí



também não entendi muito bem em relação às condições. Deputada Fátima Ferreira, a Boaldeia tem as condições todas, não há lá crianças de marmita. Têm tudo, não precisam de mais nada. Têm os espaços para fazerem educação física, para fazerem as actividades extra-curriculares. Têm espaço para tudo! Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às perguntas que foram suscitadas.

- SESSENTA – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Muito obrigado. Eu queria fazer aqui uma nota prévia e prometo ser rápido. É preciso ter estofa para estar aqui. Eu queria dizer-vos que assisti a esta discussão, mas na penúltima intervenção do Senhor Deputado Correia de Campos, disse que o texto que era correcto. Eu tenho por hábito cumprir os compromissos. Ao contrário do que ouvi aqui, aliás, há gente que vem aqui em crescendo, não sei se é para apalpar o terreno, para ver como é que a gente reage. Fiquem descansados, nós já dissemos uma vez, somos como o algodão, nós não enganamos, reagimos sempre de acordo com aquilo que vier daí, mas, deixem-me dizer porque é que estou com isto. O texto que escrevemos foi baseado nos compromissos que o Senhor Primeiro-Ministro teve o cuidado de me fazer pelo telefone, ao qual se seguiu o telefonema da Senhora Ministra da Educação e depois do Senhor Secretário de Estado. Como eu confio na palavra das pessoas, até prova em contrário, fiquei com a garantia, espero que não me venha arrepender, de que as escolas só fecham com o *agreement* da Câmara, portanto, fico descansado. A escola X, há argumentos para ela fechar, encerramos, não há argumentos fazemos o parecer e a escola não encerra, portanto, estou descansado em relação a isto. Agora, é preciso esclarecer algumas questões, deixem-me também fazer um esclarecimento prévio, há bocadinho fiquei espantado com a reacção daqui da bancada. O Senhor Deputado disse: Oh Senhor Presidente meta-o na ordem que é só a bancada... Mas quando se tratou do Senhor Presidente da Junta de Boaldeia dizer que afinal sempre recebemos dinheiro da Segurança Social, foi só aquela bancada que disse: Ah, a bancada! A bancada aí não teve problema nenhum: Cá estamos nós, fomos nós até que pagámos, nós é que temos na Segurança Social, portanto, a bancada só reage de acordo com as conveniências. Queria dizer-vos que tanto me faz, quando tiver que me dirigir à bancada dirijo-me, quando tiver que me dirigir a outra bancada faço-o na mesma. Eu queria dizer ao Doutor Jorge Adolfo que percebi e, de facto, eu não tenho nenhuma razão para os confundir, portanto, não foi o meu amigo que disse que o Centro Histórico estava a cair. Já agora também, em relação a uma questão que colocou aqui o Deputado Gonçalo Ginestal, eu queria dizer-lhe o seguinte: Vai encontrar no Projecto de Resolução, se calhar, sabe que eu ajudei, pronunciei-me sobre o Projecto de Resolução, presumo que desconfia disso. Eu não preciso de o encontrar, antes do meu amigo saber o que é que vinha no Projecto de Resolução, já eu o tinha lido. Agora, há uma coisa que disse aí, eu acho que deve ter mais cuidado, deve travar às quatro rodas, quando disse: Deixo-lhe aqui, se quiser fazer Pactos Locais de Educação, o PS deixa aqui para serem implementados no Concelho. Pactos de Educação com o PS? Eu faço-o com gente que tenha legitimidade para fazê-lo, com o PS façam-nos os Senhores, com quem quiserem. Veja lá a confusão que fazem entre o Partido e o Governo. Nós fazemos pactos a nível nacional e damos directrizes aos associados para os observarem, eu não, até porque não tenho... Já agora, queria dizer também ao outro Senhor Deputado, que começou maciamente, o Senhor Deputado Marco Rodrigues, acho que é assim que se chama, começou maciamente, mas também vem em crescendo, dá-se conta que o meu amigo está a crescer. Olhe que eu já cá ando há muito tempo. Não precisava de saber, o meu amigo faça uma introspecção, foi director de campanha, veja lá o sucesso que teve, portanto, pense bem naquilo que está a fazer, não venha com pretensões de dar lição. Veja lá o que o meu amigo disse a quem já tem vinte anos de Câmara. O meu amigo veio dizer: Assuma que



não quer empresas no Concelho. Assumo o quê Senhor Deputado? Então, mas o Senhor duvida do trabalho que eu tenho feito pelo Concelho? Por amor de Deus... O Desplante! O Senhor pensa que está na Alberto Sampaio, já lhe dá o direito de falar de cátedra. É verdade Senhor Deputado! Assuma que não quer empresas... Mas quem é que não quer empresas? Então, ouça lá, os viseenses é que se enganaram pela sexta vez? O Senhor não provou o que é que os viseenses lhe quiseram dizer a si como director de campanha? O Senhor devia ter percebido a mensagem. Devia ter percebido: Olhe que o Senhor anda ao contrário. Não venha com essa história, porque lhe fica mal. Desculpe lá, não venha com essa história, eu não o interrompi, veja lá como é que eu o ouvi. Ouvi um jovem, e com todos os direitos ali a falar directamente, frontalmente, a atacar como pode e eu calado, quando lhe estou a responder o Senhor já está a contorcer-se aí na cadeira, a responder. Não dê passos maior do que a perna, esse é o grande problema. O grande problema é as pessoas convencerem-se que sabem tudo de uma vez e se convencerem que Deus quando andou a distribuir inteligência sou passou à sua porta. Não passou nada! Olhe que nós estávamos todos também muito atentos, e nessa altura passava também pelas aldeias. E posso dizer-lhe que passou pela minha, apanhei aquela que pude, também estava atento. Passou por muitas felizmente! Não esteja a pensar que só passou por lá, para estar agora aqui a dar uma lição. Então o Senhor tem alguma coisa contra eu dizer que, veja lá o raciocínio, enquanto não tivéssemos o saneamento básico a cem por cento, nem o abastecimento de água a cem por cento, nós não tínhamos nenhuma festa, nada! Como se nas casas das pessoas também fosse assim, isto é, enquanto não tivessem tudo aquilo de que precisassem em casa não festejavam os anos dos filhos, nada, nada! Nem havia boda de casamento, era assim a sua concepção de sociedade. Pois nós achamos que não! Achamos que apesar de termos ultrapassado a média europeia podemos, porque arrumámos a casa, não fomos nós que gerimos o País. Quem nos levou a esta situação não fomos nós. Aqui no Concelho vamo-nos aguentando, com dificuldade, os Senhores até nos cortaram cem milhões de euros, mas nós cá vamos aguentando. Podia dizer-lhe porque é que os Senhores com tanta dificuldade, cortando o apoio social, se calhar, a apelar às instituições, porque é que andaram a comprar *segways* para os polícias e carros eléctricos. Então, não podia devolver esta pergunta? Também não eram prioritários, podiam andar a pé. Então essas coisas não são assim. Então, mas o Senhor permite-se vir aqui assim dar uma lição... Vá com calma que ainda tem tempo, mas com calma. Já agora, uma outra coisa que eu não gostaria de deixar de responder também à Deputada Fátima Ferreira. que seguiu o mesmo tom. Depois veio dizer que estava de acordo com o Presidente da Associação de Municípios, mas atacou o Presidente da Câmara constantemente. Disse coisas como esta: É esta escola que os Senhores querem? Mas quem é que quer a escola? A Senhora já esteve, se calhar, num décimo das reuniões que eu estive com o Governo por causa desta problemática, se calhar, nem num décimo! Agora vem dizer: Vocês é que querem aquela escola! Quem está a defender sou eu. Esta Senhora que está aqui, é que sabe de educação é que está a defender uma escola inclusiva para todos. Vocês não, são uns malvados, querem uma escola com a marmita. Oh Senhora Deputada, por amor de Deus! A Senhora sabe o esforço que nós fizemos para requalificar as escolas? Não faz ideia, depois fala aí de cátedra como quem diz: Eu é que sei. Olhe, é por causa destes teóricos que o País está como está. Se os Senhores sentissem na pele algumas coisas práticas, se não andavam sempre nos CAE's e não sei quê, se caíssem menos vezes, se calhar, olhe eram mais práticos. Os Senhores não têm noção da realidade, depois são desmentidos constantemente pelos Presidentes das Juntas, que vos vêm dizer aquilo que disseram. Este conforto intergeracional não lhe diz nada, portanto, não tem nenhuma importância. Depois diz coisas como esta: O Senhor em vez de dar apoio às escolas andou a fazer obras estéreis e de fachada. Repare, eu até já estou aqui confortado com o seguinte, com a história das pedradas eu tive um processo, felizmente já acabou, bem agora já vi



que o Deputado do Bloco de Esquerda até já pode dizer à catanada. Oh meu amigo, não há problema nenhum. Disse que teriam que fechar escolas à catanada, mas não há nenhum problema! A catana é um instrumento muito menos perigoso do que uma pedra, portanto, não há problema nenhum. Mas o que a Senhora veio dizer é que nós fizemos obras estéreis e de fachada, quer dizer, só fizemos obras estéreis e de fachada. Foi com isso que conseguimos enganar os viseenses. A única pessoa que os enganou, votou noutra partido, foi a Senhora Deputada. Foi, foi e lá teve o resultado. Foi a Senhora e muitos poucos que se enganaram. Olhe que não é de alguém que passa e que se engana uma vez. Eu estou na montra há uma série de anos minha Senhora, portanto, os viseenses se se enganaram comigo, já estou enganado. Eu tenho estado em palco a uma série de anos, não é aquele fenómeno que aparece e que sai logo, já cá estou há muito tempo. Veja qual foi a resposta que os viseenses tiveram à vossa imaginação e essa campanha aonde os Senhores vieram dizer aquilo que disseram agora. Eu nem devia estar com isso, porque assim não precisamos, de facto, de mais, com esta oposição estamos bem não vale a pena perder muito tempo. Bem, já agora, não podia estar mais de acordo com aquilo que disseram os Senhores Presidentes das Juntas de Côta e de Boaldeia, é um sentimento que conhecem, naturalmente. Há uma coisa que eu vos garanto, isso gostava de vos deixar sossegados, apesar da execução, ter até resvalado para outra coisa, muito sinceramente, a não ser que o Senhor Primeiro-Ministro que tomou a iniciativa de telefonar viesse agora dar o dito pelo não dito. Eu estou descansado em relação às escolas. Aquilo que eu percebi, por isso a razão do texto é: Há uma pretensão de fechar escolas com número reduzido de alunos, nem quero falar nos dez, nem nos vinte e um. E o que se diz é: Quando lhe arranjam boas condições, quando os pais reconhecerem que há boas condições, quando não sei quê, depois fecham-se as escolas. Era a posição que eu queria se fosse pai, se estivesse dum outro lado. Se me viessem perguntar: Olhe, o seu filho está aqui nesta escola com todas as condições, como dizem os Senhores Presidentes da Junta, mas nós ainda o queremos levar para aquela escola, está de acordo? E eu dizia: Não estou. E o Presidente da Junta, com certeza, com a Câmara: Olhe, se calhar, têm razão, a escola não fechar, portanto, esse é o parecer que leva a não encerrar a escola. Se estivessem todos de acordo, como aliás, aconteceu no passado, nós encerrámos escolas no passado com toda a gente de acordo e, portanto, não houve problema nenhum e por isso, eu estou de acordo com o princípio. E mais, até estou de acordo com a legitimidade do Governo de fazer a política e, naturalmente, que a tem que concertar com parceiros, foi aquilo que está a tentar fazer. Agora, não estou, digamos, disponível para que o Governo rejeite estes princípios, aqueles princípios que combinou comigo, porque nem é preciso ver o sistema de transportes, nem é preciso ver nada, se a escola só encerrar com o *agreement* da Câmara Municipal, naturalmente com as Juntas e com as Associações de Pais, eu fico, perfeitamente descansado. Portanto, era isto que eu queria deixar aqui aos Senhores Presidentes de Junta, contando que se se cumprir a palavra não vamos ter problemas com o encerramento de escolas em Viseu”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Gonçalo Ginestal. -----

- SESSENTA E UM – SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL MACHADO MONTEIRO ALBUQUERQUE (PS) - No uso da palavra faz a intervenção seguinte: “O Senhor Presidente da Câmara acaba por nos dar razão, que nenhuma escola foi encerrada sem o acordo da Câmara Municipal de Viseu. Relativamente às propostas existentes, elas foram todas feitas em concordâncias com todos os órgãos de gestão, e isto que fique bem claro. Alguém sabe ao certo de que escolas é que estamos a falar e se vão encerrar de facto? Pois eu vou enumera-las: Agrupamento de Escolas de Vil de Soito - Vila chã do Monte em dois mil e nove/ dois mil e dez, tinha dez alunos, vai passar a ter treze alunos no próximo ano lectivo. Alternativa, para o encerramento e para a Escola Básica de Torredeita. Agrupamento de Escolas de Abraveses – Escola Básica de Folgosa



em dois mil e nove/ dois mil e dez tinha dezasseis alunos. Dois mil e dez/ dois mil e onze vai passar a ter onze alunos. Alternativa, os alunos irem para a Escola de Bigas. Gumiei, treze alunos em dois mil e nove, onze no próximo ano lectivo. Proposta, irem para a Escola de Lustosa. Agrupamento também de Abraveses, proposta para a Escola de Várzea, dez alunos, conforme estão a frequentar. No próximo ano lectivo aumenta, é um facto, prevê-se a frequência de doze alunos. A proposta é para irem para a Escola de Calde e recebe o JI de Calde. Agrupamento também de Escolas de Bodiosa - dezoito alunos dois e nove/ dois e dez, dezoito alunos dois mil e dez/ dois mil e onze. Não encerra, porque não há alternativa na escolha de acolhimento. Mundão, relativamente à Escola de Bassim, que é um caso paradigmático, que já está vertido em acta, e eu tenho aqui a acta assinada pelo Senhor Vereador da Educação da Câmara Municipal de Viseu, em como esta escola já devia estar encerrada há vários anos. Não foi o Senhor Vereador, foi o antecessor. Catorze alunos que vão para a Escola EB-Um de Casal Esporão. Relativamente a estas propostas, e isto serve para sossegar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Côta, porque a sua escola, visto que não há alternativa, e o Governo pugna também em ter essa preocupação, não desertificar as aldeias isoladas e tem em atenção a distância das freguesias e a sede de freguesia, conforme está na Carta Educativa, para uma escola de acolhimento, não ser a mais do que quatro ou cinco quilómetros, conforme se verifica em todas as propostas. Só por último, para dar um exemplo aqui ao Doutor Mota Faria, daquilo que é a escola da marmita do Concelho de Viseu. Tem aqui um exemplo do que é a escola de marmita, que é a escola, eventualmente, que o Senhor Deputado quer. Nós não queremos essa escola, nós queremos esta escola. Esta é a nossa proposta”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota faria. -----

- **SESSENTA E DOIS** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD)** – Usa da palavra e diz: “Senhor Presidente, eu vou tentar acalmar-me com toda a deferência, quero fazer um protesto em relação a esta intervenção. Isto é alguém que confunde, o Estado, o partido, o Estado com a função e com a função aqui da Assembleia. Isto há aqui uma confusão completa de funções, de atitudes, de procedimentos. Eu gostaria aqui de fazer uma pergunta em relação à Câmara Municipal. A Câmara Municipal tem conhecimento daquilo que foi dito ou isto é um processo interno, uma proposta interna do Serviço que vem aqui ser apresentado pelo homólogo, que é definitivo e até é posição de cátedra, numa posição de galões, a dizer assim: Nos estamos aqui até queremos isto. A Escola de Folgosa - está aqui o Senhor Presidente da Junta - é uma escola de marmita? Os alunos levam a marmita para a Escola de Folgosa? Por isso, não aceito, eu pessoalmente, que se venha aqui denegrir as freguesias, as nossas escolas, o esforço que tem sido feito em prol de uma visão, muitas vezes, deturpada em termos do processo. Todos nós consideramos que é correcto haver Centos Educativos, muitas vezes, tem a ver com a dimensão dos próprios Centos que devem ser algumas vezes redimensionados. Haver outro tipo de Centros, muito vezes, mais pequenos, mais redimensionados, todos estamos a favor da requalificação da regeneração. Agora, essa situação de vir aqui confundir a sua posição de Deputado, a sua posição de Membro, e confundir o partido com o Estado, não!”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues. -----

- **SESSENTA E TRÊS** – **SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Vou ser rápido. É para dizer ao Senhor Presidente que mais uma vez não interpretou bem, se calhar, a minha intervenção. Eu até pensava que me ia responder na primeira, não respondeu. Fiz as mesmas perguntas na segunda, não respondeu. Tentei fazer de outra forma, se calhar, interpretou da forma errada. Portanto, eu venho aqui uma terceira vez para o Senhor Presidente, se tiver essa amabilidade, o que é que tem sido feito pela Câmara Municipal de Viseu, para atrair empresas para as zonas industriais com lotes por ocupar,



nomeadamente, em Mundão. E que medidas têm sido tomadas pela Câmara Municipal para atrair investimento privado para Viseu nos próximos tempos. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas. -----

- SESSENTA E QUATRO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para responder às perguntas que lhe foram colocadas e diz: “Senhor Presidente vou responder, mas eu confesso que já estou com pouca paciência. Eu queria dizer, deixei que o Senhor Deputado Mota Faria fizesse o protesto, porque, de facto, não é admissível, se calhar, os Senhores na Assembleia da República devem rever estas questões de algumas incompatibilidades, porque alguém que desempenha uma função de serviço público, por indicação, vou ter que lhe retirar o cartão outra vez, mas por indicação, e depois vem aqui com uma escola - esta é a escola que nós queremos. O Senhor tem algum concelho rosa que nos dê como exemplo? Isto é o quê? Mas que confusão é esta? Ainda por cima o Senhor teve o desprate de vir aí com a primeira proposta. Desculpe lá, as coisas são muito simples. Já há uma terceira proposta, nem o Senhor sabe, as escolas que o Senhor numerou nem sequer lá estão. Já agora vamos entender-nos, o que os Senhores fazem, são só propostas, não está aqui a dar nenhuma decisão. Propostas para nós, aceitarmos ou não. Proposta à luz deste princípio, que eu lhe vou ler na íntegra: “Quando o cumprimento do ponto anterior, que é o encerramento das escolas de vinte e um alunos, implicar o encerramento do estabelecimento, é obrigatória a emissão do parecer do Município, o qual quando negativo deve ser fundamentado. Na impossibilidade objectiva da mobilidade das crianças, por razões logísticas ligadas, nomeadamente, aos transportes escolares, nas actividades de enriquecimento curricular, na particularidade do território, sobre o clima ou a exequível superada falta de condições físicas das escolas, nas quais a concentração ocorreria”. Já viu quem é que foi mais que colaborante com esta situação? Então nós pusemos aqui quais é que são os termos do parecer do Município? Se houver alguma escola de marmita, saem logo os alunos. Por amor de Deus, estamos a falar em escolas com condições, é aquilo que os Senhores Presidente de Junta vieram aqui trazer, escolas com condições com dinheiros municipais, portanto, não vale a pena vir aqui dizer que nós queremos aquelas escolas. Esta dos Centros Educativos, os Senhores querem os Centros Educativos à custa das câmaras, é isso o que os Senhores querem. Que Centros Educativos é que os Senhores fizeram? Sabe quais são os Centros Educativos? São dinheiros comunitários, se houvesse a legislação nem sequer passava pelo Governo, portanto, não estejam a pensar que o dinheiro é vosso para distribuir aos municípios. Os oitenta por cento que nós agora conseguimos são dinheiros europeus, e os vinte são os municípios que os arranjam. Portanto, vocês estão fora disto, completamente. São as câmaras que gerem, mais nada! Não estejam aí a pensar, como há bocadinho, que os dinheiros da Segurança Social que eram rosas. São rosas, laranjas, amarelos, azuis, etc., etc. São dinheiros de todos nós! E chega a menos destinatários, porque muitos são consumidos nas gestões que os Senhores arranjam, portanto, deixe-se disso, o papel que fez aqui é de muito mau gosto. Queria dizer-lhe que também ainda está a tempo de corrigir este tipo de prestações. Já agora, em relação ao Deputado Marco Rodrigues, não lhe respondi à pergunta, eu estou disponível para responder a todos as perguntas, naturalmente, quando diz o que é que tenho feito para atrair investimentos para aqui? Olhe, tenho feito a atracção de investimentos dos quais nenhum dos Senhores ainda não meteu o “bedelho”, que permitiram que este Concelho, há vinte anos, crescesse vinte mil pessoas. Sabia disso não sabia? Se me der outro exemplo de concelho como este que tivesse atraído tantas pessoas... É à custa da política que a Câmara tem definido, Se é atracção de empresas, se é a atracção de comércio, se é a atracção de não sei quê, é a atracção da nossa cidade, que é reconhecido como um Concelho de referência, sabia disso também? Pergunte aos seus camaradas. Olhe, pergunte a quantos camaradas seus têm vindo à



Câmara copiar processos internos que nós fazemos. Se calhar, se passarem por lá também não perdem nada! Se os Senhores passarem por lá ainda podemos conversar sobre algumas coisas. Os Senhores estão eleitos, ou foram designados para representar as populações, ou o Governo junto das populações, devolvo-lhes a pergunta: O que é que os Senhores têm feito, auto-estradas, não sei quê, o que é que têm feito? Nada! Caladinhos! Os Senhores andam atrás do CLS enquanto ele existir. Nem esse instrumento foram capazes de o pedir, fomos nós que o solicitámos, portanto, enquanto isso durar... Vamos ver se a gente põe os pés bem assentes no chão e cuidado com este tipo de perguntas, porque a maior parte delas espirram e rebentam na mão do próprio. Foi isso que lhe aconteceu”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara. Terminámos então o Período de Informações do Senhor Presidente da Câmara iríamos passar ao Ponto Dois: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “RECRUTAMENTO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU - PEDIDO DE PARECER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL”, nos termos referidos na convocatória. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

- SESSENTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – No uso da palavra diz o seguinte: “Senhor Presidente, é um segundo. Esta proposta, e peço desculpa pela imodéstia, aliás, o autor dela está aqui é o Vereador do Pessoal na Câmara de Viseu, é uma proposta extremamente bem fundamentada, mas paradoxo que pareça nem precisava de cá vir. O Senhor Presidente, melhor do que ninguém, sabe que estamos neste momento a terminar em termos de nova legislação que está para sair e que já nem sequer obriga a que as Câmaras façam passar, nem pela Câmara, nem pela Assembleia o recrutamento do pessoal. Basta, digamos, a decisão do Executivo, portanto, está fundamentada com a legislação que ainda não foi promulgada, mas, como disse, se a Assembleia ocorresse daqui a oito/ quinze dias, não faço ideia, já, se calhar, este procedimento era desnecessário. De qualquer maneira, conviria ver que tem um balanço social exaustivamente feito com saídas de pessoas. E já agora, vale a pena ver como é que se gerem recursos humanos, se nós desde noventa, que é quando temos responsabilidades na Câmara, se eventualmente, aumentámos o número de pessoas, se aquilo que fizemos não for por força de contactos com a Administração Central, ou com novos serviços que implementámos na Câmara, de resto, temos menos gente e gente cada vez mais requalificada. Tenho o número de memória, vinte e oito por cento dos nossos quadros são licenciados, o que significa que cada vez temos uma Câmara mais capaz e mais requalificada para dar resposta aos problemas actuais”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- SESSENTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Intervém dizendo o seguinte: “Gostaria apenas, relativamente a esta questão, de dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que confio plenamente nas diligências que o Senhor Presidente disse que iria tomar para que não se voltasse a repetir as irregularidades detectadas e comprovadas em sucessivos concursos de pessoal para a Câmara. Isto para que não haja a mínima suspeição sobre, não só os concorrentes, naturalmente, sobre a qualidade dos concursos e a capacidade dos concorrentes, como também dos familiares, como nos casos vertentes de alguns Membros desta Assembleia. É só”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder à questão que lhe foi levantada. -----

- SESSENTA E SETE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – No uso da palavra diz o seguinte: “Oh Senhor Presidente, eu não deixo passar isto em claro, o que o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda veio dizer, desafio-o a que faça isso



publicamente. O Senhor veio dizer que os concursos na Câmara que têm uma série de ilegalidades. Eu desafio-o a provar isso! A Câmara foi objecto de uma série de inspecções. Esta Câmara tem sido a Câmara mais inspeccionada do País, percebemos todos porquê. Aquilo que foi detectado pela inspecção foi uma série de documentos em falta, nomeadamente, nos processos, porque haviam processos que já tinham uma série de anos. E, a Câmara fez o contraditório, o que é normal. Veja qual foi a resolução final, se houve algum dos processos em que a Câmara fosse condenada? Já agora, queria dizer-lhe uma outra coisa, e aqui, se calhar, no fórum ideal, pergunto se alguma vez o Presidente da Câmara, que é a pessoa que se quer visar, se alguma vez se tem metido nalgum concurso, se fez parte de algum concurso, se alguma vez analisou, se esteve nessa situação. Agora, é evidente que, não é possível dar crédito a situações como esta, de alguém que diz que o Director dos Serviços Municipalizados tem lá um primo que também se chama com o mesmo apelido, portanto, até foi antes de eu chegar à Câmara, e tratar de fazer estas acusações. Eu pedia-lhe, mas peço-lhe encarecidamente, que se tiver alguma acusação a fazer pública que a faça, porque não lhe deixo passar estas situações. Eu peço desculpa, mas esta questão das ilegalidades, o Senhor actuou um pouco, sabe como é que foi? Como o futebolista maldoso, aliás, muito ao que lhe vai na forma de ser, deixou o pé atrás. Foi lá fazer que estava de acordo, mas deixou o pé atrás para ver se já se tinham corrigido as anomalias, as ilegalidades. Não há ilegalidades! Ilegalidades hão noutra Câmara. Essa, se calhar, conhece melhor, portanto, vamos lá ver se a gente “separa o trigo do joio”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Viseira. -----

- **SESSENTA E OITO** – **SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Pede novamente a palavra e diz: “Senhor Presidente, eu não queria estar a referir casos concretos, mas a verdade é que eu tenho aqui um despacho. Só queria dizer que acredito que essas questões estejam sanadas e acredito na sua palavra, e espero que estejam. Na verdade é que tenho um despacho do Tribunal Judicial de Viseu, uma sentença, onde estão aqui apuradas irregularidades que não são despiciendas não é? Que é o caso de acesso da prova antes da resolução desta, fixação de critérios de ponderação após o conhecimento do curriculum dos candidatos. Isto acontece em vários casos, portanto, isto não é... Oh Senhor Presidente, desculpe lá, mas são pessoas que estão aqui, mas se quiser eu digo-lhe, quer que lhe diga? Então olhe: Sobre a contratação de Paulo Jorge Gomes Fonseca, filho do Presidente da Junta (eu até vou omitir os nomes que eles não têm culpa) de Freguesia de São João de Lourosa, critério de fixação afixado um dia depois de ter sido apresentado na Câmara curriculum de Paulo Fonseca. No processo de contratação do filho dum motorista em Junho de dois mil e quatro, há denúncia que um dos candidatos teve acesso à resolução da prova antes da realização desta... A contratação de outra pessoa.... O Senhor é que pediu! Não são denúncias foram detectados. A fixação dos critérios de ponderação, diz o Juiz, e da avaliação curricular, é feita em um de Outubro de noventa e seis, após o conhecimento do curriculum dos candidatos. Isto repete-se em vários candidatos, no do irmão do engenheiro dos SMAS. Os critérios de ponderação foram fixados depois de conhecidos os currículos dos candidatos. Senhor Presidente, não são denúncias, desculpe lá, isto não foram denúncias, isto faz parte das conclusões, da análise do processo. Resulta, diz a Juíza, na sentença, na análise do processo e depois enumera isso tudo. Por exemplo, na lista da classificação final surge como nota de prova de conhecimentos, a candidata fulana, treze e meio, enquanto que na grelha de classificação da prova de conhecimentos, a nota referida é doze e meio, na filha de um Presidente da Junta, que também me dispense de comentar o nome”. -- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “O Senhor Deputado concluiu? O que eu lhe quero dizer antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, é que é preciso ter muita atenção entre a separação de poderes. O Senhor Deputado tem o expediente, dirige-se ao Ministério Público e faz as



acusações, não é? O Ministério Público investiga. Qualquer cidadão o pode fazer, agora o Senhor Deputado não pode vir para este Órgão, que é o Órgão fiscalizador da Assembleia Municipal, trazendo questões que são do foro meramente judicial. Se acha que existem ilegalidades, faça o favor, mande uma carta ao Presidente da Assembleia Municipal que ele despacha para o Ministério Público na hora, está bem? Senhor Presidente da Câmara tem a palavra”. -----

- **SESSENTA E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas dizendo: “Oh Senhor Presidente, só para ver a maldade e a má fé com que este Senhor Deputado... Isto foram queixas, denúncias! Uma das pessoas que foi agora referido, eu peço à Assembleia toda que o comprove, estava na Câmara antes de eu chegar, portanto, quem presidia o mandato era o Senhor Engenheiro Carrilho, nem sei se foi ele, foi um Presidente da Câmara anterior. O que diz é que está nos Serviços Municipalizados um funcionário que é irmão do Director, já lá estava quando eu cheguei. Se a prova fosse esta, e não é preciso ser jurista, se aquilo fosse uma conclusão, o que diz ali é que houve pessoas que tiveram acesso à prova, se o Tribunal depois deixava passar isso em claro, se não condenava a Câmara. Isto é, se aquilo fossem as conclusões em vez de serem denúncias, se aquilo que ele leu já não dava para a Câmara estar toda presa, com certeza! Acesso, ou algum funcionário que permitiu isso, acesso à prova antes. Isso, foram acusações”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito obrigado Senhor Presidente. Vou passar à votação. *O Ponto Dois foi aprovado por unanimidade.* Passamos ao Ponto Três: Apreciação e ratificação da deliberação da Câmara Municipal de Viseu, de **“ADESÃO À SOCIEDADE HISTÓRICA AFONSO HENRIQUES”**. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

- **SETENTA – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para fazer a apresentação do Ponto e diz: “Muito rapidamente, para dizer o que vem na deliberação. A Câmara teve que apressar esta situação. Como sabem é uma cerimónia pública, inclusivamente de assinatura. A Câmara assinou este compromisso e trá-lo agora aqui para ratificar. Presumimos que era um assunto que não causava nenhum problema e trazemo-lo para ratificação”. -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado António Vicente Figueiredo. -----

- **SETENTA E UM – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD)** – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Apesar da hora tardia eu gostaria de me pronunciar sobre este pedido da Câmara Municipal para que ratifiquemos a decisão de adesão à Sociedade Histórica Dom Afonso Henriques. Gostava de tecer, muito rapidamente, alguns considerandos sobre o que levou à constituição desta Sociedade Histórica. Primeiro para dizer que, há mais ou menos vinte anos, o problema foi levantado pela primeira vez pelo medievalista Doutor Almeida Fernandes e a questão que ele coloca é de saber se, efectivamente, Dom Afonso Henriques terá nascido, como a tradição diz, em Guimarães, ou eventualmente, até em Coimbra, ou se de acordo com a documentação compulsada por si, não terá nascido em Viseu, dado que Dona Teresa, mãe do nosso Primeiro Rei de Portugal, se encontrava a residir em Viseu na altura do seu nascimento. Depois, a partir desta investigação, foi pedida por uma Sociedade de Guimarães e pela própria Câmara, e que depois com os documentos compulsados, se verificou que afinal Dom Afonso Henriques terá nascido em Viseu e não Guimarães, o que não foi do agrado da Câmara de Guimarães. Depois disto, dizia eu, o Historiador Almeida Fernandes veio recolher a simpatia, veio a ver confirmada a sua tese por uma série de historiadores de renome, recordo apenas o Professor Matoso, Borges Macedo, João Silva e Sousa, etc. E, o que faz agora esta Sociedade Histórica Dom Afonso Henriques? Vem com o objectivo de esclarecer a verdade sobre esta polémica acerca do berço de Dom Afonso Henriques. Esta Sociedade, como aqui foi dito, foi constituída formalmente por escritura pública nos



Claustros da Sé de Viseu na passada sexta-feira, vinte e cinco de Junho, e com o objecto então, como os próprios membros dos seus órgãos sociais dizem: Com o objectivo de aprofundar a vida e a obra de Dom Afonso Primeiro de Portugal, através da edição de uma revista científica e de encontros afonsinos onde a reflexão feita por especialistas da área seja tida em conta para trazer a verdade sobre a cidade berço do Rei Fundador. Não pretende esta Sociedade Histórica alimentar polémicas entre cidades, mas também, não enjeitam o direito de reclamar para Viseu o berço do nascimento de Dom Afonso Henriques, se a documentação existente e a que vier a ser estudada futuramente por mais investigadores vier a confirmar a tese de Almeida Fernandes. Sobre esta proposta, queremos em primeiro lugar saudar o aparecimento desta Associação Histórica, saudar os seus promotores, louvar o Executivo Camarário pela posição assumida desde o momento em que se colocou a hipótese de Viseu ser a terra natal de Dom Afonso Henriques, agindo de forma a evitar polémicas com as cidades que reclamaram, desde sempre, para si o local de nascimento do nosso Primeiro Rei, deixando aos académicos a tarefa de esclarecer o que deve ser esclarecido e, numa atitude de busca da verdade, colocando-se ao lado das iniciativas que foram promovidas por instituições ou grupos de pessoas apoiando-se da tese de Almeida Fernandes. Não esqueçamos que foi a Câmara que promoveu a celebração dos novecentos anos do nascimento de Dom Afonso Henriques, recordado aqui há minutos atrás, ou há horas, pelo Doutor Jorge Adolfo e trazendo a Concelho um conjunto de iniciativas que mereceram o aplauso geral dos munícipes. E foi no âmbito destas comemorações, no “Congresso Internacional Afonso Henriques – Novecentos Anos Depois”, que surgiu a proposta de constituir a Sociedade Histórica que formalmente nasceu então na passada sexta-feira. Terminei, congratulando-me por a Câmara de Viseu integrar os primeiros órgãos eleitos da Sociedade Histórica Dom Afonso Henriques. Efectivamente, a Câmara de Viseu preside ao Senado Lusitano que é, a grosso modo, a Assembleia-geral desta nova Sociedade Científica. Este é um sinal claro de que o Executivo Camarário está atento e quer contribuir para a busca da verdade sobre o nosso Primeiro Rei de Portugal. Este é o melhor contributo para incentivar historiadores da região a desenvolverem investigação rigorosa sobre uma das mais ilustres personalidades de Portugal”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- SETENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Intervém para dizer o seguinte: “Convirá esclarecer que o Historiador José Matoso, que foi invocado como grande apoiante da tese do Historiador Almeida Fernandes, de que Afonso Henriques teria nascido em Viseu, esclareceu em entrevista ao Diário de Notícias no passado dia três de Abril, diz ele, vou citar: “Não fiz uma investigação pessoal, antes aceitei a tese do Historiador Almeida Fernandes e limitei-me a dizer que seria a tese mais segura. No entanto, acabei por concluir que não era tão segura como pensava e considero que é necessário voltar a examinar a questão se ela nos interessar mesmo. Dei essa opinião na biografia sobre Afonso Henriques sem pensar que iria constituir uma base para uma polémica e quando realizaram o congresso invocaram a minha opinião. Parece-me, no entanto, que esta polémica sobre a terra onde o Rei nasceu é excessiva, mesmo questiono qual é a importância exacta sobre se a terra natal do Rei é Guimarães ou Viseu. Do ponto de vista histórico é praticamente nenhum, porque o Rei não fez a sua vida em nenhum destes lugares, mas em Coimbra e a partir desta cidade”. E mais à frente diz o Historiador Matoso: “A polémica entre Bragança e Viseu”, diz ele, “não se verifica por razões históricas, mas de rivalidade paroquial entre duas cidades, diria, é uma espécie de manifestação de incultura histórica”. O Bloco de Esquerda tanto na Assembleia da República, como através dos Deputados Municipais de São Pedro do Sul, na Assembleia em requerimento à Ministra da Cultura, já se insurgiram quanto ao estado da ruína do Balneário Romano e da chamada Piscina de Afonso Henriques, onde o



Primeiro Rei foi tratar os ferimentos sofridos na Batalha de Badajoz. Monumento nacional alvo de sucessivas pilhagens, repudiando a atitude do GESPAR em declarar o protocolo assinado pelo seu antecessor o IPAR e a Câmara Municipal de São Pedro do Sul para a sua reabilitação de forma a devolvê-la às populações e colocá-la ao serviço do turismo cultural. Mas uma coisa é a defesa do património cultural no seu aproveitamento turístico, outra é brincar com a história. E como dizia o grande investigador e grande viseense José Madeira: “Com a história não se brinca”. Digo isto, porque quando li os estatutos desta Sociedade Histórica, sinceramente, Senado Lusitano em vez de Assembleia-geral, Cúria Suprema em vez de Direcção, Conselho Real, depois Alcaldes, Alferes-mor, Escrivão, como na Mesa do Senado, Chanceler, Vice-Chanceler, Mordomo-mor. Oficial de Diligências, no Conselho Real Meirinho-mor, Reposteiro e Amanuense, as próprias insígnias – fita azul e branco debruada a ouro e depois vai reduzindo o tamanho e comprimento conforme diminui a importância do cargo. Isto, meus Senhores, parece-me uma reprodução da organização histórica da simbologia de uma associação secreta, ou de uma qualquer confraria báquica ou gastronómica, mais do que uma associação científico-cultural. Os fins serão, certamente, os mais meritórios, mas parece-me bem que a Câmara apoie uma associação com carácter científico, até publica uma revista com uma função cultural, com conteúdo de promoção e divulgação do nosso património histórico. No entanto, não posso deixar de me interrogar a este propósito, porque razão ainda não foi publicado o número dois da Revista M, a revista do Museu Municipal de Viseu, ou melhor, do grupo de missão que para a sua organização, cuja primeira edição data de Dezembro de dois mil e oito e que seria suporte este segundo número verter as actas do colóquio sobre história de cultura judaica, promovido, precisamente, pela Câmara realizado em catorze de Fevereiro de dois mil e nove, há ano e meio, onde podemos ouvir intervenções de elevada qualidade como a da Maria José Ferro Tavares, professora catedrática em história medieval, Doutora com a tese “Os Judeus em Portugal no Século Quinze” e que está indicada a investigação exaustiva da história dos judeus em Portugal e das judiarias. A qual discordou da tese da investigadora viseense Isabel Monteiro e que identificou a Sinagoga com a casa quatrocentista, inclusivamente, na Rua Direita com Rua da Árvore, onde funcionou a Papelaria Dias, defendendo antes a sua localização na Rua Senhora da Boa Morte. Apesar destas dúvidas bem fundamentadas, a Câmara Municipal decidiu colocar placas indicando ser ali a antiga Sinagoga. Parece-me ser um mau serviço à cultura. A compra da casa não tem que ser justificada com a localização exacta da Sinagoga, já que é uma das casas mais antigas da cidade e ficará muito bem como núcleo museológico dedicada à presença de judeus na nossa cidade. Tenho dito”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo. -----
 - SETENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Muito rápido, é só para congratular a Câmara Municipal de Viseu por ter aderido a esta Sociedade Científica. Penso que é a primeira Sociedade Científica que se formaliza em Viseu, portanto, só isso já é um passo muito positivo. Em nome do Grupo Parlamentar do PS, congratular-me por esta adesão. Na minha primeira intervenção, por lapso, porque cheguei um bocadinho atrasado não soube que havia um terceiro ponto que era, precisamente este, sobre Dom Afonso Henriques e coloquei a questão de não se esquecer e de continuar com essa dinâmica de investigação científica. O Professor Matoso é um Historiador venerável e vetusto, de grande craveira científica e, portanto, teve essa opinião. Em tempos nós já manifestámos aqui também algumas dúvidas, porque em ciência pelo menos do tempo do Galileu, há uma regra absoluta, essa sim, que é, duvidar, e o conhecimento científico é permanentemente questionado. Esta Sociedade, certamente, terá esse papel, não é um papel monárquico, isso parece mais uma Associação Monárquica, não é? Com esses termos todos e com a bandeira azul e branca, no ano em



que estamos a comemorar a República. Como republicano assumido que sou, não tenho qualquer problema em colaborar com essa Sociedade Científica desde que ela não tenha aquele espírito que nós vimos noutros tempos, nos tempos do Estado Novo e, certamente, que não terá, porque tem pessoas de grande craveira intelectual, científica e, portanto, só reiterar essa nossa concordância, esse nosso apoio a esta adesão. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara. -----

- SETENTA E QUATRO – SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

– Usa da palavra para fazer a intervenção seguinte: “Só para, realmente, sublinhar que me pareceu desproporcionado, digamos, o teor da intervenção do Bloco de Esquerda aqui. Isto não tem nada a ver com questões relacionadas com qualquer ideologia real, etc., não tem nada disso. Um grupo de cidadãos entendeu que se deveria reunir, perguntou, logicamente, à Câmara se queria fazer parte desta Sociedade. A Câmara muito naturalmente, até porque organizou e ajudou a organizar, teve a colaboração de muitas entidades dos mais diversos quadrantes, de vários pontos do País e do estrangeiro também, é bom lembrar. Pensamos, se tudo nos correr bem, este ano publicar as actas do congresso, portanto, dizer também ao Senhor Doutor Jorge Adolfo que, efectivamente, não iríamos esquecer esta mais valia. Para todos os efeitos é uma mais valia para Viseu, Se isso incomoda alguém, o problema é deles, não é? Obviamente. Agora, realmente, quem faz investigação, quem faz ciência, certezas absolutas não deve ter. Não compreendo, realmente, a posição do Bloco de Esquerda. Relativamente à intervenção do Senhor Doutor Jorge Adolfo, isto é a prova de que nós vamos continuar. E mesmo a questão da Sinagoga, a história é uma ciência como qualquer outra, portanto, se calhar, não temos provas concludentes, mas, provavelmente, iríamos também tirar a Estátua de Viriato lá em baixo, também há dúvidas que ele tenha passado por cá. Há coisas depois que o próprio tempo grava, pelo menos, na memória das pessoas. Isso, realmente tem muito valor. Assim os países, sobretudo, da América tivessem esta valia que nós temos da história e seriam, certamente, mais felizes. É só para dizer que achamos muito bem a adesão a esta Sociedade. E dizer também, que tudo aquilo que possa vir a engrandecer O Centro Histórico, mais, o Centro Urbano, eu penso que não vale a pena falar, e só no Centro Histórico. Nós definimos uma área de regeneração e desenvolvimento urbano que vai muito para além do Centro Histórico, vale a pena. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Obrigado Senhor Vice-Presidente, vou então pôr à votação. O Ponto Três foi aprovado com trinta e nove votos a favor e uma abstenção. Da parte do público não tivemos nenhuma manifestação de vontade de intervenção neste Ponto. Agradeço a persistência com aqui estiveram. Um bom *brunch*. Está encerrada a Sessão”. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às quinze horas e vinte e seis minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)